



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

PEDRO HENRIQUE TRUZZI DE OLIVEIRA

**A EXPRESSÃO DO PERCURSO NA
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS**

São José do Rio Preto
2023

PEDRO HENRIQUE TRUZZI DE OLIVEIRA

**A EXPRESSÃO DE PERCURSO NA
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Financiadora: CAPES – Financiamento 001

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto
2023

O48e

Oliveira, Pedro Henrique Truzzi de

A Expressão de Percurso na Gramática do Português / Pedro Henrique Truzzi de Oliveira. -- São José do Rio Preto, 2023
122 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio
Preto

Orientador: Roberto Gomes Camacho

1. Locativos. 2. Percurso. 3. Funcionalismo. 4. Gramática
Discursivo-Funcional. 5. Cognitivismo. I. Título.

PEDRO HENRIQUE TRUZZI DE OLIVEIRA

A EXPRESSÃO DE PERCURSO NA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Financiadora: CAPES – Financiamento 001

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

Comissão Examinadora

Membros Titulares:

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientador

Prof. Dr. André Vinícius Lopes Coneglian
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Drª Talita Storti Garcia
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Membros Suplentes:

Prof. Dr. Michel Gustavo Fontes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Ilha Solteira

Profª Drª Gisele Cassia de Souza
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
13 de abril de 2023

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho, que tem me ajudado ao longo dos anos a trilhar o caminho da análise linguística com paciência e atenção, compartilhando generosamente seus conhecimentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Agradeço a todos os professores que participaram da minha jornada acadêmica pelo curso de mestrado. Faço especial menção à professora Talita Storti Garcia, que, por diversas vezes atenta a meu trabalho, fez contribuições valiosas que permitiram o aperfeiçoamento dele; à professora Marize Mattos Dall’Aglio Hattner, que me deu conhecimentos valiosos de metodologia científica; à professora Gisele Cássia de Souza, cujos *insights* contribuíram para o aprimoramento da base cognitivista deste trabalho.

Aos colegas membros do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), coordenado pela Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti, que, por mais de uma vez, fizeram reflexões cruciais sobre o assunto que desenvolvi nas seções das sextas-feiras.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Talita Storti Garcia e Profa. Dra. Gisele Cássia de Souza, e ao Prof. Dr. André Vinícius Lopes Coneglian, que debateu uma versão prévia deste trabalho, agradeço pelas indicações e contribuições valiosas que deram para o aperfeiçoamento de meu trabalho

Faltam-me palavras para agradecer a meus pais e a meus irmãos, cujo apoio e gentileza no dia a dia tornaram possível manter-me calmo e bem determinado na minha empreitada acadêmica.

À Melanie, pelo companheirismo de todas as horas, pelos comentários e dicas oportunas, que demonstram o carinho de alguém que verdadeiramente se importa comigo.

Aos meus amigos, que se fizeram presentes ao longo do caminho percorrido. Agradeço especialmente à Letícia, que me acompanhou em tardes de debate e discussão, tornando mais leve a modalidade remota deste mestrado. Agradeço à Núbia, pelo companheirismo nos momentos de solidão pandêmica e pela companhia nas conversas de domingo à noite. Verdadeiramente, fazer ciência durante a pandemia do século é um ato de coragem e determinação, que acabou sendo suavizado pela amizade dos parentes, dos amigos, dos colegas e dos professores.

RESUMO

Este trabalho se debruça sobre expressões de percurso no português escrito e falado, visíveis em expressões completas como *João veio da escola para minha casa pela estrada velha*, em que aparecem constituintes nas funções Ablativo, Alativo e Perlativo, respectivamente. O objetivo desta dissertação é analisar o modo como a gramática do Português brasileiro codifica esse tipo específico de relação espacial, conhecido como Percurso (*Path*) com base em ocorrências reais retiradas de uma amostra falada, (Amostra Censo do *Corpus Iboruna*) e de uma amostra escrita (edições semanais da Revista *CartaCapital*). Os dados da amostra assim constituída foram submetidos, por sua vez, a seis critérios de análise: (i) natureza da relação espacial de percurso: (a) de locomoção; (b) de localização; (c) de cenário, que, por sua vez, podem ser identificados como percursos de ocorrência ou de processo (HUUMO, 2014); (ii) conceptualização do percurso: factivo ou fictivo (TALMY, 2000; LANGACKER, 2008); (iii) categoria conceptual das porções do percurso enunciadas: inicial, medial e final (TALMY, 2000); (iv) categoria semântica da relação locativa: Ablativo, Perlativo e Alativo ou mesmo duas delas ou todas as três; (v) categoria da preposição introdutória do Sintagma Adposicional (Adp): gramatical ou lexical (vi) natureza argumental dos locativos em relação ao molde de predicado envolvido. Os critérios foram estabelecidos com base no arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 2008), nos conceitos de linguística cognitiva de Talmy (2000), bem como nos tipos de relação de trajeto postulados por Huumo (2014). Assume-se como principal hipótese que a conceptualização de diferentes tipos de percurso está correlacionada a diferenças de formulação semântica e de codificação morfossintática. Os resultados apontam para uma preferência pela codificação de percursos de locomoção, factivos por natureza, sobretudo na língua falada, ficando os percursos de localização e cenário restritos aos casos de percursos fictivos. Nota-se também que os casos de porção conceptual são majoritariamente correspondentes à formulação semântica dos locativos e à codificação morfossintática por preposições, denotando uma relação de transparência entre o que é conceptualizado pelo falante, com a formulação semântica resultante, e as escolhas morfossintáticas que codificam mais adequadamente esses processos. Exceções possíveis residem nos casos de percursos de cenário, que evocam todos os pontos do trajeto pelo escaneamento de um evento ou de uma entidade, tratando-se de um percurso exclusivamente conceptual. Quanto aos conectivos, nota-se uma preferência, mais evidente na modalidade falada, pelo uso de preposições gramaticais ao de lexicais (PEZATTI et alii, 2010). Essa preferência é consistente com os resultados da argumentalidade, já que a natureza gramatical da preposição tende a introduzir argumentos, enquanto os casos introduzidos por preposição lexical ora introduzem argumentos, ora modificadores.

Palavras-Chave: Locativos. Cognitivismo. Funcionalismo. Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

This work focuses over path expressions in written and spoken Portuguese, such as in complete expressions like *João came from school to my house by the old road*, in which we can see constituents with the function of Ablative, Allative and Perlative, respectively. Aiming to analyze how Brazilian Portuguese grammar codifies a specific type of spatial relation, known as Path, we used real occurrences taken from two types of samples, one spoken usage (Iboruna Database) and the other written usage (*CartaCapital* weekly magazines), to which were applied six criteria of analysis: (i) nature of spatial relation of path: (a) paths of transition; (b) paths of location; (c) paths of settings, which can be divided into path of occurrence and path of process (HUUMO, 2014); (ii) type of path conceptualization: factive or fictive (TALMY, 2000; LANGACKER, 2008); (iii) conceptual category of the evocated portion of path: initial, medial or final portion (TALMY, 2000); (iv) semantic type of the locative relation: ablative, perlative or allative; (v) category of the preposition introducing the Adp: grammatical or lexical; (vi) relation of argument or modifier of the locative in view of the predication frame. The criteria were established based upon the Functional Discourse Grammar Framework (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), the Cognitive Grammar (LANGACKER, 2008), the cognitivist concepts of Talmy (2000), as well as the path relations on Huumo (2014). The main hypothesis tested is that the conceptualization of different types of path account for corresponding differences in semantic formulation and morphosyntactic encoding. The results show a preference for paths of transition, non-fictive in nature, occurring mainly on written language, leaving paths of location and setting restricted to the cases of fictive path. It was also observed that the conceptual portions were almost totally matched to the semantic formulation and morphosyntactic codification using prepositions, showing transparency between what is conceptualized by the speaker, the semantic formulation and the morphosyntactic choices that best codify these processes. The exceptions were addressed to paths of setting, which evoke all the portions of the path through the scanning of an event or a group of entities, meaning an entirely conceptual path. About the prepositions, a preference, is noticed mainly on spoken language for using grammatical prepositions instead of lexical ones (PEZATTI et alii, 2010). This preference is consistent with the results of argumentality, since the grammatical nature of the preposition tends to introduce arguments, while cases introduced by a lexical preposition introduce sometimes arguments and sometimes modifiers.

Keywords: Locatives. Cognitive. Functionalism. Functional Discourse Grammar.

Sumário

1. Introdução	10
1.1 Justificativa e Relevância do Tema	10
1.2 Objetivos e hipóteses	14
2. Uma perspectiva discursivo-funcional de gramática	16
2.1 Organização geral.....	16
2.2 O Componente Conceptual na GDF	20
2.2.1 Desenvolvimentos posteriores do Componente Conceptual	22
2.3 O Componente Contextual na GDF.....	29
2.3.1 Desenvolvimentos recentes do Componente Contextual: uma proposta de subdivisão..	31
2.3.2. Desenvolvimento do Componente Contextual: produção e compreensão.	35
2.3.3 Desenvolvimentos do Componente Contextual: interação com os níveis.....	36
2.3.4 Articulação das novas propostas de componente contextual.....	43
3. Uma Perspectiva Cognitiva de Gramática	46
3.2 O Percurso na Gramática Discursivo-Funcional e na Gramática Cognitiva.	57
3.3 A natureza argumental de constituintes locativos	64
4. Identificação dos procedimentos metodológicos e do universo de investigação.....	69
4.1 O universo de investigação	69
4.2 Critérios de Análise	71
5. A expressão de percurso na gramática do português brasileiro	79
5.1. Apresentação.....	79
5.2 Categoria conceptual de percurso e tipo de movimento	79
5.3 Função semântica e Porção Conceptual	88
5.4 A natureza lexical ou gramatical da preposição	102
5.5 A natureza argumental dos constituintes locativos	107
6. Generalizações e implicações teóricas.....	114
Referências	119

Figuras

Figura 1 - Layout geral da GDF (Adaptado de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 13).....	17
Figura 2 – Componente Contextual (HENGEVELD, 2005).....	22
Figura 3 Interação componentes Conceptual e Contextual (CONNOLLY, 2013, p. 129).....	23
Figura 4 – O Contexto Situacional (Adaptado de CONOLLY, 2007, p. 15)	32
Figura 5 – Componentes Contextuais (Autoria Própria)	32
Figura 6 – Componente Contextual Dividido (CONNOLLY, 2007, p.21).....	34
Figura 7 - Relações entre os níveis do Componente Gramatical e os níveis do Componente Contextual.....	41
Figura 8 - Esquema do perfilamento de <i>come</i> e <i>arrive</i> (LANGACKER, 2008, p. 68)	47
Figura 9 – <i>Continuum</i> Categorical de Eventos de Percurso (autoria própria).....	54
Figura 10 - Esquema de Trajeto (DIK, 1997a, p. 231).....	57
Figura 11– Gramaticalidade e Lexicalidade das Preposições no Português.	66

Tabelas

Tabela 1 – Interação entre os Componentes Gramatical e Contextual (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014, p. 212)	39
Tabela 2 – Desenvolvimentos do Componente Contextual na GDF (autoria própria)	43
Tabela 3 – Tipologia de Estados de Coisas: dinamicidade e controle.....	58
Tabela 4 – Tipologia dos estados de coisas de Percurso	59
Tabela 5- Principais diferenças entre argumentos e satélites (GARCIA, 2006, p. 49)	66
Tabela 6 - Categoria de Percurso – Amostra Falada (autoria própria).....	79
Tabela 7 – Tipo de Movimento – Amostra Falada (autoria própria).....	82
Tabela 8 - Categoria de Percurso – Amostra Escrita (autoria própria)	84
Tabela 9 – Tipo de Movimento – Amostra Escrita (autoria própria)	87
Tabela 10 – Relações Semânticas de Percurso – Amostra Falada (autoria própria)	88
Tabela 11 - Relações Semânticas de Percurso – Amostra Escrita (autoria própria)	89
Tabela 12 – Frequência de constituintes Ablativos e Perlativos (autoria própria).....	91
Tabela 13 –Coocorrência de função semântica (autoria própria).....	93
Tabela 14 – Categoria Conceptual de Percurso – Amostra Falada (autoria própria).....	97
Tabela 15– Categoria Conceptual de Percurso – Amostra Escrita (autoria própria).....	98
Tabela 16 – Categoria de Preposição -Amostra Falada (autoria própria)	103
Tabela 17 – Categoria de Preposição -Amostra Escrita (autoria própria).....	104
Tabela 18 – Natureza argumental ou não argumental do constituinte locativo – Amostra Falada (autoria própria)	108
Tabela 19 – Natureza argumental ou não argumental do constituinte locativo– Amostra Escrita (autoria própria).....	110

1. Introdução

1.1 Justificativa e Relevância do Tema

O objeto de estudo deste trabalho são categorias de percurso, entendidas como categorias semânticas que, por implicarem ideia de movimento, envolvem, quase sempre, a presença de uma entidade factiva movente, como em (1-1)¹, ou uma entidade fictiva movente², como em (1-2). A categoria de percurso se define em relação meronímica³ com a de espaço, uma categoria semântica relacional por definição que envolve sempre um referente em relação a uma locação.

(1-1) João saiu de casa, passou pela minha rua, me deu um oi e foi ao mercado.

(1-2) A estrada desce todo o morro até a cidade.

Segundo Talmy (2000 apud (ROCHA, 2013) é possível aplicar os termos *fictivity* ou *fictive* a expressões linguísticas que evocam cenários concebidos como não reais com o propósito de dar acesso mental aos cenários concebidos como reais. No exemplo (1-2), uma parte de nossa cognição percebe a imagem como se a estrada estivesse em movimento, percorrendo o caminho que vai do morro à cidade e outra parte avalia que, nessa cena, nada cena se movimenta na realidade. É com base nesse conflito cognitivo interno que a imagem avaliada como não real é fictiva. Os exemplos (1-3) a (1-6) mostram ocorrências reais que são representativas dos dois tipos de movimento vistos em (1-1) e (1-2).

(1-3) No mundo das especulações, há quem afirme, ainda segundo Gamarra, que **Ronaldinho e Assis planejavam viajar de Assunção para Dubai** com passaportes paraguaios.

¹ A numeração dos exemplos recomeça em todos os capítulos. Por isso, o primeiro número nos parênteses indica o capítulo e o segundo número, o exemplo. Assim, (1-1) indica o primeiro exemplo do capítulo 1 e (2-1), o primeiro exemplo do capítulo 2 e assim por diante.

² Percurso fictivo é entendido aqui como um trajeto sem um movimento de fato, mas uma conceptualização dinâmica de um evento que resulta do uso de um verbo de movimento. Desse modo, como o faz Rocha (2013) e Rocha et alii (2019), reivindica-se formalmente nesta dissertação a cunhagem dos termos “fictividade” e “fictivo(a)” como traduções dos termos em inglês *fictivity* e *fictive*. Por se distinguirem do que se entende por “ficção”, não remetem a um cenário concebido como imaginário, mas a dispositivos linguísticos de simulação, que apontam para cenários concebidos como não reais.

³ Esse fenômeno linguístico define a relação semântica entre percurso e espaço, em essência, como a que se dá entre uma unidade léxica que é parte de uma outra unidade léxica (LYONS, 1977).

(CartaCapital, Março 2020, n 1097, p. 35)

- (1-4) *cê vai chegan(d)o em São Paulo assim a hora que **cê sai de Taboão da Serra** que *cê vai in(d)o **po centro de São Paulo...** teu olho começa a coçá::(r) aquele::...* (AC-069; DE: L. 191-192)*
- (1-5) Todavia, o aspecto mais deletério desta convocação é que **ela vem do interior de uma instituição** que todas as democracias consideram como devendo estar acima das disputas internas. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1095, p. 21)
- (1-6) *era **um aluno da segunda série que voltô(u) pra prime(i)ra...** por que não conseguiu atingí(r) os objetivos né?* (AC-086; RO: L. 925-926)

Nos exemplos (1-3) e (1-4), vemos dois casos de deslocamento em um percurso factivo, isto é, localizados no espaço físico, que se assemelham à situação apresentada em (1-1). Em (1-3) os indivíduos Ronaldinho e Assis são entidades moventes ao longo do percurso da função Ablativo do termo “Assunção” para a de Alativo atribuída a “Dubai”. Já em (1-4), um indivíduo identificado por “cê” sai de um local representado por um constituinte locativo com função Ablativo, “Taboão da Serra”, e se desloca para outro, representado por um constituinte locativo com função Alativo, “São Paulo”.

Em (1-5) e (1-6), por sua vez, encontramos casos de deslocamento fictivo, isto é, uma entidade passando por um trajeto de natureza metafórica, e que, por isso, não está localizada no espaço físico, e sim no mental. Por essa razão, aproximam-se conceptualmente e do exemplo (1-2). Em (1-5), o indivíduo “ela” se move metaforicamente do constituinte indicando a fonte do movimento, ou relação semântica Ablativo, “interior de uma instituição”; em (6), a primeira e a segunda séries do ensino básico são conceptualizadas como pontos sequencialmente estabelecidos no percurso escolar, de onde um aluno pode sair (a segunda série) e para onde um aluno pode ir de volta (a primeira série).

Percursos factivos e fictivos são duas maneiras possíveis de conceptualizar um trajeto delimitado por uma região espacial. Um olhar sobre a linguagem permite detectar uma preocupação geral com a categoria de espaço, seja por filósofos, seja por linguistas, ao longo do tempo, especialmente em relação ao papel da percepção espacial na interpretação do mundo e na produção da linguagem. Fortis (2020) desenvolveu um extenso e bem articulado trabalho bibliográfico que estabelece a relevância de categorias de espaço em análises do pensamento humano.

O foco de Fortis está em descrever como se dá a passagem da Teoria Localista (LYONS,

1977) ao que chama de Teoria Neolocalista. A Teoria Localista de Lyons implica a seguinte hipótese:

expressões espaciais são mais básicas, gramaticalmente e semanticamente, do que vários tipos de expressões não espaciais [...] Expressões espaciais são linguisticamente mais básicas, de acordo com os localistas, na medida em que servem como moldes estruturais para outras expressões [...] e a razão para que isso deve ser assim, como plausivelmente sugerido por psicólogos, é que a organização espacial tem importância central na cognição humana (LYONS, 1977, p. 718, tradução nossa).⁴

Essa definição constitui a essência da Hipótese Localista, que pode resumir-se a duas afirmações (FORTIS, 2020): a primeira é a chamada tese morfogenética, que assume a existência de uma derivação de expressões não temporais a partir de outras temporais num processo unidirecional; a segunda busca justificar essa unidirecionalidade por razões cognitivas, uma vez que a derivação seria possível pela maior concretude das relações espaciais na percepção de fenômenos, provendo um alicerce experiencial físico em que se assentam relações e propriedades de natureza mais abstrata.

O tratamento que Fortis dá ao Neolocalismo, implica que essa perspectiva passa a identificar duas classes de análises: a análise semântica de itens lexicais e a visão localista de funções temáticas ou semânticas. Dentro das perspectivas localistas que surgem no século XX, mencionam-se os nomes de John Anderson e Charles Fillmore. Como Anderson (1971) dá um tratamento gerativista ao tema, este trabalho se aproveita especialmente do tratamento que Fillmore (1968) dá à noção de *local cases*, expressão aqui traduzida por “casos locativos”: local, origem, destino, percurso e extensão (*locative, source, goal, path, extent*). Em um exemplo como “O passageiro adormeceu e passou por sua estação (de chegada)”⁵, Fillmore considera que no trecho “passou por sua estação”, deve-se entender “no destino ao fim do percurso via a proximidade de sua estação com respeito ao ponto de referência, com a preposição ‘para’ tendo escopo sobre ‘destino’, ‘destino’ sobre ‘percurso’ etc” (FILLMORE, 1968, tradução nossa)⁶.

Esses termos são recuperados posteriormente na obra cognitivista de Langacker (2008), que se ocupa dos constituintes de um evento de movimento, sendo também recuperados em obras de cunho funcionalista, como o estudo de Mackenzie (1992) sobre preposições espaciais. Nesse trabalho, Mackenzie (1992) inclui um novo tipo de sintagma na Gramática Funcional de

⁴ No original: *the hypothesis that spatial expressions are more basic, grammatically and semantically, than various kinds of non-spatial expressions [...] Spatial expressions are linguistically more basic, according to the localists, in that they serve as structural templates [...] for other expressions; and the reason why this should be so, it is plausibly suggested by psychologists, is that spatial organization is of central importance in human cognition.*

⁵ *The passenger fell asleep and went past his station.*

⁶ *at a goal at the end of a path via the proximity of his station with respect to a reference point, with ‘at —’ having scope over ‘goal’, ‘goal’ over ‘path’ etc.*

Simon Dik (1989), o adposicional, assim chamado para torná-lo tipologicamente mais adequado, uma vez que há línguas de preposição e línguas de posposição.

Lakoff e Johnson (1980, p. 17, tradução nossa) em sua conhecida obra *Metáforas da Vida Cotidiana*, consideram que “a maior parte dos nossos conceitos fundamentais são organizados em termos de uma ou mais metáforas de elementos espaciais”⁷. Na realidade, esses autores criticam o conceito de metáfora como figura de retórica, com função de ornamentar, que predominou desde o início da teoria aristotélica. Para Lakoff e Johnson (1980) essa visão equivocada de metáfora justifica-se no que chamam de “mito do objetivismo”, cujo fundamento é o de que linguagem figurada deve ser evitada numa fala que se pretende objetiva. No entanto, substituem esse conceito ornamental de metáfora como um instrumento de cognição que exerce um papel fundamental nos processos perceptuais e cognitivos, permeando, portanto, não apenas a linguagem figurada ou conotativa, mas também e crucialmente a linguagem comum ou cotidiana. Esse papel fundamental da metáfora, no sentido que lhe dão Lakoff e Johnson (1980) está presente nas categorias locativas das línguas naturais como processos de derivação de categorias mais concretas para outras mais abstratas.

1.2 Objetivos e hipóteses

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma análise quantitativa e qualitativa das ocorrências de percurso no português para testar a hipótese de que a conceptualização de percursos de diferentes tipos está correlacionada a diferenças de formulação semântica e de codificação morfossintática, que constituem as estratégias gramaticais disponíveis ao usuário do português. Se a hipótese se confirmar, conforme prevemos, é possível caracterizar diferentes tipos de percurso com base na identificação dos diferentes papéis semânticos e da natureza semântico-cognitivo do movimento.

Huumo (2014) faz uma análise de expressões de percurso no finlandês com o foco voltado para uma visão cognitivista, tomando como procedimentos categorias de análise propostas por Alhoniemi (1978 *apud* HUUMO, 2014). No estudo de Huumo, os critérios estão relacionados à natureza do movimento, como, por exemplo, a possibilidade do Trajetor⁸ se deslocar de fato ou de ele ser apenas conceptualizado como se em deslocamento, bem como a estratégia de conceptualização desse percurso, que pode depender do movimento do Trajetor,

⁷ *most of our fundamental concepts are organized in terms of one or more spatialization metaphors.*

⁸ Seguimos a terminologia de Langacker (2008) quanto à definição de Trajetor. Trata-se de um ponto focal para o qual a atenção do falante se dirige no evento descrito.

do movimento do foco de atenção⁹ do falante ou do escaneamento efetuado pelo conceptualizador em proveito de um conjunto de entidades espalhadas ou de um processo ocorrendo ao longo de todo o percurso.

Em vista das novidades que trazem as recentes versões da linguística funcional e da cognitivista, o foco deste trabalho está voltado para a descrição das ocorrências de percurso, numa amostra falada e escrita do português brasileiro (PB), sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGVELD; MACKENZIE, 2008) e das obras cognitivistas de Langacker (2008), Huuimo (2014) e Talmy (2000).

O texto está organizado em cinco seções. Na seção 2 e 3, acham-se os fundamentos teóricos dos critérios de análise selecionados com base nas teorias discursivo-funcional e cognitivista de gramática. Em seguida, a seção 4 trata da metodologia e dos critérios que essas teorias permitem aplicar à análise. A seção 5 faz a análise descritiva das ocorrências de percurso numa amostra do português; finalmente, o último capítulo traz algumas generalizações teóricas com base nos resultados encontrados.

⁹ *Attention shift*, na terminologia de Talmy (2000), que define a mudança de atenção que o conceptualizador pode efetuar em um evento.

2. Uma perspectiva discursivo-funcional de gramática

2.0 Apresentação

O presente trabalho se apoia principalmente no arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), articulando o Componente Gramatical com os componentes que o margeiam, o Contextual e o Conceptual, conforme se mostra no presente capítulo. Para dar um grau mais elevado de refinamento aos fenômenos cognitivos, serão abordados estudos mais recentes sobre o componente Conceptual (CONNOLLY, 2015, 2017) e sobre o Componente Contextual (CONNOLLY, 2007; HENGEVELD; MACKENZIE, 2014, GIOMI, 2014). Além disso, em termos cognitivos, serão desenvolvidos, no capítulo seguinte, conceitos relevantes da Gramática Cognitiva de Langacker (2008), de pressupostos teóricos postulados por Talmy (2000) e, sobretudo, o estudo teórico e analítico proposto por Huumo (2014) sobre expressões de percurso.

2.1 Organização geral.

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) compreende fatores comunicativos e cognitivos: um Componente Gramatical que se liga a um Componente Conceptual¹⁰, a um de Saída e a um Contextual, num processo de interface exercido através das operações de formulação e de codificação. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que o Componente Conceptual é responsável tanto pelo desenvolvimento da intenção comunicativa da situação corrente de comunicação quanto pelas conceptualizações resultantes de eventos extralinguísticos. O Componente de Saída, por sua vez, gera as expressões acústicas, escritas ou de sinais com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical, enquanto o Componente Contextual contém informações de longo e curto prazo, passíveis de serem anaforicamente recuperadas, o contexto real perceptível e as relações sociais entre os falantes.

Além disso, a arquitetura da GDF segue uma orientação descendente, que começa com a intenção comunicativa, que é depois desenvolvida na Formulação (Níveis Interpessoal e Representacional), na codificação (Níveis Morfossintático e Fonológico) até atingir a

¹⁰ Aproveitamos para chamar aqui a atenção para o fato de que, na literatura sobre a GDF no Brasil, a tradução utilizada é a de Componente Conceitual. Entretanto, em discussão junto ao Grupo de Pesquisa de Gramática Funcional (GPGF) sediado na UNESP de São José do Rio Preto, decidimos que uma melhor tradução seria *Componente Conceptual*, (ou *Nível Conceptual*, já na terminologia de Connolly, 2017). Levantamos duas razões: (i) a primeira é o nome que damos ao processo que ocorre nesse nível que é o de conceptualização, e não conceitualização; (ii) a segunda é a concordância com a terminologia consensualmente usada na literatura linguística cognitivista, que trata da existência de fenômenos conceptuais.

articulação. Essa ordenação respeita o que Dik (1997) chamou de adequação psicológica: quanto mais a organização da gramática se assemelhar com o desenvolvimento da fala, tanto mais adequada é a representação. Nessa linha, a Pragmática rege a Semântica, a Pragmática e a Semântica regem a Morfossintaxe, e a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe regem a Fonologia. Um importante princípio orientador da GDF é o de que um fenômeno particular que deve ser tratado no Componente Gramatical depende de ser um efeito gramatical sistemático de determinada língua, ou seja, sujeito às regras gramaticais conforme ditadas pelo Princípio de Codificação Formal (KEIZER, 2015, p. 24).

Cabe agora discutir mais profundamente o modo de organização de cada nível e suas respectivas camadas com base no esquema contido na Figura 1.

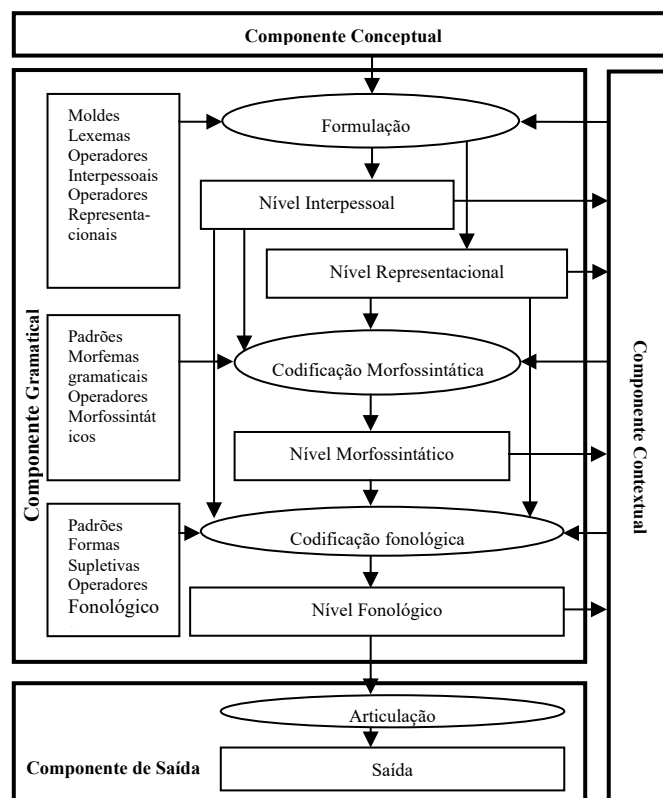


Figura 1 - Layout geral da GDF (Adaptado de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 13)

Cada nível, organizado de acordo com as finalidades do processo de comunicação e seus aspectos formais de análise, compartilha uma ordenação hierárquica em camadas. Em sua forma mais geral, a organização em camadas dentro de cada nível está representada em (2-1).

$$(2-1) (\pi v_1: [\text{head}(v_1)_\phi]: [\sigma(v_1)_\phi])_\phi \text{ (HENGEVELD; MACKENIE, 2008, p. 14)}$$

Nesse esquema, v_1 representa a variável relevante da camada, que pode ser restrita por um núcleo (*head*), que por sua vez pode ser restrito por um modificador (σ). A camada pode ser especificada por um operador (π) e dispor de uma função (ϕ). Enquanto núcleos e modificadores consistem em estratégias lexicais, como nomes, verbos, adjetivos e advérbios, operadores e funções consistem em estratégias gramaticais, como artigos e pronomes. Vejamos na sequência como se definem os níveis e suas respectivas camadas.

O Nível Interpessoal (doravante NI) comporta oito camadas de análise, cada qual representando uma unidade linguística particular, ou uma ação (KEIZER, 2015, p. 45), conforme mostra (2-2).

$$(2-2) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_\phi]) \dots (T_{1+N})_\phi (R_1)_\phi] \dots (R_{1+N})_\phi] (C_1)_\phi] (A_1)_\phi] \dots (A_{1+N})_\phi] (M_1))$$

Essas oito camadas são o Movimento (M), o Ato Discursivo (A), a Força Ilocucionária (F), o Falante (S), o e Ouvinte (A), um Conteúdo Comunicado (C), que contém, por sua vez, um número variável de Subatos Referenciais (R) e Subatos Atributivos (T). Um Movimento pode ser composto por um ou vários Atos Discursivos, enquanto o Ato Discursivo deve comportar uma Força Ilocucionária, um Falante, um Ouvinte provável, e um Conteúdo Comunicado, todos em organização não hierárquica, representada no esquema em (2-2) por colchetes. Hierarquicamente abaixo do Conteúdo Comunicado, a Camada que compreende Subatos Referencial e Atributivo são de particular interesse para o presente trabalho, cuja atenção está focada no Subato Referencial, que evoca pragmaticamente entidades, mas também lugares expressos no enunciado. Os Subatos podem receber função pragmática de Foco, Tópico e Contraste¹¹.

O Nível Representacional (doravante NR) trata da descrição ou da designação das unidades em termos de sua categoria semântica. Enquanto as unidades do Nível Interpessoal podem ser descritas em termos de evocação, as unidades do Nível Representacional podem ser descritas em termos de sua designação (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 130). Quanto às camadas do NR, a mais alta é a do Conteúdo Proposicional (p), que, por sua vez, pode conter um ou mais Episódios (ep), que podem conter um ou mais Estados de Coisas (e). O Estado de Coisas é caracterizado por uma ou mais Propriedades Configuracionais (f_i) que podem conter

¹¹ As funções pragmáticas permitem observar a função interacional de um constituinte. Para dar uma definição breve, pode-se afirmar que o *foco* é a informação nova, ainda não mencionada no enunciado, o *tópico* é a informação dada, com algum grau de possibilidade de (re)ativação, e o *contraste* indica ênfase em um constituinte em detrimento de outro, ambos presentes no discurso.

a designação de Indivíduos (x_1) e outras Propriedades (f_2) como Lugar (l_1), Tempo (t_1), Modo (m_1), Quantidade (q_1) e Razão (r_1). O esquema em (2-3), postulado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 15), fornece uma representação do NR.

$$(2-3) \quad (p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)_\phi (x_1)_\phi]) \dots (x_{1+n})_\phi] (f_1))]) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\phi] \dots (e_{1+n})_\phi] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_\phi] (p_1))$$

O NR tem particular interesse para este trabalho uma vez que as relações de escopo ou de relações argumentais entre locativos e os Estados de Coisas que os abrigam são representadas nessa camada (e_1) e na camada da Propriedade Configuracional (f_1), respectivamente. Um Estado de Coisas é localizável tanto nas dimensões do tempo quando nas do espaço, o que identifica uma entidade de segunda ordem, conforme mostra (2-4), formalmente representado em (2-5).

(2-4) Passeio pela avenida

$$(2-5) \quad (\pi e_i: [(f_i: \text{passeio}(f_i)): (l_j: (f_j: \text{avenida}(f_j))(l_i)_{\text{PERL}}](e_i)))$$

Considerados os níveis que compõem o processo de formulação, passemos, agora, a ver os que compõem o processo de codificação. As representações do Nível Morfossintático (doravante, NM), estão contidas em (2-6).

$$(2-6) \quad (Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_\phi (Cl_2)_\phi] (Cl_1))] (Le_1))$$

No NM, uma unidade linguística provinda dos níveis de formulação recebe codificação morfossintática, de modo a incluir as seguintes camadas, da mais alta para a mais baixa: Expressão Linguística (Le), Oração (Cl), Sintagmas de vários tipos (Xp), e Palavras de vários tipos (Xw). A relevância do Nível Morfossintático (NM) para a análise se justifica na codificação das funções semânticas de percurso que aparecem no NR mediante o uso de Palavras gramaticais (Gw), mais especificamente, as preposições “de”, “por”, “para” e variantes.

Esse nível também é responsável por codificar a ordem dos constituintes. Pode-se aplicar a ordenação para codificar informações conceptuais, pragmáticas e semânticas, o que ocorre, por exemplo, quando o falante, ao produzir um enunciado representando um Estado de Coisas que designa uma ação, já conhece conceptualmente qual entidade deve ser a iniciadora da energia do Estado de Coisas e qual pode sofrer essa energia. Por exemplo, na ação de

arremessar, uma entidade potencialmente animada fornece o input de energia necessário, e recebe a energia uma outra entidade, com maiores chances de ser inanimada.

Quando essa informação conceptual chegar ao Nível Representacional, ela será representada pelas macrofunções Ativo (A), Inativo (U) e Locativo (L). No Nível Morfossintático, a codificação do português costuma associar o papel semântico de Ativo ao sujeito sintático (Subj), ocupando, em geral, a posição inicial (P^I), e o de Inativo ao objeto sintático (Obj), que tende a ocupar a região central relativa P^{M+1} , logo após o verbo (PEZATTI, 2014).

O quarto e último nível dentro do Componente Gramatical, central à GDF, é o Nível Fonológico (NF), que se ocupa de padrões prosódicos e segmentais que podem ser relevantes para a codificação de informações pragmáticas ou semânticas. As camadas que compõem esse nível são o Enunciado (U), a Frase Intonacional (IP), a Frase Fonológica (PP), e a Palavra Fonológica (PW), conforme mostra (2-7) .

$$(2-7) \quad (U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

A distinção fonológica pode ser relevante, por exemplo, pela aplicação de um operador de entonação descendente f (de *fall*) antes de uma frase fonológica ($f(PP_1)$) para codificar uma Força Illocucionária declarativa ($F_1: DECL(F_1)$). Não é o intuito do presente trabalho, no entanto, tratar da codificação fonológica dos locativos, uma vez que pretendemos observar apenas a expressão morfossintática desses constituintes a partir da formulação cognitiva, pragmática e semântica. Portanto, dos quatro níveis do Componente Gramatical, é especialmente relevante para a análise o Nível Representacional, eventualmente dependendo dos Níveis Interpessoal e Morfossintático, para explicar alguns fenômenos que acontecem com construções locativas.

2.2 O Componente Conceptual na GDF

Hengeveld e Mackenzie (2008) propõem que a GDF esteja inserida em uma teoria mais ampla de comunicação, definindo, como vimos acima, componentes que se localizam às margens do Componente Gramatical: o Componente Conceptual, o Componente Contextual e o Componente de Saída. Keizer (2015, p. 14-15, tradução nossa) ressalta que a GDF:

faz uma distinção clara entre a gramática e esses outros componentes, pois considera apenas os fenômenos linguísticos que estão codificados na gramática de um idioma. Assim, ao contrário da linguística cognitiva, é feita uma distinção nítida entre informações cognitivas (conceptuais) e semânticas: as primeiras são de natureza pré-verbal e, embora possam desencadear o uso de formas linguísticas específicas, não são em si mesmas linguísticas; as informações semânticas, por outro lado, fazem parte do sistema gramatical e incluem apenas as partes do conhecimento conceptualizado do mundo de um falante que são expressas linguisticamente¹²

Enquanto o Componente Gramatical é central à teoria da GDF, o Contextual aparece como responsável por fornecer informações de curto e longo prazo, linguísticas e extralinguísticas, em um escopo mais estreito ou mais abrangente da situação comunicativa (CONNOLLY, 2007; GIOMI, 2014), e o de saída é responsável pela articulação em termos de sinais fonológicos, ortográficos ou de sinais.

Ao Componente Conceptual, cabe especial atenção. Embora a obra de Hengeveld e Mackenzie (2008) faça menção sucinta a esse componente e se debruce principalmente sobre o Componente Gramatical, algumas informações são de grande relevância para esta pesquisa. Os autores consideram o Componente Conceptual como a força motriz por trás do Gramatical, responsável tanto pela intenção comunicativa pré-verbal, que é relevante para o evento discursivo corrente, quanto pelas conceptualizações que tratam de eventos extralinguísticos relevantes.

Trabalhos, como o de Levelt (1989), Slobin (1996) e Buttler (2008b), são mencionados por Hengeveld e Mackenzie (2008) como obras de referência para a formulação do Componente Conceptual. A proposta de Butler (2008b) distingue um “Componente Conceptual em si” e um “Componente Afetivo/Interacional” com a finalidade de estabelecer certa adequação entre ele e questões neurofisiológicas e de química cerebral. Quanto a essa distinção, Hengeveld e Mackenzie (2008) a consideram correspondente aos conceitos de pragmática e semântica apresentados nos Níveis Interpessoal e Representacional.

Outro componente que merece destaque e que está sucintamente mencionado na Gramática Discursivo-Funcional é o Contextual. A intenção desenvolvida por um falante não surge em um vácuo, mas em um contexto multifacetado. Esse Componente recebe dois tipos de informação. A primeira, de curto prazo, é a informação que provém do Componente Contextual

¹² it makes a clear distinction between the grammar and these other components; in that it only considers those linguistic phenomena that are encoded in the grammar of a language. Thus, unlike in cognitive linguistics, a sharp distinction is made between cognitive (conceptual) and semantic information: the former is preverbal in nature, and although it may trigger the use of specific linguistic forms, it is not in itself linguistic; semantic information, on the other hand, is part of the grammatical system, and includes only those parts of a speaker's conceptualized knowledge of the world that are linguistically expressed.

para os dois níveis de formulação e que entram na codificação morfossintática como fenômenos anafóricos; a segunda são as de longo prazo que interagem com a situação comunicativa e com a língua que está sendo usada nos processos de Formulação e Interpretação.

Alguns trabalhos de Connolly (2007, 2013, 2015, 2017), Giomi (2014) e Hengeveld e Mackenzie (2014) sugerem propostas de desenvolvimento dos Componentes Conceptual e Contextual, que serão tratadas na próxima subseção.

2.2.1 Desenvolvimentos posteriores do Componente Conceptual

No que concerne a este trabalho, os trabalhos de Connolly (2013, 2017) dão contribuições relevantes para a estrutura do Componente Conceptual, como descrito na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). De maneira geral, mantém-se o que já havia sido proposto, mas novos mecanismos de análise são implementados e outros refinados.

Connolly (2013) considera necessário criar notações que representem também o Componente Conceptual, chamando-o de “Nível Conceptual” e inserindo-o dentro do processo de Formulação (anteriormente dotado apenas dos níveis Interpessoal e Representacional). Para isso, ele parte de um de seus trabalhos anteriores à publicação da gramática (CONNOLLY, 2007), em que discute o Componente Contextual como já havia sido delineado por Hengeveld (2005), conforme a Figura 2.

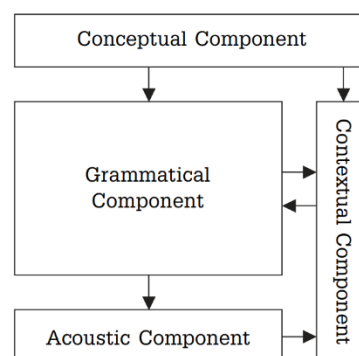


Figura 2 – Componente Contextual (HENGEVELD, 2005)

O autor propõe a divisão do Componente Conceptual em três estratos: um *conceptualizador*, um *registro de cenário* e um *monitor* (*Conceptualiser*, *Setting Register* e *Monitor*). O conceptualizador é o responsável por gerar as intenções pré-linguísticas de um Ato Discursivo, devendo ser capaz de associar conceptualizações que dizem respeito a eventos extralinguísticos, isto é, articular a informação disponível no Componente Contextual

Discursivo e no Componente Contextual Situacional. O resultado desse processo passa ao Componente Gramatical para o falante efetuar escolhas apropriadas de elementos que devem constituir o Ato Discursivo.

Além do conceptualizador, faz-se necessário um registro de cenário (*setting register*) para a inclusão de informações do teor da mensagem com a formulação contida em (2-8) (CONNOLLY, 2013, p. 130).

(2-8) Formalidade: alta
 Propósito Comunicativo: pedagógico
 Gênero de Discurso: apostila pedagógica

Nesse ponto, as informações do Componente Contextual também são levadas em consideração, o que permite uma seleção apropriada de itens lexicais ou gramaticais, como, por exemplo, a escolha, no inglês, de operadores gramaticais morfológica ou fonologicamente contraídos (*can 't*) ou não contraídos (*can not*).

O Nível Conceptual de Connolly (2013) também comporta um Monitor (*monitor*), cujo papel é o de anotar os *feedbacks* recebidos enquanto o discurso está em progresso, e possibilitar correções ou ajustes quando necessário. Para que o Componente Conceptual receba e envie informação, ele precisa ter uma interface com o Componente Gramatical, o Componente Contextual Discursivo e o Situacional¹³, conforme a Figura 3, abaixo:

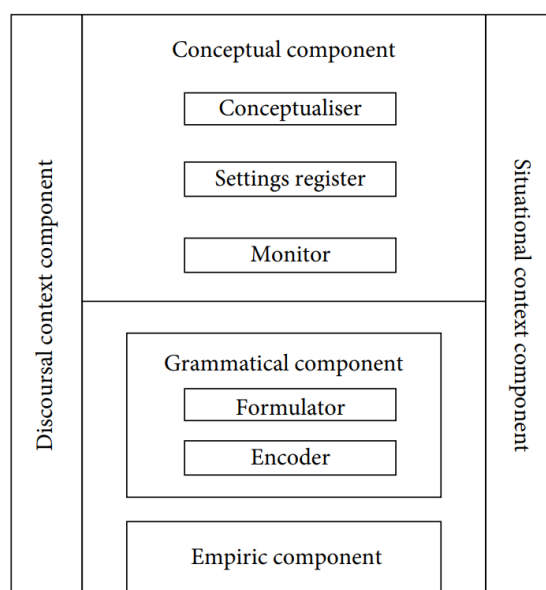


Figura 3 Interação componentes Conceptual e Contextual (CONNOLLY, 2013, p. 129)

¹³ Para mais informações sobre os componentes contextuais situacional e discursivo, ver a seção 2.3.

Connolly (2013) propõe uma forma de representar os elementos no Nível Conceptual, que é mais tarde desenvolvido em Connolly (2017). Para isso, o autor busca apoio na FunGramKB¹⁴, um arcabouço teórico proposto por Perinán-Pascual e Arcas-Túnez (2010), que se utilizam de três grupos de elementos propostos em Mairal Usón e Perinán-Pascual (2009)¹⁵: (i) uma Ontologia (*Ontology*), e, que é um catálogo hierárquico de conceitos; (ii) um Cognicon (*Cognicon*), que armazena conhecimentos procedurais (por exemplo, como fritar um ovo ou como comprar um produto) ; e (iii), um Onomasticon (*Onomasticon*), que é, por sua vez, um repositório de informações sobre indivíduos e eventos particulares. Vale ressaltar que Butler (2012, p. 624) sugere uma modelagem do Componente Conceptual da GDF com a ajuda de uma Ontologia Conceptual (OC) e de Recursos Lexicais (RL) com abrangência universal.

Como o próprio autor sugere, a adoção de um arcabouço como o FunGramKB pode parecer prematura neste momento ainda propositivo dos trabalhos sobre o Componente Conceptual na GDF; porém, é a partir desse arcabouço que se desenvolve uma representação para o Componente, que ele mais tarde chama de “Representação do Nível Conceptual” (doravante, RNC) (CONNOLLY, 2017).

O componente denominado Ontologia pode ser dividido em camadas conceptuais: os Metaconceitos, os Conceitos Básicos e os Conceitos Terminais. Focando-se nos Metaconceitos, encontram-se três mais gerais, que são os de *entidade*, *evento* e *qualidade*. Ao observar as Representações do Nível Conceptual (RNC), propostas por Connolly, é possível deparar-se com a possibilidade de elas fornecerem representação para uma série de valores conceptuais que não são representados pelo Componente Gramatical, ou seja, não aparecem nem nos níveis de formulação, e nem nos de codificação. Um exemplo disso, representado por (2-9) e (2-10) está na relação argumental com o núcleo dos Estados de Coisas, que aparecem primeiro no Nível Representacional, e depois, podem mostrar marcas mais ou menos evidentes no Nível Morfossintático (ou Fonológico, a depender da estratégia de codificação da língua):

(2-9) James ajudou o candidato. ¹⁶

¹⁴ Perinán-Pascual e Arcas-Túnez (2010, p. 2667) afirmam que o termo FunGramKB nomeia o conjunto de dados resultantes de uma análise linguística feita com a ferramenta digital de engenharia do conhecimento (*knowledge-engineering tool*) *FunGramKB Suite*. Nessa proposta, entre outros componentes, incluem-se um Onomasticon, um Cognicon e uma Ontologia, que Connolly (2013) decide adotar para propor a representação do que o autor chamou de Nível Conceptual.

¹⁵ *Ontology*, *Cognicon* e *Onomasticon* (MAIRAL USÓN; PERIÑÁN-PASCUAL, 2009, p. 219–220).

¹⁶ James assessed a candidate.

(2-10) ((EVENTO: AJUDAR_10#1 (_13_NOVO #2) (ENTIDADE: CANDIDATO_12#3) #4)
(QUALIDADE: TEMPO #5 (#4) (QUALIDADE: ANTERIOR (•0) #6) #7)
_INFO-APRESENTAÇÃO) (adaptado de CONNOLLY, 2017, p. 13, tradução nossa)¹⁷

O exemplo (2-9) está formalizado em (2-10), conforme postula Connolly (2017). Observe-se que o evento aparece com o verbo na forma do infinitivo *ajudar*, que segue marcado por #1¹⁸, indicando tratar-se do primeiro constituinte da representação. Em seguida, aparece a barra (/) para indicar o nome próprio *James*, que não pertence à Ontologia, e sim ao Onomasticon, por não denotar um conceito (CONNOLLY, 2017, p. 3). Essa entidade recebe o símbolo #2, e pertence à primeira linha da representação, o que lhe atribui status argumental, além de receber o símbolo que indica a marcação de *novo*, representando o foco pragmático do enunciado, isto é, a informação nova veiculada pelo enunciador.

A entidade *candidato*, por sua vez, recebe o número #3, e participa preenchendo o segundo slot de argumento do predicado. A segunda linha contém a qualidade *tempo*, que está marcada como *anterior*, indicando a necessidade de um operador gramatical PAST (no caso do inglês e do português), escopando a camada do Episódio, que será depois codificado pela flexão morfológica do verbo. Por fim, o trecho *infoapresentação* indica a escolha, no Nível Interpessoal, de uma Força Illocucionária declarativa para a produção do enunciado.

Conforme sugere o autor, como essa notação ainda é bastante incipiente, ela carece do cuidado de uma reanálise que possa vir a adicionar ou retirar dela elementos que se mostrarem necessários ou irrelevantes para a análise. Salienta Connolly que “há uma diferença necessária entre o modo como a mente representa o mundo e o modo como a ciência representa a mente”¹⁹ (CONNOLLY, 2017, p. 20, tradução nossa). No entanto, é preciso ressaltar que as RNCs permitem focar em informações referentes ao enunciado que até então ficavam restritas à simples menção de presença no Componente Conceptual, já que não haveria como visualizar essa informação no Componente Gramatical.

¹⁷ ((EVENT:ASSESS_50#1 (_53_UPDATE#2) (ENTITY:CANDIDATE_52#3) #4)
QUALITY:TEMPORALITY#5 (#4) (QUALITY:PRIOR(•0)#6) #7)
_INFO-PRESENTATION)

¹⁸ Além do número 1, que identificar a posição do elemento na representação, Connolly (2017) também usa o número 10 (10#1), que, nesse caso, serve apenas para exemplificar. De acordo com o autor (CONNOLLY, 2013, p. 134), esses números são usados para identificar termos que estão disponíveis na ontologia conceptual (OC) e nos recursos lexicais (RC) como propostos por Butler (2012), um repositório dos conceitos e do léxico de que uma língua dispõe.

¹⁹ There has to be a difference between ‘how the mind represents the world’ and ‘how science represents the mind’.

Os macropapéis semânticos²⁰ de Ativo (*Actor*), Inativo (*Undergoer*) e a variedade de funções semânticas que são cobertas pelo papel Locativo (*Locative*) são formulados no Nível Representacional e, posteriormente, indicados, no caso do português, pela codificação da ordenação dos participantes (PEZATTI, 2014). No caso do português, ao papel de Ativo reserva-se, canonicamente, a posição pré-verbal, enquanto ao papel de Inativo, em geral, a posição pós-verbal, conforme se observa nos exemplos (2-11) e (2-12):

(2-11) A menina abraçou o menino.

(2-12) O menino abraçou a menina.

A mudança na ordenação é responsável por codificar a função de cada participante no Estado de coisas, mas o conhecimento que define o iniciador desse evento não está no Nível Representacional, mas no conhecimento de que dispõe o falante no momento da produção do enunciado. Connolly (2013) propõe o símbolo “€” para codificar este tipo de informação, conforme mostra (2-13).

(2-13) ((EVENTO:ABRAÇAR_10#1(ENTIDADE:MENINO_11#2)
(ENTIDADE:_MENINA12#3) #4)
(QUALIDADE:€#5 (#2) (#1) #6)
(QUALIDADE:TEMPO#7 (#4) (QUALIDADE:ANTERIOR (•0)#8) #9)
_INFO-APRESENTAÇÃO)

Em (2-13), o símbolo €, que aparece na terceira linha, é uma qualidade indicadora do iniciador da energia do Estado de Coisas. A entidade #2 aparece após o símbolo, bem como o evento #1, mas nota-se que #3 não aparece, indicando seu papel passivo no desenrolar do evento.

Além dessa informação, há outra que as RNCs permitem codificar e que se mostra especialmente relevante para a análise de expressões de espaço: trata-se da natureza argumental de uma entidade locativa. Reserva-se a primeira etapa da notação (normalmente contida na primeira linha) para a inserção do núcleo do predicado e seus argumentos, ao passo que a última serve para a designação do tipo de enunciado que vai atuar na escolha da Força Illocucionária

²⁰ Hengeveld e Mackenzie (2008) chamam essas funções semânticas de *Macropapéis* porque a especificação de cada um deles só deve ser considerada quando for relevante para a língua. No português, por exemplo, o macropapel Locativo pode ser especificado como Alativo, Perlatoivo, Ablativo, ou mesmo Beneficiário e Recipiente, que são, tipicamente, funções semânticas do caso dativo.

correspondente, e as etapas intermediárias visam à apresentação de informações que aparecerão sob a forma de operadores ou modificadores nas diferentes níveis e camadas.

Mostramos em (2-14) um caso em que um modificador escopando um Estado de Coisas aparece em sua posição canônica, ao final do enunciado (PEZATTI, 2014).

(2-14) Um homem reclamou ontem.

(2-15) ((EVENTO:RECLAMAR_230#1 (ENTIDADE:HOMEM_231#2) #3)
(QUALIDADE:€#4 (#2) (#1) #5)
(QUALIDADE:TEMPO#6 (#3) (QUALIDADE:ANTERIOR(•0)#7) #8)
(QUALIDADE: TEMPO#9 (#3) (ENTIDADE:ONTEM_232#10) #11)
_INFO-APRESENTAÇÃO)

Percebe-se, na representação contida em (2-15), que a ativação de uma estratégia gramatical, como a flexão morfológica do verbo para o passado (*reclamou*), aparece representada em QUALIDADE:ANTERIOR, ao passo que a ativação de uma estratégia lexical, como o uso de uma Palavra Adverbial (Advw) *ONTEM*, aparece representada em seguida. Isso significa que as diferentes estratégias devem aparecer separadamente no Componente Conceptual.

Considerando ainda a representação em (2-15), a natureza não argumental da entidade *ONTEM* está bem visível pela representação dela como a qualidade *TEMPO* na terceira linha. Interessam-nos a maneira como as categorias de tempo e espaço se comportam nessas formalizações, uma vez que, no caso de locativos espaciais com status argumental, a entidade aparece na primeira linha da representação, junto ao evento. Do mesmo modo, locativos com status não argumental, devem aparecer em linhas posteriores, indicando seu papel de modificador em relação à camada sobre a qual incidem.

Para dar um exemplo, vejamos em (2-16) e (2-17) duas ocorrências de locativos espaciais:

(2-16) mais **ela** volta só no/ no domingo pra **í(r) à missa...** (AC-086; NR: L. 206-207)

(2-17) e:: pregô(u) em cima desse cavalo... **e o cavalo e ele de cavalo andava passava no meio dos o(u)tro** assim e o bicho atrás dele... (AC-063; NR: L. 571-572)

Mais adiante, discutiremos alguns critérios de definição de argumento conforme o que propõe Garcia (2006) e Pezatti et al. (2010). Por enquanto, a discussão se resume a mostrar

como a natureza argumental de um locativo, que se constitui a partir do conhecimento do falante, pode ser indicada nas RNCs. Enquanto em (2-16), “à missa” é fundamentalmente argumental para o verbo *ir*”, em (2-17), “no meio dos outros” serve apenas como um modificador de “passar”.

Essa análise corrobora a posição de Pezatti et alii (2010), segundo a qual o uso de uma preposição lexical simples indica tipicamente a não transitividade, e não poderia, por isso, indicar uma função argumental para o locativo. Trata-se, nesse caso, de uma preposição lexical complexa, constituída de um núcleo predicator “meio” e duas Palavras Gramaticais (Gw) “em” e “de”, o que pode ser considerado uma pista para a análise não argumental de locativos. Assim, o argumento, quando houver, é codificado no NM por preposições gramaticais (*a, de, para, em*, entre outras).

Voltando aos exemplos, observemos agora como se mostram úteis as representações de Connolly (2017) para representar os enunciados em negrito em (2-16a) e (2-17a):

(2-16a)((EVENTO:IR_10#1 (ENTIDADE:ELA_11#2) #3) (**ENTIDADE:MISSA_12#3**) #4)
(QUALIDADE:€#5 (#2) (#1) #6)
(QUALIDADE:TEMPO#7 (#4) (QUALIDADE:SIMULTÂNEO(•0)#8) #9)
_INFO-APRESENTAÇÃO)
(2-17a)((EVENTO:PASSAR_10#1 (ENTIDADE:ELES_11#2) #3)
(QUALIDADE:€#4 (#2) (#1) #5)
(QUALIDADE:TEMPO#6 (#3) (QUALIDADE:ANTERIOR(•0)#7) #8)
(QUALIDADE: LUGAR#9 (#3) (**ENTIDADE:RIO_12#10**) #11)
_INFO-APRESENTAÇÃO)

Uma vez que a Gramática Discursivo-Funcional é um arcabouço altamente formalizado do discurso, o que Connolly obtém por meio dessas representações é a possibilidade de formalizar informações cognitivas do enunciado que as representações do Componente Gramatical não logram mostrar. Assim, quando em (2-16a) formalizamos *ENTIDADE:MISSA_12#3* como o terceiro constituinte do predicado (#3), estamos pondo em evidência o caráter argumental dessa entidade, que consiste, no caso, em um Estado de Coisas.

Do mesmo modo, o uso de *ENTIDADE:RIO_12#10*, como especificador da qualidade *LUGAR*, evidencia que o item lexical “Rio”, inserido no Nível Representacional, exerce a função de um modificador de lugar que escopa a camada do Estado de Coisas. Dessa maneira, antes de discutir a natureza argumental dos locativos encontrados nas ocorrências, é conveniente lançar mão das Representações do Nível Conceptual a fim de dar maior clareza ao resultado considerado.

Essa expansão do Nível Conceptual é fundamental para ser possível estender ainda mais o princípio de adequação cognitiva proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), uma vez que ela permite adicionar uma ampla quantidade de informações, que incluem, além do Cognicon (Eventos, Entidades e Qualidades) e do Onomasticon (nomes próprios), o Registro de Cenário, que contém as seguintes informações, segundo Connolly (2017): o Tipo Discursivo (livro pedagógico); Formalidade (alta); Civilidade (polido); Propósito Comunicativo (pedagógico); Estado Emocional (calmo); Atitude (sem juízo de valor).

As adições de Connolly (2013, 2017) sobre o Componente Conceptual serão de grande valia para formalizar informações sobre o tipo de percurso com que estamos lidando, se factivo ou se fictivo, e, como mencionado, sobre a natureza argumental dos constituintes locativos em relação à oração de que participam.

A fase ainda provisória de proposição de formalizações nos convida não somente a avaliá-las cautelosamente quanto à sua instrumentalidade na análise dos dados coletados, mas também, quando for o caso, a sugerirmos adições nas RNCs que permitam formalizar outros critérios conceptualmente relevantes para o português.

2.3 O Componente Contextual na GDF

A Gramática Discursivo-Funcional, em seus primeiros trabalhos, parece dar um grau mais elevado de relevância para o Componente Contextual, uma vez que é recorrentemente acionado ao longo dos processos de formulação e codificação. Sua importância, seguindo o Princípio de Codificação Formal (KEIZER, 2015), é dependente da expressão gramatical das categorias que se enunciam. Com efeito, ainda que a GDF seja uma teoria funcional por assumir uma abordagem “da função para a forma”, ela é, segundo afirmam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 38-9), ao mesmo tempo, “formalmente orientada”, já que somente fornece uma explicação tanto dos fenômenos pragmáticos e semânticos, quanto dos fenômenos conceptuais e contextuais, que se refletem na forma morfossintática e fonológica de um enunciado (KEIZER, 2015, p. 15).

Assim, Hengeveld e Mackenzie (2008) não buscam dar conta da grande complexidade teórica que subjaz ao termo “contexto”, mas se preocupam mais com o modo como o contexto pode ser gramaticalmente relevante em termos formais.

Um exemplo que demonstra essa preocupação é a codificação morfossintática do gênero dos participantes no espanhol, conforme mostra (2-18).

(2-18) ¡Qué pálido-a est-ás!
What pale-f.sg cop-ind.prs.2.sg.fam
'How pale you look! (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 10)

Os autores argumentam que a escolha de um operador gramatical de gênero afixado à camada da Palavra (Xw) no Nível Morfossintático só pode ser determinada contextualmente, por meio das informações percebidas na situação comunicativa pelos interlocutores, no caso, o gênero do Ouvinte (P₂)_A.

No entanto, essa primeira visão do Componente Contextual ainda é, segundo Butler (2008a), uma “instância conservadora”, já que não abre espaço para elementos com evidente relevância contextual, em razão da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de torná-los visíveis na codificação formal da gramática, que os coloca em uma posição de desvantagem dentro do arcabouço da GDF. Esse tratamento torna-se compreensível pela seguinte justificativa dos autores:

Há tantos aspectos do contexto de interação que se poderia argumentar que teriam um impacto incidental sobre as escolhas linguísticas de um falante, de modo que modelá-las dentro de nossa teoria subtrairia dele grande parte de seu poder²¹ (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008, p. 10, tradução nossa).

Há alguns fenômenos linguísticos, no entanto, que os autores privilegiam, atribuindo-lhes elevado grau de importância na codificação morfossintática de algumas línguas, como o da anáfora, o da voz reflexiva e o dos encadeamentos narrativos. Enquanto os dois primeiros são geralmente tratados nos limites do Ato Discursivo, o último participa de um quadro mais amplo da língua, ocupando-se de trechos bem maiores de texto e como eles se articulam, ou seja, um exercício a que se propõe uma gramática do discurso.

Posteriormente à obra inaugural da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), algumas outras se destacam por tratar do contexto e de sua relevância para a produção de discurso. Em algumas, vê-se a preocupação em distinguir contexto situacional de discursivo (CONNOLLY, 2007; HENGEVELD; MACKENZIE, 2014). Em outras, busca-se entender como ocorre a interação entre os componentes Contextual, Conceptual e Gramatical (GIOMI, 2014) ou como essa interação implica a disponibilização de informações contextuais para o processo de interpretação do ouvinte. Por essa razão, a próxima seção vai dar um tratamento teórico aos

²¹ There are so many aspects of the context of interaction that could be argued to have an incidental impact upon a speaker's linguistic choices that modelling them within our theory would deprive it of much of its power.

desdobramentos mais recentes da GDF, ligados ao desenvolvimento do Componente Contextual.

2.3.1 Desenvolvimentos recentes do Componente Contextual: uma proposta de subdivisão.

O trabalho de Connolly (2007), que é anterior à publicação da Gramática Discursivo-Funcional, já contava com reflexões relevantes sobre o papel do contexto em uma gramática funcional do discurso. Aparece, nessa obra, uma visão dinâmica do contexto, de forma que cada enunciado produzido deve ser armazenado no contexto para ser, então, mais facilmente recuperado em enunciados futuros.

Para considerar as informações contextuais de que pode dispor o falante no momento da enunciação, Connolly (2007, p. 14) propõe a existência de quatro distinções de tipos de contexto. A distinção mais importante está entre contexto discursivo e contexto situacional, que, como veremos a seguir, é corroborado pelo que propuseram mais tarde os próprios autores da gramática (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014). Enquanto o situacional se define como a parte do contexto situada no exterior do discurso enunciado, o discursivo se ocupa das informações relevantes disponíveis para o enunciador, sejam elas linguísticas (cotextuais) ou conceptuais (pré-verbais) (CONNOLLY, 2007, p. 15), conforme mostrado em (2-19).

(2-19) (a) Contexto Discursivo versus Contexto Situacional.

(b) Contexto Físico versus Contexto Sociocultural.

(c) Contexto Restrito versus Contexto Abrangente.

(d) Contexto Mental versus Contexto Extramental.²²

O contexto discursivo restringe-se a fragmentos textuais já evocados anteriormente, seja no mesmo texto (restrito) ou em outros textos que se aproximem da situação comunicativa (abrangente). O contexto situacional, por sua vez, pode ainda ser dividido entre contexto físico e contexto sociocultural, conforme mostra a Figura 4.

²² O Componente Contextual Mental e Extramental, como proposto por Connolly (2007), trata, respectivamente, das informações já disponíveis na mente do falante e daquelas que ainda podem ser inseridas. No entanto, como veremos, trata-se de um tipo de contexto pouco relevante para a análise que propomos fazer aqui.

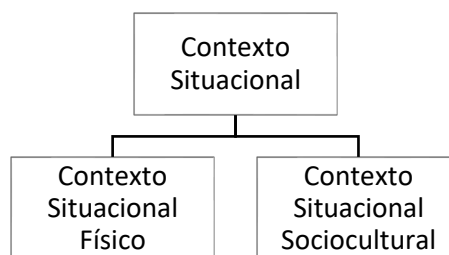


Figura 4 – O Contexto Situacional (Adaptado de CONOLLY, 2007, p. 15)

Enquanto o contexto físico armazena informações, como tempo e espaço, na situação comunicativa, o contexto sociocultural armazena os fenômenos não materiais, como a organização social de normas de pensamento e comportamento. Trata-se de uma distinção do autor que é também depois corroborada por Hengeveld e Mackenzie (2014) para tratar da relevância do contexto físico para a GDF, uma vez que ele pode ser responsável pelo acionamento de operadores gramaticais no Português responsáveis, por exemplo, pela marcação de tempo passado.

Outra divisão possível, que se aplica tanto ao contexto discursivo quanto ao situacional discursivo, pode ser feita entre contexto situacional/discursivo restrito ou abrangente, conforme mostra a Figura 5.

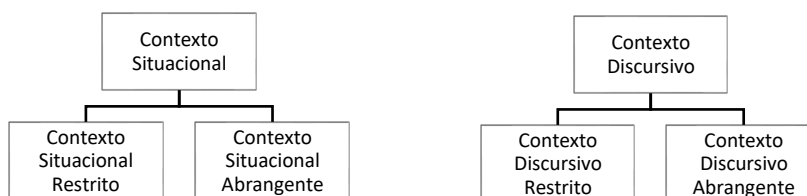


Figura 5 – Componentes Contextuais (Autoria Própria)

Em se tratando de contexto discursivo restrito, encontra-se o que é normalmente tratado por cotexto (LYONS, 1995; HALLIDAY, 1999), isto é, os enunciados já produzidos que contribuem com informação de curto prazo, no momento da produção de novos enunciados, para a organização informacional do texto entre novo e dado, além de servir de âncora para a organização coesiva. Em (2-20), temos um exemplo de como esse contexto pode atuar em um processo de anáfora. O emprego da Palavra Gramatical “isso” encapsula toda uma narrativa anterior, processo anafórico possível somente em vista das informações disponíveis no Componente Contextual Discursivo Restrito.

(2-20) Doc.: mas ela mordeu sua irmã?

Inf.: mordeu... porque minha tia falô(u) que era pra ela mordê(r)... minha mãe nossa minha mãe chorô(u) ficô(u) muito chateada éh::... qua/ queria embora (antes de)... queria í(r) embora pra praia... quase que ela perdeu a amizade com/ com meu tio... 75 porque meu tio falô(u) que... ele fica do lado da esposa dele... aí minha mãe foi ela ficô(u) emba(i)xo de chuva com a minha irmã no colo... e com a minha tia foi telefoná(r) porque ela num usava o telefone da casa do meu tio ela ia no orelhão... telefoná(r)... **então ela ligô(u) pro meu pai... éh::... pro meu pai ela foi contá(r) isso...** (AC-056; NR: L. 71-88)

Quanto ao contexto discursivo abrangente, Connolly (2007, p. 15) ressalta o uso do termo “intertexto” em Cook (1992) para descrever situações em que o cotexto utilizado em uma produção discursiva não parte da mesma produção, mas sim de outro texto que produz o mesmo efeito de ancoragem na produção de enunciados. Para exemplificar um caso de contexto discursivo abrangente, mostramos em (2-21) uma narrativa dentro de outra.

(2-21) Inf.: ah ele nunca chegô(u) a me contá(r) que/ como foi essa **história de suicídio** mas **ele já me falô(u) que tentô(u) se matá(r)**... mas nunca:: chegamo(s) ao ponto de como que foi essa/ as histórias (de sui/) como ele tentô(u) se matá(r) mas... (AC-043; NR: L. 104-106)

O exemplo em (2-21) consiste numa narrativa formulada pelo informante que nos convida a trazer para o contexto discursivo abrangente uma outra narrativa, de um amigo que havia tentado o suicídio. O texto dessa narrativa secundária, com as informações potencialmente inferíveis, passa a fazer parte do contexto da narrativa primária, de forma que o documentador possa fazer alusão a um problema depressivo do amigo, que está agora contextualmente ativado pela narrativa secundária, referenciado por meio de um artigo definido, que denota a identificabilidade do problema tanto pelo falante quanto pelo ouvinte.

Já o contexto situacional restrito consiste nas informações circunstanciais presentes no evento comunicativo, por exemplo, uma sala em que ocorre uma conversa e os objetos contidos dentro dela. Para o autor, se houver uma divergência entre o local da conversa e o local evocado no enunciado, então o contexto situacional restrito deve ser “partilhado” (*distributed*), e conter as informações do espaço físico e as do espaço evocado. Isso se mostra na ocorrência (2-22) com o uso de dêiticos locativos, com os quais o falante pode mencionar “aqui” e fazer referência ao contexto locativo restrito em que se encontram o falante e o ouvinte.

(2-22) Doc.: mas onde que é essa chácara aí G.?

Inf.: [ah]

Doc.: [é **aqui**] em Rio Preto?

Inf.: não (AC-003; NE: L. 10-13)

Por fim, Connolly (2007) também postula uma distinção entre contexto mental e extramental, diferença que se justifica pela possibilidade de o primeiro, por já estar mentalmente disponível, influenciar a intenção comunicativa do falante, enquanto o segundo está disponível apenas no mundo e pode, ou não, posteriormente integrar o contexto mental.

Deve-se aqui concordar com Connolly (2007, p. 19) que é impossível lançar um olhar objetivo sobre o que se passa na mente do enunciador. Até este momento, todos os contextos já mencionados (situacional/discursivo, restrito/abrangente, físico/sociocultural) são mentais, e, como tais, apreendidos pela necessidade comunicativa. Além disso, todo rol de contextos extramentais pode ser também intramental ao se tornar relevante para a comunicação em uma dessas outras três instâncias de contexto.

Dik (1997) já sugeria que um modelo funcional de gramática precisaria ser incorporado a um modelo de interação verbal mais abrangente a fim de dar conta de aspectos não gramaticais. Connolly (2007, p. 21) sugere um esquema, mostrado na Figura 6, que propõe a integração do Componente Contextual em duas dimensões, para que essas informações sejam diferentemente consideradas: a do Contextual Situacional e a do Contextual Discursivo.

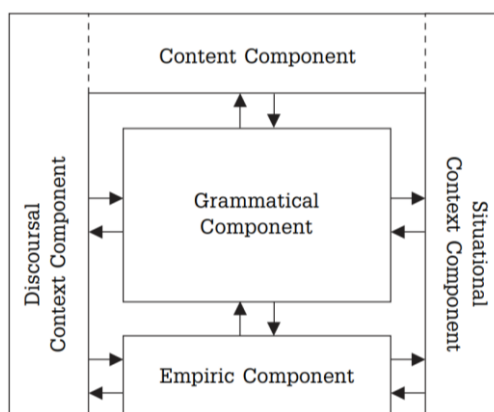


Figura 6 – Componente Contextual Dividido (CONNOLLY, 2007, p.21)

Nota-se que alguns termos são diferentes dos encontrados no arcabouço atual (*Content Component* e *Empiric Component* ao invés de *Conceptual Component* e *Output Component*, respectivamente). Nossa atenção, entretanto, está dirigida para a bidimensionalidade do Componente Contextual, que contribui com o Componente Conceptual na pré-formulação da

intenção comunicativa. Mais tarde, Giomi (2014) também apresenta uma proposta de como conceber o funcionamento do Componente Contextual, que está mais detalhadamente desenvolvido na próxima seção.

2.3.2. Desenvolvimento do Componente Contextual: produção e compreensão.

Como já mencionado, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2) deixam claro que o arcabouço da GDF tem uma orientação descendente: inicia-se com a intenção do falante, passa pelos níveis do Componente Gramatical e vai até a articulação do enunciado. Os autores ressaltam que esse direcionamento não implica a necessidade de enxergar a GDF como um modelo do falante. Trata-se de uma teoria sobre a Gramática que busca seguir a ordem adequada da produção conforme evidência psicolinguística (LEVELT, 1989 *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Partindo desse princípio, Giomi (2014) propõe uma inversão da direção da GDF sobre si mesma, para incluir, com essa proposta, o outro lado do funcionamento do processo completo de produção, ou seja, o da compreensão (*comprehension*), o que faz dedicando um esforço considerável à análise do contexto.

Para o procedimento de compreensão, os processos de Formulação e Codificação são renomeados como Interpretação e Decodificação, respectivamente. Uma vez que compreensão e produção são processos diametralmente opostas, inverte-se a ordem em que as informações passam pelos níveis de compreensão. Enquanto a produção articula conhecimento contextual e conceptual por meio dos estágios de Formulação, e depois Codificação, a mensagem transmitida vai, por sua vez, passar por Decodificação e então por Interpretação para ser apreendida pelo ouvinte.

Com base nessa proposta, Giomi (2014) discute a maneira como o Componente Contextual interage com cada um dos dois estágios do processo de compreensão, o que o leva a postular que há uma importância consideravelmente maior do contexto para a produção do que para a compreensão.

Em particular, o processo de Decodificação acaba não sofrendo nenhuma influência das informações disponíveis no contexto (GIOMI, 2014, p. 280), de modo que todas as informações apresentadas no Componente Contextual passam a ser relevantes somente no estágio de Interpretação. Esse fato, no entanto, não impede que o enunciado seja inteiramente decodificado do mesmo modo como foi codificado morfosintática e fonologicamente, com raras incidências de casos de ambiguidades facilmente resolvidas pelos níveis de Interpretação.

Enquanto a Decodificação dependeria apenas dos primitivos fonológicos e morfossintáticos contidos no enunciado decodificado, a Interpretação já faz uso de representação de conteúdo, de um modo tal que cada unidade linguística se refere à(s) propriedade(s) de uma entidade concreta ou abstrata no mundo extralinguístico, ou a uma ação comunicativa executada pelo falante. Connolly (2007) e Giomi (2014) concordam que é situacional por natureza parte das informações utilizadas tanto para o processo de Formulação quanto para o de Interpretação.

Hengeveld e Mackenzie (2014) fazem, então, uma proposta de como enxergam a relação do Componente Contextual com o Gramatical, partindo inclusive de algumas das ideias propostas por Connolly (2007). A ideia dos dois autores, conforme mais bem descrita na próxima seção, ratifica a proposição de Giomi (2014) quanto às informações disponíveis no Contexto da comunicação e como elas podem influenciar sistematicamente a forma do enunciado.

2.3.3 Desenvolvimentos do Componente Contextual: interação com os níveis.

Para Hengeveld e Mackenzie (2014), o Componente Contextual influencia o Componente Gramatical de uma forma restrita e regida por princípios. Não caberia à GDF, portanto, “lidar com tudo que existe sob o nome de contexto na vasta literatura sobre pragmática” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014, p. 204). Enquanto as especificações contidas no Componente Contextual forem responsáveis por causar efeitos sistemáticos na gramática de uma língua, elas devem ser consideradas, mas não para além desses casos, em atenção ao Princípio da Codificação Formal (KEIZER, 2015).

Emergem duas consequências desse posicionamento: (i) para os autores, o Componente Contextual não é idêntico de um ponto de vista translinguístico, uma vez que diferentes mudanças gramaticais podem exigir diferentes informações contextuais, que passam, então, a ser relevantes para uma língua e não para outra; (ii) excluem-se da proposta informações como gênero, projeto comunicativo geral (*campanha eleitoral*, por exemplo), ou cenários institucionais, por não exercerem influência sobre o sistema gramatical de uma língua.

Para sua versão do Componente Contextual, Hengeveld e Mackenzie (2014) propõem a existência de quatro estratos, cada qual correspondendo a um nível do Componente Gramatical. Cada um desses estratos dá conta de um ou dois tipos de informação: discursiva ou situacional. A informação situacional é relevante apenas nos estratos relacionados aos níveis de formulação, Interpessoal e Representacional, enquanto a informação contextual discursiva está disponível nos quatro estratos.

Com base na proposta de Connolly (2007), anteriormente mencionada, e das contribuições de Rijkhoff (2008) e Cornish (2009), Hengeveld e Mackenzie (2014) incluem, no Componente Contextual Situacional os itens contidos em (2-23).

(2-23) Componente Contextual Situacional

- (a) Indicação dos participantes presentes no evento de comunicação.
- (b) Aspectos do local em que o evento ocorre.
- (c) O tempo de ocorrência do evento, que comporta a consciência do enunciador da passagem do tempo, chamado de “Relógio do Componente” (*Component's Clock*) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014, p. 206-207).

Há uma considerável proximidade entre essa proposta e a de Connolly (2007) acima discutida. Percebe-se, no entanto, uma síntese adequada de certas distinções, e que, por isso, é adotada no presente trabalho. Os conceitos “restrito vs. abrangente”, assim como “físico vs. sociocultural”, aparecem, principalmente nas dimensões de tempo e espaço, fundidos na proposta de Hengeveld e Mackenzie (2014). Uma sumarização parecida vai se dar com a informação discursiva presente no contexto, conforme mostra (2-24).

(2-24) Componente Contextual Discursivo

- (a) Armazena as análises de cada nível que já apareceram no evento comunicativo. Assim, as informações representadas no Componente Contextual Discursivo do Nível Interpessoal ficam disponíveis para o uso no Nível Interpessoal, e o mesmo ocorre com os Níveis Representacional, Morfossintático e Fonológico.
- (b) Uma adição importante são os processos de *Expansão e Redução* (*Stacking and Decay*) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014, p. 210), responsáveis por garantir maior saliência discursiva de elementos do cotexto recente e menor saliência, ou maior afastamento, das informações que estão no final do acervo disponível de informações.

Em (2-25), a que se segue a Tabela 1, encontra-se um sumário dessas especificações do Componente Contextual (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014, p. 214):

(2-25) Componente Contextual Situacional:

1. Situação de fala: Participantes, tempo da enunciação, local da enunciação.

2. Mundo físico: Entidades percebidas, tais como indivíduos, eventos, propriedades etc.

Componente Contextual Discursivo:

1. Interpessoal: Atos que tenham sido proferidos anteriormente no discurso.
2. Representacional: Entidades que tenham sido denotadas no discurso precedente.
3. Morfossintático: Unidades morfossintáticas que tenham sido produzidas no discurso precedente.
4. Fonológico: Unidades fonológicas que tenham sido produzidas no discurso precedente.

	Componente Gramatical	Componente Contextual
IL	(M _K : (A _K : [(F _K) (P _I) _S (P _J) _A (C _k) ...	Situacional: P: (IP _I : Sara (P _I)), (hP _J : Sr. Smith(P _J)) T: T0 = <data, tempo> L: L0 = <coordenadas> Discursivo: M: (M _J) (M _I) A : (A _J) (A _I) etc.
RL	(p _k : (ep _k : (e _k : (f _k : [(f _i) (x _k)...)	Situacional: x: (x _j : relógio (x _j)) (x _h : louça (x _h)) f: (f _j : temperatura (f _j)) (f _i : verde (f _i)) etc. Discursivo: x: (x _i) (x _g) etc.
ML	(Le _k : (Cl _k : [(Xp _k : [(Xs _k) (Aff _k)...)	Discursivo: Le: (Le _j) (Le _i) Cl: (Cl _j) (Cl _i) etc.
FL	(U _k : (IP _k : [(PP _k : [(PW _k : (S _k)...)	Discursivo: U: (U _j) (U _i) IP: (IP _j) (IP _i) etc.

Tabela 1 – Interação entre os Componentes Gramatical e Contextual (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014, p. 212)

O processo de expansão e redução recebe especial atenção, uma vez que a alimentação do Componente Contextual é um processo dinâmico, em que informações mais recentes ficam disponíveis no topo do acervo enquanto informações mais antigas desaparecem ao longo da

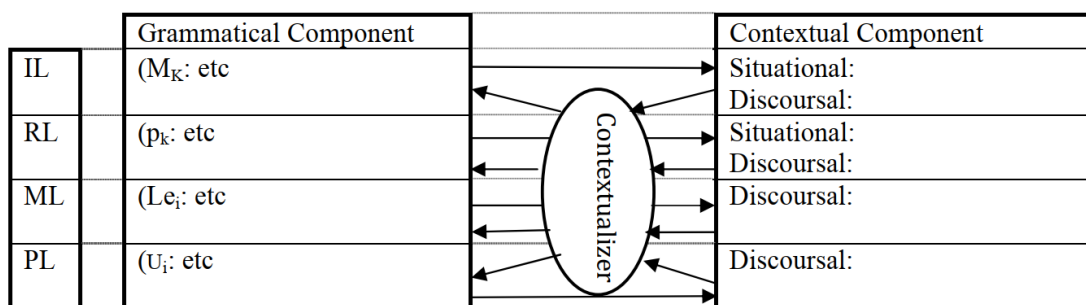


Figura 7 - Relações entre os níveis do Componente Gramatical e os níveis do Componente Contextual

Nota-se que a ideia de contexto mental vs. extramental de Connolly (2007) não é nem ao menos mencionada pelos autores. Essa posição talvez se justifique pelo fato de que as três outras distinções de contexto se classificam todas como contextos mentais, que influenciam a informação pragmática de que dispõe o falante. Entretanto, para que possam influenciar a informação pragmática e, conseqüentemente, o enunciado, precisam antes ser retiradas do contexto extramental e ser inseridas no contexto mental, no caso, inseridas nos contextos discursivo e situacional e no Componente Conceptual. Essa passagem desconsidera a existência da ferramenta “Contextualizador” proposta por Hengeveld e Mackenzie (2014), e, talvez por constituir um fenômeno que ocorre inteiramente fora do Componente Gramatical (mesmo que o influencie), não é objeto de tratamento pelos autores da GDF.

O quadro 3 fornece um sumário das três elaborações do Componente Contextual na GDF em Connolly (2007), Giomi (2014) e Hengeveld e Mackenzie (2014).

	Contribuição para o Componente Contextual
Connolly (2007)	Considera quatro subdivisões adequadas para capturar todo o contexto que pode influenciar um enunciado: (a) Contexto Discursivo e Contexto Situacional. (b) Contexto Físico e Contexto Sociocultural. (c) Contexto Restrito e Contexto Abrangente. (d) Contexto Mental e Contexto Extramental. Os Contextos Discursivo e Situacional podem ser reanalisados em Físico ou Sociocultural, bem como em Restrito ou Abrangente, de modo que essas categorias são antagônicas em (a), (b), (c) e (d), mas complementares quando combinadas, como por exemplo, uma informação situacional presente no contexto físico restrito (a + b + c), ou uma discursiva, presente no contexto sociocultural abrangente (a + b + c). Entretanto, (a), (b) e (c) estão presentes no Componente Contextual Extramental, e devem ser repassadas para o Componente Conceptual. Os contextos Discursivo e Situacional são ratificados ao passarem por consideração em Hengeveld e Mackenzie (2014) e em Giomi (2014).
Giomi (2014)	(i) Diferentes elementos dos Contextos Discursivo e Situacional podem interagir com o Componente Gramatical do Ouvinte. (ii) A Informação contextual é altamente relevante para a Interpretação, mas não para a decodificação. (iii) O texto é definido pelo registro mental do participante sobre as estruturas morfossintáticas e fonológicas presentes nos enunciados produzidos durante a interação, e o discurso é definido pelas configurações pragmáticas e semânticas associadas. (iv) apenas as representações gramaticais geradas na análise linguística devem ser diretamente incorporadas ao Componente Contextual.

Hengeveld e Mackenzie (2014)	Os efeitos do contexto devem ser considerados dentro do arcabouço da GDF apenas quando forem responsáveis por produzir reflexos sistemáticos formais na gramática da língua. Assim, as únicas informações consideradas são as provindas do Componente Contextual Situacional, que envolve os participantes, o tempo e o local da enunciação, e as do Componente Contextual Discursivo, que são, por exemplo, Atos Discursivos (no NI), Estados de Coisas (no NR), Orações (no NM) e Frases Fonológicas (no NF) previamente produzidas no discurso, retomadas essas que se referem a todas as camadas. Enquanto o as informações contextuais situacionais podem ser ativadas somente nos níveis da Formulação, o contexto discursivo pode, por seu lado, incidir sobre os quatros níveis do Componente Gramatical. No entanto, uma diferença fundamental entre as ideias apresentadas em Hengeveld e Mackenzie (2014) e as apresentadas em Giomi (2014) e Connolly (2007) concerne à maneira como as informações contextuais são incorporadas à gramática. Enquanto os primeiros propõem uma ferramenta de passagem direta dos Componentes Contextual para o Gramatical, os últimos sugerem que o Componente Contextual deve primeiro passar a informação ao Conceptual para que ela possa ser usada na produção da mensagem pré-verbal e então introduzido no Componente Gramatical.
-------------------------------------	--

Tabela 2 – Desenvolvimentos do Componente Contextual na GDF (autoria própria)

2.3.4 Articulação das novas propostas de componente contextual

Cabe-nos agora avaliar como essas três propostas de desenvolvimento do Componente Contextual se articulam e podem auxiliar a análise dos dados. Das propostas elencadas na tabela acima, escolhemos preservar a de Hengeveld e Mackenzie (2014) quanto aos Componentes Contextuais relevantes para o arcabouço da GDF, quais sejam, os Componentes Contextual Situacional e Contextual Discursivo.

O contexto situacional, por participar apenas do processo de Formulação ou, pensando na proposta de Giomi (2014), de Interpretação, pode conter as informações situacionais restritas e abrangentes. As restritas, como o lugar e o momento da comunicação, são mencionadas explicitamente por Hengeveld e Mackenzie (2014), ao passo que as informações abrangentes, embora não explicitamente mencionadas pelos autores, aparentemente, podem ser incluídas quando forem pertinentes para a análise, sem a necessidade de se apelar para outras maneiras de formalizá-las.

O contexto discursivo, presente nos quatro estratos de correspondência do Componente Contextual (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014), também mostra uma convergência entre as

propostas de Hengeveld e Mackenzie (2014) e Connolly (2007), no que concerne o Componente Contextual Discursivo Restrito, tratando-se do cotexto, isto é, dos Atos Discursivos, Estados de Coisas, Orações e Enunciados já previamente inseridos no discurso. Quanto ao contexto discursivo abrangente, não vemos a necessidade, neste trabalho, de estabelecer uma diferença entre um cotexto “do mesmo texto” e um cotexto “de outros textos”, representando os contextos Discursivo Restrito e Discursivo Abrangente, respectivamente. Embora essa distinção seja, sem dúvida, relevante em análises de outra natureza, partiremos aqui apenas do conceito de contexto discursivo como proposto pelos autores da GDF, que deve se relacionar a estratos com o componente gramatical.

Da mesma forma, não é relevante a distinção entre contexto físico e contexto sociocultural, potencialmente aplicável ao contexto situacional, uma vez que valores socioculturais apresentam pouca sistematicidade quanto ao grau de influência na morfossintaxe ou na fonologia. Assim, o contexto situacional físico, que Hengeveld e Mackenzie (2014) chamam apenas de contexto situacional, tem relevância por fazer menção a entidades já ativadas pela presença no espaço físico reconhecido e compartilhado pelos participantes da situação comunicativa.

Por fim, acreditamos que a distinção entre contexto mental e extramental seja adequada a uma análise de como informações ainda não disponíveis no contexto possam ficar disponíveis. Entretanto, nossa análise está focada apenas nas informações de alguma forma já presentes no contexto, afastando a necessidade de lidar com informações contextuais extramentais.

Outra escolha teórica de que lançamos mão concerne à forma de passagem de informações contextuais para Componente Gramatical. Concordamos com Connolly (2007) e Giomi (2014) que as informações contextuais passam do Componente Contextual para o Componente Conceptual, onde servem de input para a intenção comunicativa, podendo então passar para o Componente Gramatical e serem formuladas e posteriormente codificadas. Diante da existência de um componente responsável pela elaboração da mensagem pré-verbal, parece redundante considerar um Contextualizador cuja única função já é suprida por um componente pré-existente no arcabouço.

Isso não quer dizer que o Componente Contextual não deva ser considerado como estratos correspondentes a camadas. Assim como o Componente Conceptual já armazena a integridade da mensagem, que recebe representação gradual conforme se vai adentrando nos níveis, as informações contextuais relevantes para cada nível emergem conforme se processa a produção do enunciado. Ressaltamos que embora a teorização sobre os processos de Formulação e Codificação implique um processo gradual, que acontece passo a passo, esses

processos devem ocorrer, na verdade, simultaneamente na mente do enunciador, o que corrobora ainda mais a articulação entre níveis e componentes.

Tendo discutido os desenvolvimentos mais recentes na GDF dos Componentes Contextual e Conceptual, passaremos a tratar, na seção seguinte, da perspectiva cognitiva de gramática.

3. Uma Perspectiva Cognitiva de Gramática

3.1 A concepção cognitiva de percurso

A vertente cognitiva de linguística dá grande contribuição para esta dissertação, em especial a Gramática Cognitiva de Langacker (2008) e as obras de Talmy (2000) e Huumo (2014), de que se empresta o conceito de percurso. Na seção 3.2, a formulação dos critérios de análise apresentados fundamenta-se em parte na GDF e seus componentes e, em parte, nessas obras de vertente cognitivista. Uma vez que a adequação psicológica é um dos princípios fundadores da G(D)F, junto com a adequação pragmática e a tipológica, é possível fazer uma articulação produtiva entre a teoria funcional-cognitiva e a Gramática Discursivo-Funcional mediante a inclusão de informações relevantes na codificação gramatical com base nos Componentes Contextual e Conceptual.

Para definir percurso, tomamos como base os conceitos de Trajetor (*Trajector*) e Marco (*Landmark*) na Gramática Cognitiva de Langacker (2008). Uma relação de perfilamento (*Profile*) implica uma base conceptual com uma região de escopo máximo e uma de escopo imediato (*Immediate Scope*). Dentro da base de escopo imediato, recai a atenção de quem enuncia e de quem interpreta o enunciado, além de um ponto focal para o qual a atenção é particularmente orientada.

Para dar exemplo do modo como atuam esses conceitos, o autor sugere o significado do termo “cotovelo”. Nesse conceito, o escopo máximo está na forma do corpo humano, enquanto o escopo imediato, a porção colocada em evidência (*Onstage*) (LANGACKER, 2008, p. 66), é o braço, que, então, permite o perfilamento (isto é, a focalização) do cotovelo. Em outras palavras, o cotovelo é a entidade perfilada dentro do escopo imediato do braço e dentro do escopo máximo do corpo humano. Da mesma forma, a palavra “mão” também pode ser perfilada dentro do mesmo escopo mínimo e máximo.

É comum que expressões que apresentam relações de perfilamento tenham a mesma base conceptual e ainda serem semanticamente distintas. Assim, expressões como “vir” e “chegar” evocam algo que se desloca por um percurso espacial para uma localização final, isto é, uma entidade que ocupa pontos subsequentes do espaço em pontos subsequentes do tempo, definindo um *percurso* no sentido em que pretendemos empregar o termo. A Figura 8 esquematiza o que está sendo proposto.

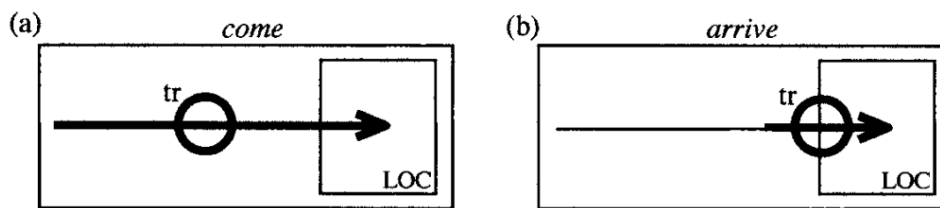


Figura 8 - Esquema do perfilamento de *come* e *arrive* (LANGACKER, 2008, p. 68)

O conceito de Trajetor (tr) se caracteriza como um foco primário em uma relação perfilada e, em alguns casos, pode haver um foco secundário, que recebe o nome de Marco (lm, de *landmark*). Para a relação de percurso, temos apenas um Trajetor que perfila um deslocamento através de um plano secundarizado, que não deve receber status de segundo participante proeminente (LANGACKER, 2008, p. 72, tradução nossa):

Com verbos como *vir* e *chegar*, a entidade movente tem esse status [de Trajetor]. A relação que eles perfilam é a translação do ser movente através do espaço, o que claramente envolve uma série de locações que o ser movente sucessivamente ocupa. Mas enquanto essas locações sucessivas dão suporte à conceptualização de movimento espacial, elas permanecem em segundo plano ao invés de se destacarem como elementos focados.²⁴

Por isso concluímos que, em Langacker (2008), percurso é uma área do espaço por onde passa uma entidade que perfaz o movimento.

Nesse sentido, Talmy (2000) busca estabelecer os limites conceptuais de um evento de percurso e como podemos caracterizá-lo com base no comportamento do Trajetor ao longo dele, o que será objeto da próxima seção. O autor afirma que “falantes de uma língua tendem a conceber certos elementos e suas interrelações como pertencentes conjuntamente ao núcleo identificador de um evento particular”²⁵ (TALMY, 2000, p. 259, tradução nossa). Isso quer dizer que, no momento de conceptualizar um evento, um indivíduo deve evocar um conjunto de elementos e relações que pode ser visto como constituindo esse evento, o que implica também a existência de outros elementos e relações que, sendo incidentais, permanecem fora de seus limites, sendo brevemente mencionados ou simplesmente não expressos.

²⁴ With verbs like *come* and *arrive*, the mover has this status. The relationship they profile is the mover’s translation through space, which clearly involves a series of locations that the mover successively occupies. But while these successive locations support the conception of spatial movement, they remain in the background rather than standing out as focused elements.

²⁵ Language users apparently tend to conceive certain elements and their interrelations as belonging together as the central identifying core of a particular event.

Pode-se determinar a continuidade de um evento, que identifica o que se localiza dentro de seu enquadre, com base em espaço físico, temporalidade, causalidade, ou mesmo sustentá-la nas informações disponíveis ou na percepção do falante (TALMY, 2000, p. 261-262). As fronteiras de delimitação podem, até mesmo, ajudar a definir elementos linguisticamente argumentais (pertencem ao molde de predicação de determinado predicado) e os que são não argumentais, por estarem distante do centro do evento ou mesmo fora dele.

Existem cinco tipos de evento, segundo o autor: Percurso, Causação, Cíclico, Interação-Participante e Interrelação (*Path, Causation, Cyclic, Participant-Interaction, Interrelationship*) (TALMY, 2000, p. 260). Detalhando o evento de Percurso, há três subtipos que podem ser considerados: Percurso Aberto, Percurso Fechado e Percurso Fictivo, conforme mostram os exemplos (3-1) a (3-3), respectivamente.

(3-1) Ela foi da escola, pela avenida, até em casa.

(3-2) Corremos em volta da casa até chegar na porta de novo.

(3-3) Essa avenida corre daqui de casa, pela cidade, até a entrada da rodovia.

Por Percurso Aberto, ilustrado em (3-1), Talmy (2000, p. 266) considera uma entidade fisicamente em movimento ao longo de um período, que é conceptualizado em sua integridade, tendo, portanto, um início e um fim não coincidentes no espaço. Essa mesma definição vale para o Percurso Fechado, ilustrado em (3-2), com a exceção de que os pontos de início e de fim são, nesse caso, coincidentes, formando um circuito. O último tipo é o Percurso Fictivo, ilustrado em (3-3): trata-se de uma configuração espacial considerada como estática ao longo do tempo, mas que permite uma conceptualização sequencial, o que significa um trajeto exibido por meio da mudança no foco de atenção de um indivíduo ao longo da cena mentalmente escaneada.

Os percursos de que vamos tratar são os abertos (que temos chamado até aqui de factivos) e os fictivos, já que o início e o fim não são coincidentes, podendo, portanto, comportar três Janelas de Atenção: porção inicial, porção medial e porção final. Enquanto o percurso aberto é o tipo factivo em que uma entidade movente, de fato, percorre um trajeto físico, o percurso fictivo se aplica a usos, como (2-30) acima, em que o Trajetor não aparece de fato em movimento, mas é conceptualizado como se o fosse, com base no escaneamento mental do percurso que o enunciado enseja.

Se retomarmos as representações do nível conceptual de Connolly (2017), vemos que elas permitem observar a diferença entre um percurso factivo e um fictivo pelo input de energia no Estado de Coisas. Na representação de um percurso factivo, como mostram os exemplos (3-4) e (3-5), o símbolo que indica input de energia (€) aparece agindo sobre o constituinte em movimento (indicado na qualidade #5) e sobre o evento de deslocamento.

(3-4) Ela saiu da escola, pela avenida, até em casa.

(3-5) ((EVENTO:SAIR_230#1 (ENTIDADE:ELA_231#2) (ENTIDADE:ESCOLA_232#3)
#4)
(QUALIDADE:€#5 (#1) (#2) #6)
(QUALIDADE:TEMPO#7 (#4) (QUALIDADE:ANTERIOR(•0)#8) #9)
(QUALIDADE: ESPAÇO#10 (#4) (ENTIDADE:AVENIDA_233#12) #13)
(QUALIDADE: ESPAÇO#14 (#4) (ENTIDADE:CASA_2#15) #16)
_INFO-APRESENTAÇÃO)

Não acontece do mesmo modo com a representação do percurso fictivo, uma vez que não há de fato energia envolvida, como vemos em (3-6) e (3-7), em que se omite o símbolo €.

(3-6) Essa avenida corre daqui de casa, pela cidade, até a entrada da rodovia.

(3-7) ((EVENTO:CORRER_230#1 (ENTIDADE:AVENIDA_231#2)
(QUALIDADE:TEMPO#3 (#2) (QUALIDADE:SIMULTÂNEO(•0)#4) #5)
(QUALIDADE: ESPAÇO#6 (#2) (ENTIDADE:AVENIDA_233#7) #8)
(QUALIDADE: ESPAÇO#9 (#2) (ENTIDADE:AVENIDA_233#10) #11)
(QUALIDADE: ESPAÇO#12 (#2) (ENTIDADE:CASA_2#13) #14)
_INFO-APRESENTAÇÃO)²⁶

Quanto ao fenômeno de ativação das Janelas de Atenção, Talmy (2000, p. 257-258) define-as como o mecanismo cognitivo que permite pôr em primeiro plano uma porção do evento de percurso ao mencioná-la expressamente no enunciado. Toda Janela de Atenção deve ocorrer dentro do enquadre de um evento, e durante o processo de focalização (*Windowing*) de

²⁶ Os exemplos (3-6 e (3-7) permitem observar também as relações de modificação ou argumentalidade que cada entidade tem a depender da linha em que aparecem (ver seção 2.2.1)

uma porção, em que cada uma é não apenas dotada de continuidade interna, mas também descolada de qualquer outra selecionada. Coloca-se em primeiro plano a porção do percurso enquanto o restante da cena permanece em segundo plano.

Abaixo, as Janelas de Atenção aparecem representadas por meio do uso de Colchetes, conforme mostra (3-8).

(3-8) A maçã caiu [do ramo] [através dos galhos] [até o chão]. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 197, tradução nossa)²⁷

A proposta cognitivista de Talmy (2000) explica o uso de cada uma dessas Janelas de Atenção como uma possibilidade, um conjunto de opções disponíveis para ativar certas porções do percurso e não outras, dotadas de continuidade interna própria e pertencentes a um evento de percurso que dispõe de um participante em movimento, factivo ou fictivo. Na proposta discursivo-funcional de Hengeveld e Mackenzie, as três porções do percurso são ou não evocadas como um Subato Referencial no Nível Interpessoal a depender da intenção do falante, que visa a obter sucesso em sua empreitada comunicativa.

A análise pretende demonstrar, por conseguinte, que alguns verbos vão sugerir tipicamente o uso da porção final do percurso (função Alativo), como por exemplo “ir”, outros da porção inicial (Função Ablativo), como por exemplo “sair”, e alguns a porção medial (Função Perlato), como “passar.”

A esse respeito, um conceito que Talmy (2000, p. 270-271) desenvolve é o de Junção Conceptual (*Conceptual Splicing*), segundo o qual nos casos em que há ativação das porções inicial e final do percurso, é possível atribuir à porção medial uma relevância tão reduzida na conceptualização que as porções inicial e final parecem encaixar-se de modo contíguo.

Em termos funcionalistas, pretendemos abordar o conceito de Junção Conceptual com base no contexto, considerando que, uma vez designados um Locativo Ablativo e um Locativo Alativo, o Locativo Perlato passa a ter tão elevado grau de saliência contextual que sua designação se faz pouco ou nada necessária no enunciado, tratando-se de informação pragmática compartilhada pelos interlocutores.

Definidos o conceito cognitivista de percurso em Langacker (2008) e o de Janela de Atenção em Talmy (2000), ambos de grande relevância para definir o objeto e parâmetros de análise, passemos a ver, agora, uma concepção de fenômenos relacionados à autonomia de expressões de percurso no finlandês a partir do trabalho de Huomo (2014). Esse autor parte do

²⁷ *The apple fell from the twig through the branches to the ground.*

enfoque cognitivista de Talmy (2000) e de Langacker (2008), definindo percurso com base nos conceitos de Trajetor/Marco e Janela de Atenção. Canonicamente, o construto de um percurso e sua direcionalidade são dependentes do movimento que o Trajetor perfaz, já que sem movimento não há trajeto. Entretanto, como já mencionado, é possível que venhamos a conceber percursos em estados de coisas fictivos, cuja conceptualização é dinâmica na fase de planejamento pré-verbal no Componente Contextual.

Para Huumo (2014, p. 75), o percurso em um evento de percurso fictivo, construído subjetivamente, é motivado pelo modo de construir o evento, e não pelo conteúdo expresso em si. Trata-se de uma intenção comunicativa do falante em representar a situação com uma perspectivização dinâmica. Para Talmy (2000), é uma propriedade inerente da cognição humana essa tendência de conceptualizar relações estáticas de uma maneira dinâmica. O evento de percurso fictivo, como mencionado, ocorre por meio do escaneamento mental de um percurso a partir de um ponto de referência no cenário, que, por sua vez, pode ser um cenário real ou imaginário. Os exemplos incluídos em (3-9) a (3-12) consistem em casos evidentes desse tipo de conceptualização.

(3-9) A indignação corria pelo mercado em razão dos preços altos.

(3-10) Tem várias árvores ao longo de toda a rodovia.

(3-11) O eixo do poder econômico e político continuará **se deslocando do Atlântico Norte para o Leste da Ásia** - (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1106, p. 30)

(3-12) éh **essa casa** é uma casa éh:: ela tem três dormitórios... tem sala cozinha banhe(i)ro éh:: tem MUIta fruta toda formada assim com variedade de fruta... de frutas né? e e:: e e ela::/ **ela vai até na água né?** (AC-093; DE: L. 202-204)

Huumo (2014) também se apoia em Langacker (1987, 1991a, 1991b) para definir esse tipo de movimento como fictivo. Em (3-9), o ouvinte é convidado a escanear a área do mercado mediante a imaginação de pessoas indignadas fazendo compras ao longo de toda sua extensão. De maneira similar, em (3-11), conceptualiza-se um percurso entre o Atlântico Norte e o Leste da Ásia sem que haja uma entidade movente, já que o eixo do poder econômico não é uma entidade verdadeiramente movente. Em (3-12), embora “casa” represente uma entidade estática, recebe a função de sujeito da Oração (Cl) “vai até na água”. Apesar de se tratar de sua extensão, conceptualiza-se o Estado de Coisas como um percurso pelo uso de um predicado de movimento. Em (3-10), o tipo de movimento fictivo que ocorre se dá pelo escaneamento das

entidades espalhadas ao longo do percurso, nomeadamente, árvores. Embora não estejam em movimento, a maneira como estão representadas nos permite enxergar o percurso denotado pela rodovia.

Com base nas distinções entre movimento factivo e movimento fictivo Huumo (2014) postula categorias de percurso formuladas anteriormente por Alhoniemi (1978 *apud* HUUMO, 2014)²⁸, quais sejam: (1) Locativos de Locomoção (*Terminative of Transition*), (2) Locativos de Localização (*Terminative of Location*), (3) Locativos de Ocorrência (*Terminative of Occurrence*), (4) Locativos de Processo (*Terminative of Process*). Preferimos empregar o termo “locativo” em vez do termo “terminativo”, como consta no texto original, porque a distinção entre terminativo e locativo, feita pelo autor, não é relevante para nossa análise.

Para Huumo (2014), terminativos são elementos que indicam as fronteiras espaciais de um evento. No entanto, locativos e terminativos compartilham de um denominador comum, que é a capacidade de ativar segmentos conceptuais. Uma vez que o foco deste trabalho incide sobre ocorrências de percurso, não é relevante tentar entender se os locativos encontrados ajudam ou não a delimitar o evento de percurso que eles designam, caso em que seriam chamados terminativos.

Consideramos quatro tipos de percurso, que serão definidos a seguir como: (i) Percursos de Locomoção; (ii) Percursos de Localização; e (iii) Percursos de Cenário; esses, por sua vez, se subdividem em (iiia) Percursos de Ocorrência e (iiib) Percursos de Processo. As categorias 3 e 4, propostas por Alhoniemi (1978 *apud* HUUMO, 2014) foram reunidas em um único tipo de percurso por apresentarem traços comuns, embora se diferenciem na maneira de serem conceptualizados:

Locativos de Processo se assemelham muito proximamente, assim, a Locativos de Ocorrência mediante a seleção do percurso como seu ponto de partida e da indicação do que está com tido no percurso. A diferença entre eles é se o ocupante primário do percurso é um grupo de entidades ou uma quantidade de uma substância (em locativos de ocorrência), ou mesmo uma relação [na concepção cognitiva de relação na qual participa esse conjunto ou quantidade de participantes (em locativos de processo). Nos dois casos, o percurso é construído subjetivamente, funciona como um cenário, e o verbo não indica movimento (nem mesmo fictivo) ao longo do percurso (HUUMO, 2014, p. 81-90, tradução nossa).²⁹

²⁹ Terminatives of process thus resemble terminatives of occurrence closely by selecting the path as their starting point and indicating what the path contains. The difference between them is whether the primary occupant of the path is a set of entities or a quantity of a substance as such (in terminatives of occurrence), or a relationship in which such a set or quantity participates (in terminatives of process). In both types, the path is construed subjectively, it is setting-like, and the verb indicates no motion (not even fictive motion) along the path.

Percursos de Locomoção são aqueles que indicam movimento factivo. Implicam a presença de um verbo de movimento factivo e uma entidade movente que percorre uma, duas ou três porções expressas do percurso, como mostram os exemplos (3-13) a (3-16).

(3-13) A bola correu do meu gol até o gol do adversário em um único chute.

(3-14) A criança correu todo o caminho até a igreja (HUUMO, 2014, p. 77, tradução nossa³⁰)

(3-15) Esther decide **fugir de Nova York para Berlim** (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1106, p. 43)

(3-16) Doc.: e **pra í(r) pro Mato Grosso onde o senhor tem a fazenda lá... éh:: como que faz saindo daqui de Rio Preto?** (AC-093; RP: L. 285-286)

Em (3-13), vê-se que a bola é a entidade movente; em (3-14), é a criança que percorre um trajeto até a igreja, como no exemplo sugerido pelo autor; em (3-15) é Esther que decide pôr-se em fuga de um ponto de origem para um ponto de destino; em (3-16), trata-se de percursos factivos com as funções Alativo em “ir” e Ablativo em “sair”.

Agora, consideraremos os percursos de localização, que apresentam movimento fictivo. Essa categoria considera os percursos em que se conceptualiza dinamicamente um Estado de Coisas com a presença de um verbo de movimento, mas não há uma entidade de fato movente, como mostram os exemplos (3-17) a (3-20).

(3-17) Minha atenção percorreu todo o campo antes da partida começar.

(3-18) O trilho do trem segue através da Finland Central (HUUMO, 2014, p. 82, tradução nossa³¹)

(3-19) O ex-ministro terá de **fugir de uma arapuca** armada pelo procurador-geral indicado por Bolsonaro (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1104, p. 14)

(3-20) éh **essa casa** é uma casa éh:: ela tem três dormitórios... tem sala cozinha banhe(i)ro éh:: tem MUIta fruta toda formada assim com variedade de fruta... de frutas né? e e:: e e ela::/ **ela vai até na água né?** (AC-093; DE: L. 202-204)

Embora os exemplos apresentem verbos de movimento (*percorrer*, *seguir*, *fugir* e *ir*, respectivamente), o movimento conceptualizado é fictivo em razão da ausência de um Trajetor em movimento.

³⁰ *Lapsi juoksi kirkkoon asti*, que o autor traduz para *the child ran [all the way to / as far as] the church*.

³¹ *Rautatie menee KeskiSuomen kautta*, que o autor traduz para *the railroad goes via Central Finland*.

Percursos de Locomoção diferenciam-se de Percursos de Localização em vista da natureza factiva ou fictiva, respectivamente, do movimento observado. Não faz parte dos objetivos deste trabalho avaliar como se constrói um *continuum* categorial dos percursos que são mais ou menos fictivos. Entretanto, arriscamos a fazê-lo de modo bastante simplificado e não exaustivo com a formulação da Figura 9, levando em consideração os tipos de entidades envolvidas. Define-se como de primeira ordem os constituintes que podem ser localizados apenas no espaço (como, por exemplo, *carro* e *estrada*) e ser avaliados em termos de sua existência; como de segunda ordem os que podem ser localizados no tempo e no espaço (por exemplo, *reunião* e *guerra*) e ser avaliados em termos de sua realidade (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

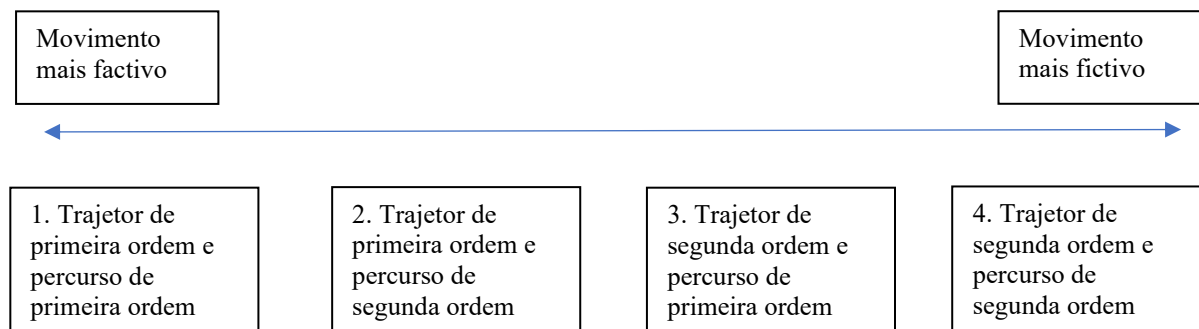


Figura 9 – *Continuum* Categorial de Eventos de Percurso (autoria própria)

Consideramos um Trajetor de primeira ordem uma entidade que participa de uma Propriedade Configuracional (f^c) como um Indivíduo (x), cuja existência se localiza somente no espaço físico. Um exemplo de entidade de primeira ordem é um carro. De modo similar, também na mesma camada, o percurso de primeira ordem é um Lugar (l), que é um espaço que pode também ser localizado dentro de outro mais abrangente. Um Trajetor de segunda ordem, ou percurso de segunda ordem, compreende entidades localizadas no tempo e no espaço. Por exemplo, uma reunião é uma entidade de segunda ordem, por se localizar no espaço e dispor de um início, meio e fim. Um percurso de segunda ordem pode também ser uma guerra, que pode ser usada na conceptualização de um trajeto fictivo por onde um soldado passa.

Para ser se enquadrar na categoria Percurso de Locomoção, a ocorrência deve estar no extremo esquerdo do *continuum*, apresentando tanto entidade movente quanto percurso como entidades de primeira ordem. Caso a ocorrência se abrigue nos graus 2 ou 3 do *continuum*, a categoria em que ela se enquadra seria a de Percurso de Localização. A coleta dos dados levou

em conta apenas as categorias 1, 2 e 3, descartando-se a 4 por se afastar do conceito de percurso. Os exemplos (3-21) a (3-23) ilustram as categorias 1, 2 e 3, respectivamente.

- (3-21) Pouco tempo depois, **Nirla foi a Paris**, como os artistas de anos atrás iam em busca da luz (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1105, p. 48-49)
- (3-22) as lives começaram modestamente, como um esforço de grande profusão de **músicos e artistas enclausurados tentando sair do seu mutismo compulsório**, buscando comunicação e conforto. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 40)
- (3-23) **As notícias que vêm da Europa, sobretudo da Itália e da França, mas agora também dos EUA**, dão conta de que as características do problema não permitem, com os recursos médicos atuais, atender a todos (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1101, p. 33).

Percursos de Ocorrência ou de Processo não participam desse *continuum* uma vez que o único Trajetor é o próprio percurso, não havendo uma entidade em movimento. Ressalte-se que, nesses dois casos, o percurso é conceptualizado pelo escaneamento de entidades, no caso do Percurso de Ocorrência, ou de uma ação ou processo que se estenda ao longo do trajeto, no caso do Percurso de Processo.

Os Percursos de Ocorrência, por seu lado, são delineados por um conjunto de entidades contáveis ou substâncias não contáveis que se encontram ao longo de todo o percurso escaneado. Huumo afirma que “construções existenciais podem favorecer uma leitura não dinâmica em que seus referentes não estão se movendo ao longo do percurso, mas apenas espalhados e encontrados um após o outro durante a operação de escaneamento pelo conceptualizador” (HUUMO, 2014, p. 76-80, tradução nossa).³² Os exemplos (3-24) a (3-26) fornecem evidência empírica desse tipo.

- (3-24) Tem animais espalhados ao longo de todo campo de trigo.
- (3-25) Havia batatas ao longo de todo o campo (HUUMO, 2014, p. 82, tradução nossa³³)
- (3-26) **A primeira [informação] é feita com carros de som, cartazes e faixas pela cidade de Deus**, todos alertando para a necessidade de se cumprir o isolamento social à risca. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 26)

³² *E-NPs may favor non-dynamic readings where their referents are not moving along the path but are only scattered along it and encountered one after another during the scanning operation by the conceptualizer.*

³³ *Perunoita oli pitkin peltoa*, que o autor traduz para o inglês como *there were potatoes all over the field*.

É interessante notar que aqui não há uma ou duas janelas de atenção ativadas, mas sim todas as três porções do percurso acabam sendo conceptualizadas com a totalidade de entidades ao longo do percurso, o que acontece, similarmente, no caso de um processo. O limite espacial em que se localizam essas entidades é também o limite do percurso, não podendo tratar-se de uma única parte do total. Isso corrobora o que propõe Huumo quanto aos percursos de ocorrência:

O percurso é preenchido por uma multiplicidade de entidades novas para o discurso, o verbo é estático e o construto do percurso é subjetivo. O que difere [percursos de cenário] de percursos de localização não é apenas a direção, mas também o lugar onde se encontra o percurso que é baseado em um construto subjetivo (HUUMO, 2014, p. 81).³⁴

De maneira muito similar, os Percursos de Processo também ativam as três porções conceptuais de percurso por meio do escaneamento de uma ação ou processo que se estende ao longo de todo o espaço físico delimitado, como mostram os exemplos (3-27) a (3-29). A diferença aqui é a de que, em vez de um conjunto de entidades espalhadas, o que se observa é um evento que ocorre ao longo das três porções do percurso.

(3-27) Não para de cair gotas de chuva por toda a casa.

(3-28) Ocorrerá chuvas por toda a Europa (HUUMO, 2014, p. 82, tradução nossa³⁵)

(3-29) Os sinais do apocalipse são óbvios: em agosto passado, **uma chuva de cinzas caiu sobre São Paulo**. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1102, p. 41)

O que Huumo (2014) propõe, para analisar casos de percurso no finlandês, é a utilização das categorias de Alhoniemi (1978 *apud* HUUMO, 2014) em articulação com o conceito de Janela de Atenção de Talmy (2000) e o conceito de percurso de Langacker (2008), baseado, por sua vez, nos conceitos de Trajetor e Marco. Enquanto nos Percursos de Locomoção e de Localização, o Trajetor é a entidade que perfaz o movimento factivo ou fictivo, nos Percursos de Ocorrência e de Cenário, o Trajetor deixa de ser o indivíduo para passar a ser o próprio percurso, que está, agora, focalizado.

³⁴ The path is filled by a multiplicity of discourse-new entities [...], the verb is static ('be'), and the construal of the path is subjective. A relevant difference from terminatives of location is that in that case it is not only the direction but also the location of the path that is based on a subjective construal.

³⁵ Sateita esiintyy kautta Euroopan, que o autor traduz para o inglês como *rains will occur all over Europe*.

Tendo examinado o modo como os tipos de percurso são definidos pela perspectiva cognitiva, passamos a ver, no próximo capítulo, o modo como a GDF pode abrigar esses conceitos.

3.2 O Percurso na Gramática Discursivo-Funcional e na Gramática Cognitiva.

No capítulo 2, apresentamos o arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), dando destaque aos componentes que margeiam o Gramatical, nomeadamente, os Componentes Contextual e Conceptual. Apresentamos, também, na primeira seção deste capítulo, o conceito cognitivista de percurso, que se sustenta nas definições de Trajetor, de Marco (LANGACKER, 2008) e de Janela de Atenção (TALMY, 2000), bem como discutimos o uso desse conceito feito por Huumo (2014) para trabalhar com algumas categorias de percurso. O que propomos fazer agora é apresentar uma articulação entre as teorias.

O termo *Path*, traduzido aqui por *Percurso*, na literatura funcionalista moderada de Hengeveld (1992), Dik (1997) e na própria GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) faz referência ao trecho intermediário do percurso, a ativação da porção medial de um trajeto evocado. Na Gramática Funcional de Dik (1997a), locativos que atuam como satélites de nível 1 (σ_1), exercem funções semânticas Origem (*Source*), Percurso (*Path*) ou Destino (*Direction*). Já os que escopam toda a predicação, são chamados de satélites de nível 2 (σ_2), conforme mostrado na Figura 10 e na ocorrência em (3-30).

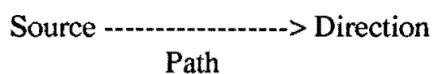


Figura 10 - Esquema de Trajeto (DIK, 1997a, p. 231)

(3-30) John *dirigiu* de Amsterdã (origem) até Roterdã (Destino) ao longo da rodovia (Percurso) (DIK, 1997a, p. 231, tradução nossa³⁶).

Dik (1997a), que considera a existência de vários refinamentos possíveis das funções de orientação espacial, menciona a função Destino, que pode ser distinguida como dois tipos de movimentos: um movimento *em direção a* um ponto (sem a sugestão de que o ponto tenha sido

³⁶ John drove from Amsterdam (Source) to Rotterdam (Direction) along the highway (Path).

de fato alcançado) e um movimento *para* um ponto (com a sugestão de que ele não tenha sido necessariamente alcançado). A função *percurso*, por sua vez, pode ser subdividida de acordo com diferenças como mostra (3-31), em que o percurso principal (rodovia), tem como percursos secundários o túnel, que faz parte da rodovia, mas é um percurso subterrâneo, e a passagem por Leyden, que fica num ponto do percurso principal.

(3-31) John dirigiu *ao longo da rodovia*, *através do túnel*, passado por *Leyden*. (Percurso) (DIK, 1997a, p. 231, tradução nossa³⁷).

Outra proposta de Dik (1997a, p. 114) que se mostra relevante para o presente trabalho, por permitir articulação evidente entre as teorias funcionalista e cognitivista, é a distinção entre Estados de Coisas dinâmicos [+din] e não dinâmicos [-din], controlados [+con] e não controlados [-con]. Dik (1997a) propõe traços semânticos distintivos para o estabelecimento de uma tipologia dos Estados de Coisas, que são relevantes para a descrição da expressão de percurso. A tabela 3 abaixo traz a possibilidade de combinação desses traços semânticos.

Termo Geral	[+con]	[-con]
[-din]	Posição	Estado
[+din]	Ação	Processo

Tabela 3 – Tipologia de Estados de Coisas: dinamicidade e controle

Percursos de Locomoção, dinâmicos por definição, em razão da presença de um movimento factivo no espaço, são controlados (ação), como em (3-31), ou não controlados (processo), como em (3-32),

(3-31) É possível **caminhar por Havana** em qualquer horário, mesmo sendo estrangeiro, e sentir-se completamente seguro. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1097, p. 6)

(3-32) Um microorganismo diabólico, capaz de burlar a vigilância médica em sucessivas mutações, desembarca num vilarejo americano a borda de **um satélite artificial que caiu do céu**. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1098, p. 47)

Percursos de Localização também aparecer em Estados de Coisas dinâmicos e não dinâmicos, como se pode ver em (3-33) e (3-34), respectivamente.

³⁷ John drove along the highway, through the tunnel, past Leyden.

(3-33) ele já estava na segunda série... ele queria sabê(r) **se ele ia passá(r) pra segunda...** (AC-086; RO: L. 980-981)

(3-34) éh **essa casa** é uma casa éh:: ela tem três dormitórios... tem sala cozinha banhe(i)ro éh:: tem MUIta fruta toda formada assim com variedade de fruta... de frutas né? e e:: e e ela::/ **ela vai até na água né?** (AC-093; DE: L. 202-204)

O Estado de Coisas representado em (3-33) é dinâmico porque o Indivíduo é conceptualizado como se estivesse em movimento com base na seleção do predicado verbal. Já o de (3-34) é não dinâmico porque a seleção de um predicado verbal de movimento não garante que a entidade envolvida, casa, seja capaz de se mover.

Como vimos, seja percursos de Locomoção, seja de Localização podem ser tanto controlados [+con] quanto não controlados [-con] na dependência da natureza cognitiva do Trajetor; nesse caso, a diferença entre eles acaba se assentando, sobretudo, no tipo de movimento, de modo tal que Percursos de Locomoção são necessariamente [+dinâmicos] em razão de apresentarem movimento factivo.

Percursos de Ocorrência são tipicamente não dinâmicos, uma vez se caracterizam por ter as entidades espalhadas ao longo de todo o percurso, não cabendo falar em Percursos de Processo. Já casos de Percursos de Processo se identificam por um Estado de Coisas dinâmico, mas não controlado. O uso do termo “Percursos de Processo” está, portanto, em plena sintonia com a metalinguagem de Dik (1997a), que enquadra Estados de Coisas não controlados e dinâmicos a processos (ver tabela 3 acima) em sua tipologia. É, portanto, possível identificar as categorias cognitivas de percurso em Alhoniemi (1978 *apud* HUUMO, 2014) nessas categorias semânticas funcionais de Estado de Coisa, conforme mostra a Tabela 4 – Tipologia dos estados de coisas de Percursos abaixo.

Tipos de Percursos	[+Din]	[-Din]	[+Con]	[-Con]
Percursos de Locomoção	x		x	x
Percursos de Localização	x	x	x	x
Percursos de Processo	x			x
Percursos de Ocorrência		x	não se aplica	não se aplica

Tabela 4 – Tipologia dos estados de coisas de Percursos

De conformidade com a GF (DIK, 1997a; 1997b), outros autores refinaram as funções semânticas de constituintes locativos, como Mackenzie (1992, p. 5), que propõe um modo de representar sintagmas preposicionais de espaço na Gramática Funcional, conforme especificado em (3-35).

(3-35) $\omega p_i: f_i: \phi_P (X_i)_{Ref})_{sem.funct}$

No espaço “sem.funct”, que representa uma função semântica genérica, ele elenca as cinco funções possíveis, que são mostradas em (3-36).

(3-36) Loc(ative) à at (em)
 So(urce) → from (de)
 Path → via (por)
 All(ative) → to (para)
 Approach → toward (em direção a)

Nota-se a presença das três funções locativas espaciais encontradas em Dik (1997a) e mais duas: a função semântica *Essivo* (*Locative*) e a função semântica *Aproximação* (*Approach*). Quanto à primeira, trata-se de uma função menos relevante para este trabalho, por implicar ausência de movimento. Já a segunda, embora se aproxime de uma especificação da função Alativo, evoca potencialmente a Janela de Atenção final do percurso, devendo, por isso, ser incluída, juntamente com Alativo, na análise descritiva dos dados.

Como se observamos no exemplo (3-8), aqui repetido por conveniência como (3-37), a GDF faz um uso similar da terminologia evocada pela GF para tratar de casos de percurso.

(3-37) A maçã caiu do ramo através dos galhos até o chão. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 197, tradução nossa)³⁸

A diferença mais relevante entre as duas teorias está no fato de a GDF considerar apenas três macrofunções semânticas, Ativo (*Actor*), Inativo (*Undergoer*) e Locativo (*Locative*), cuja especificação depende de ter a língua em análise mecanismos morfossintáticos ou fonológicos capazes de codificar papéis específicos. O português, por exemplo, especifica o Alativo com a preposição “para” e o Ablativo com a preposição “de”, mas as funções Beneficiário e

³⁸ *The apple fell from the twig through the branches to the ground.*

Recipiente, que, por sua vez, também se classificam como a macrofunção Locativo, não se distinguem morfossintaticamente da função Alativo, já que são também codificadas pela preposição “para”. Essa é talvez a razão principal de considerar macrofunções semânticas.

Hengeveld e Mackenzie (2008) deixam claro que, em Estados de Coisas dinâmicos, o macropapel semântico Locativo cobre uma grande extensão de distinções espaciais, notadamente Ablativo, Perlatoivo, Alativo (que também pode cobrir funções como Recipiente, Beneficiário e Destino) e Aproximação. Essa posição nos permite deduzir que, conceitualmente, a intenção potencial do falante, como possibilidade de Janela de Atenção, de evocar um aspecto semântico Ablativo, Perlatoivo ou Alativo de um percurso, deve aparecer como um Subato Referencial (R) no Nível Interpessoal; como um constituinte argumental locativo (LOC) ou um modificador locativo que escopa o Estado de Coisas ((e_1): (l_1)_{ABL/PERL/ALL} (e_1)) no Nível Representacional; o Nível Morfossintático fornece a preposição adequada para codificar a função semântica de percurso evocada pelo Falante.

Vale lembrar que o termo “Percurso”, que utilizamos, não é adotado da mesma maneira por Dik (1997a; 1997b) na GF e nem por Hengeveld e Mackenzie (2008) na GDF. Justificamos essa escolha tendo em vista nosso empreendimento em estudar o a expressão do Percurso em sua totalidade, e não apenas a porção medial. O sentido de Percurso utilizado ao longo deste trabalho parte de uma perspectiva cognitivista, que abarca as três fases de um trajeto, expressas ou não, na dependência da Janela de Atenção evocada no processo de conceptualização, não se tratando, portanto, apenas do trecho medial, como sugerem os autores funcionalistas.

Assim, para que haja uma articulação entre as duas teorias, propomos os seguintes postulados:

- (i) Deve-se considerar como percurso as três posições passíveis de ser evocadas, independentemente de aparecerem ou não expressas no enunciado. Para isso, é necessário considerar que a simples menção de uma fase do percurso já torna saliente, por inferência, os outros dois trechos do percurso. Como mencionado nas três obras examinadas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014; GIOMI, 2014; CONNOLLY, 2007), é ao Componente Contextual, que cabe sinalizar a situação de interação por meio do Componente Contextual Situacional.
- (ii) Como visto nas representações de Connolly (2017), o espaço é uma categoria que já aparece no Componente Conceptual (ou Nível Conceptual, em sua metalinguagem). É possível considerar, portanto, que a percepção de um locativo como argumental ou não argumental é um evento primariamente conceptual e, só secundariamente, semântico,

(iii) O fenômeno cognitivo da Junção Conceptual (TALMY, 2000) – em que a ativação contígua dos trechos inicial e final do percurso atribui reduzido grau de saliência ao trecho medial, a ponto de ter também sua significância reduzida em relação ao predicado – contribui para a relevância da saliência contextual na conceptualização de um percurso em sua totalidade.

(3-38) depois nós saímos em:: eu e mais três ou quatro rapazes... e:: mais três rapazes viajamos até Goiânia... **de Goiânia cada um foi pro seu destino** (AC-118; NE: L. 71-73)

(3-39) mais três rapazes viajamos até Goiânia de Goiânia cada um foi pro seu destino

(x_i) (f_i) (l_i) (l_i) (x_i) (f_j) (l_j)

(f_i) (l_i)

O predicado verbal “foi”, destacado em negrito, é o núcleo de um Estado de Coisas de dois lugares: (A) + (L). Por conseguinte, de um ponto de vista contextual, o percurso se identifica com base na porção inicial já previamente ativada “de Goiânia”, um modificador de lugar que incide sobre todo o Estado de Coisas, e uma porção final, que funciona como argumento locativo do verbo. Postulamos que a categoria Percurso deve ser atribuída mesmo às situações em que há apenas uma única porção ativada (como em *Pedro foi ao mercado*), já que há uma possibilidade relativa de inferência sobre qual é a porção medial e qual é a porção inicial, ainda que o percurso fique ainda mais conceptualmente evidente em casos como esse em que se manifesta uma Junção Conceptual. Vejamos as representações em (3-40) a (3-43).

- (3-40) ((EVENTO:IR_10#1(ENTIDADE:RAPAZES_11#2) (ENTIDADE:DESTINO_12#3)
#4)
(QUALIDADE:€#5 (#2) (#1) #6)
(QUALIDADE:TEMPO#7 (#4) (QUALIDADE:ANTERIOR(•0)#8) #9)
(QUALIDADE: LUGAR#10 (#4) (ENTIDADE:GOIANIA_13#11) #12)
_INFO-APRESENTAÇÃO)
- (3-41) (A₁: [(F₁: DECL (F₁) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(R₁) (R₂: destino (R₂)_{FOC}) (R₃: Goiania (R₃)_{TOP})
(T₁: ir (T₁))] (C₁)] (A₁))
- (3-42) (e₁: [(f₁: ir (f₁)) (x₁) (l₁: destino (l₁)_{ALL})]: (l₂: Goiânia (l₂)_{ABL})] (e₁))
- (3-43) (Cl₁: [(Gw₁: de (Gw₁) (Np₁: Goiânia (Np₁)) (Vp₁: ir (Vp₁)) (Np₂)_{SUBJ} (Gw₂: para (Gw₂)
(Gw₃: o (Gw₃) (Np₃: destino (Np₃)_{OBJ})] (Cl₁))

No Componente Conceptual, essas duas porções do percurso são diferentemente representadas em razão de seus diferentes estatutos argumentais, o que lhes atribui, portanto, funções diferentes no Nível Representacional, como já mencionado. O elevado grau de ativação das entidades, demonstrado anteriormente mediante o uso das representações do Componente Contextual, propostas por Hengeveld e Mackenzie (2014), sugere a atribuição da função Tópico ao Subato Referencial no Nível Interpessoal, e, já no Nível Representacional, evoca o locativo “Goiânia”. Finalmente, no Nível Morfossintático, as preposições utilizadas codificam essas funções semânticas do Nível Representacional, que são, por sua vez, um reflexo evidente do conhecimento pré-verbal do falante representado no Componente Conceptual.

É desse modo, portanto, que entendemos o modo como o conceito cognitivista de percurso entra no arcabouço da GDF. A habilidade conceptual do falante em reunir informações contextuais e processá-las por meio do Componente Conceptual pode ser observada nas representações do Componente Gramatical, na dependência das Janelas de Atenção que estão expressas e das que estão contextualmente ativadas. Além disso, como visto, outros fatores, como a ordenação de constituintes e estatuto argumental dos locativos também acabam sendo observáveis por meio dessas representações. Passemos agora a discutir, na próxima seção, a natureza argumental ou não dos locativos.

3.3 A natureza argumental de constituintes locativos

Autores da vertente tradicional de gramática já têm reconhecido o caráter completivo que o advérbio de lugar pode ter na oração. Bechara (2009) considera uma categoria chamada de Complemento Relativo, aplicável quando um verbo de grande extensão semântica, isto é, que exige um outro termo que delimite a experiência comunicada, acabe requerendo um complemento relativo. Estão incluídos nessa categoria casos de argumentos de verbos locativos, situativos e direcionais, mostrados em (3-44), (3-45) e (3-46), respectivamente, que permitem complementação com advérbios de equivalência semântica.

(3-44) Seus parentes moram *no Rio*.

(3-45) O artista já não vive *em São Paulo*.

(3-46) Iremos *à Petrópolis*. (BECHARA, 2009, p. 347)

Tratar do estatuto argumental de locativos em um viés linguístico é sempre um assunto muito intrincado, que demanda uma observação criteriosa dos dados com o fim de estabelecer parâmetros que afirmem (ou não) o caráter argumental de uma entidade locativa. Já que a noção de espaço é tão cara a este trabalho, é dela que partiremos para fazer uma breve reflexão sobre o assunto.

Um critério fundamental é o local em que estão os interlocutores, o que se dá, do mesmo modo, com eventos de *Percurso Factivo* ou *Fictivo*, que se delimitam principalmente por uma região no espaço em que se delineia o trajeto. Pode-se afirmar, com base no conceito de *enquadre de evento* proposto em Talmy (2000, p. 265), que “o que está dentro ou fora do enquadre de eventos pode ser usado como critério de análise para determinar se uma entidade é vista como um complemento ou como um adjunto.”³⁹ O autor delimita um evento dentro de uma única continuidade espacial, temporal e causal que estabelecem fronteiras para a ocorrência do evento enquadrado.

Já no arcabouço da GDF, entidades de primeira ordem têm, ambas, existência no espaço, isto é, para que elas existam, é preciso que se localizem em algum lugar no espaço (e no tempo, no caso das entidades de segunda ordem). Pragmaticamente, a evocação de um lugar se faz exatamente como a de uma entidade de primeira ordem, como se vê em (3-47) e em sua

³⁹ What lies inside or outside the event frame can be used as analysis criterion to determine whether an entity is viewed as a complement or as an adjunct.

representação interpessoal em (3-48).

(3-47) O menino saiu da quadra.

(3-48) (A₁: [(F₁: DECL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(R₁: **menino**(R₁)) (R₂: **quadra** (R₂)) (T₁: sair (T₁))] (C₁)] (A₁))

Por um lado, no Nível Interpessoal “da quadra” é um Subato Referencial, como “menino”; por outro, no Nível Representacional, um locativo pode ser designado tanto como modificador, quanto como argumento de um molde de predicação, como se vê em (3-49) e em (3-51), respectivamente, e suas correspondentes representações formais, em (3-50) e (3-52).

(3-49) Pedro foi ao mercado.

(3-50) past (ep₁: (e₁: [(f₁:ir (f₁)) (x₁) (l₁: mercado (l₁)_{ALL}]) (e₁)) (ep₁))

(3-51) Eu caí na quadra.

(3-52) past (ep₁: (e₁: [(f₁:cair (f₁)) (x₁): (l₁: quadra (l₁)_{ESS}]) (e₁)) (ep₁))

Em (3-49) e (3-50), o constituinte “mercado”, introduzido pela preposição “a”, atua não apenas para prover a predicação de um cenário espacial, mas principalmente para designar a porção final do percurso indicado por “ir”. Para se considerar um elemento da predicação como argumento, é necessário que ele seja fundamental na formação de uma predicação nuclear completa (DIK, 1997a, p. 86), ou seja, ele deve ser essencial para o molde de predicação designado pelo Estado de Coisas. Em sentido contrário, quando o constituinte locativo não for obrigatório, Dik (1997a) prefere chamá-lo de satélite, em vista de seu caráter opcional, enquanto Hengeveld e Mackenzie (2008), de modificador, item opcional justamente por especificar uma informação adicional à predicação. Pode haver modificadores aplicáveis a todas as camadas e níveis de análise.

Keizer também sugere a possibilidade de se considerarem locativos como argumentos, ao afirmar que “núcleos configuracionais de Estados de Coisas consistem na combinação de uma Propriedade (f) e um ou mais participantes obrigatórios (Indivíduos ou Locativos) funcionando como argumentos” (KEIZER, 2015, p. 126, tradução nossa)⁴⁰.

⁴⁰ Configurational heads of SoAs consist of a combination of a Property (f) and one or more obligatory participants (Individuals or Locations) functioning as its arguments.

Em (3-51) e (3-52), o enquadre designado pelo evento de cair parece completo mesmo sem a presença do locativo “na quadra”. Para fornecer uma descrição explicativa dos casos argumentais e dos casos não argumentais, apresenta-se abaixo a Tabela 5 , proposta por Garcia (2006), cujas definições estão ainda baseadas na GF de Dik (1997a; 1997b) e não na GDF.

	Argumentos	Satélites
Definição	São termos exigidos pela formação da predicação nuclear completa	São meios lexicais opcionais que fornecem informações adicionais. A informação principal pertencente a uma camada particular está contida na estrutura nuclear à qual o satélite é acrescentado.
Status	Essenciais para a integridade dos Estados de Coisas designados pelo esquema do predicado (propriedade/relação).	Não são essenciais para garantirem a integridade dos Estados de Coisas.
Opcionalidade	Não podem ser retirados da oração	Opcionais porque podem ser retirados sem afetar a gramaticalidade da sentença.

Tabela 5- Principais diferenças entre argumentos e satélites (GARCIA, 2006, p. 49)

Uma marca formal da argumentalidade de um constituinte preposicionado é a escolha por uma preposição gramatical ou lexical. Pezatti et alii (2010) propõem um *continuum* de prototipicidade das preposições mais gramaticais ou lexicais, e localizam um grupo que se encontra entre os polos, conforme mostra a Figura 11.

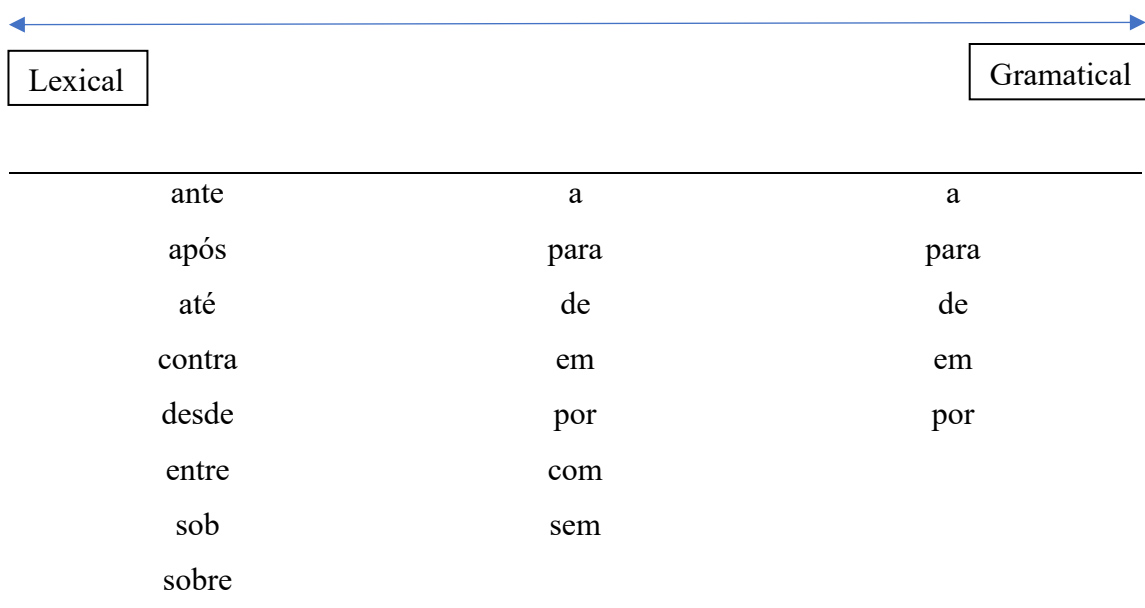


Figura 11– Gramaticalidade e Lexicalidade das Preposições no Português.

De acordo com a Figura 11, as preposições que podem introduzir elementos argumentais estão no extremo direito do esquema, que constitui o polo mais gramatical. Isso se justifica, segundo os autores, pela opacidade desses itens em virtude de codificarem funções semânticas como a de Essivo em (3-53) ou, eventualmente, atuar apenas como elemento de ligação entre o verbo e seu complemento, como em (3-54). As preposições lexicais já deixam de ser apenas Palavras Gramaticais (Gw) para disporem, na GDF, do status de Propriedade (f), podendo, assim, ter estrutura argumental própria, tal como (3-55).

(3-53) Ele ficou *em casa* (essivo).

(3-54) Eu preciso *de ajuda* (argumento preposicionado).

(3-55) Ele correu *entre as paredes estreitas*.

Por essa razão, as preposições gramaticais podem ser usadas para introduzir um argumento, como se vê em (3-56), enquanto as situados na região medial do *continuum*, por sua vez podem ter tanto estatuto gramatical quanto lexical, a depender do uso. Por exemplo, a preposição “com” é gramatical quando introduz um argumento em “eu concordo com você”, ou um modificador de instrumento, como “eu me cortei com a faca”, mas pode ser lexical quando introduz um constituinte em adjunção, como “Com esses problemas de saúde, não adianta ir ao médico”. Preposições lexicais, como a de (3-57), não podem, portanto, introduzir argumentos, por serem elas mesmas um predicado com um locativo como seu argumento.

(3-56) aí... no o(u)tro di::a... **eu meu::... pai e meu irmão fomos à::... à avenida liberda::de...**
onde é u::ma avenida japonesa né?... que eu:: gosto das coisas japonesas... (AC-013; NE: L. 11)

(3-57) Inf.: o meu PAI ele... ele ele (que) chamô(u)... os o os amigo dele... pra... pegá(r) um::
uhm] pra **eles vir corren(d)o e passá(r)em cima da bicicleta e pulá(r)** [Doc.: pulá(r)]
(AC-003; NE: L. 31-34)

(3-56a)*aí... no o(u)tro di::a... **eu meu::... pai e meu irmão fomos...** que eu:: gosto das coisas japonesas... (AC-013; NE: L. 11)

(3-57a)Inf.: o meu PAI ele... ele ele (que) chamô(u)... os o os amigo dele... pra... pegá(r) um::
uhm] pra **eles vir corren(d)o e passá(r) e pulá(r)** [Doc.: pulá(r)] (AC-003; NE: L. 31-34)

Portanto, a natureza gramatical ou lexical das preposições também constitui procedimentos metodológicos para a verificação do estatuto argumental dos elementos locativos, apesar de ser o estatuto lexical ou gramatical determinado pela natureza semântica do locativo e não o contrário. A natureza argumental de constituintes locativos introduzidos por preposições gramaticais, e a tendência, a ser confirmada, de constituintes não argumentais serem introduzidos por preposições lexicais, constituiriam evidência da aplicação do Princípio de Transparência⁴¹ entre o Nível Representacional, em que se encontra a obrigatoriedade de um argumento no molde de predicação, e o Nível Morfossintático, que codifica apropriadamente essa relação de argumentalidade.

⁴¹ Na Gramática Discursivo-Funcional, denomina-se Princípio da Transparência a relação biunívoca dos constituintes entre os níveis e o contrário vale para a opacidade. Como exemplo, a ativação de uma Janela de Atenção, no Componente Conceptual, está biunivocamente representada por um locativo designado no Nível Representacional.

4. Identificação dos procedimentos metodológicos e do universo de investigação

O objeto de estudo, como mencionado anteriormente, consiste em analisar como a gramática do português brasileiro codifica um tipo específico de relação espacial, conhecido como percurso. A análise desse fenômeno ao mesmo tempo, semântico-cognitivo e morfossintático está assentada nos seguintes objetivos específicos:

- (i) Examinar as estratégias conceptuais utilizadas para a codificação dos três tipos de percurso propostos em Huumo (2014) e correlacioná-las com o tipo de movimento, se factivo ou fictivo;
- (ii) Correlacionar Janelas de Atenção ativadas e funções semânticas designadas no Nível Representacional;
- (iii) Examinar e avaliar a ocorrência de preposições lexicais e gramaticais em verbos de movimento;
- (iv) Verificar a natureza argumental e não argumental dos constituintes locativos em cada ocorrência.

Para isso, constituiu-se uma amostra de dados falados e uma de dados escritos com a finalidade de observar se as diferenças entre essas duas modalidades têm alguma correlação relevante com os resultados possíveis da análise. As duas seções seguintes tratam da identificação do universo de investigação e dos parâmetros metodológicos de análise.

4.1 O universo de investigação

O universo de investigação foi constituído por duas amostras, uma falada e a outra escrita, cada qual constituída por 300 (trezentas) ocorrências do fenômeno. Esse valor, arbitrariamente determinado, é suficiente para contarmos com um número quantitativamente representativo de ocorrências em todas as suas dimensões, capaz de fornecer resultados satisfatórios para a avaliação das discrepâncias possíveis.

As trezentas ocorrências da modalidade falada foram coletadas do cópua de língua falada Iboruna, que foi constituído no bojo do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista), inicialmente proposto pelos membros do GPGF, o Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP de São José do Rio Preto (GONÇALVES, TENANI, 2008). O cópua abrange amostras da região metropolitana de São José do Rio Preto (centro urbano e mais seis

idades fronteiriças).

As ocorrências de língua falada, contidas no projeto abarcam dois tipos de inquéritos, ou seja, Amostra Censo (AC) e Amostra de Interação (AI). Utilizou-se apenas a AC, que foi produzida sob o controle rigoroso das variáveis sociais de gênero (masculino, feminino); faixa etária, estratificada em cinco níveis; escolaridade; e renda familiar. O cruzamento das variantes soma um total de 152 cédulas, contendo, cada qual, cinco tipos de textos de cada informante, a saber: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de descrição, relato de opinião e relato de procedimento (GONÇALVES, TENANI, 2008, p. 167-168).

Constituíram-se amostras que incluem informantes de diferentes faixas etárias, escolaridade e condição socioeconômica apenas para efeito de representatividade, já que não se espera que haja influência desses fatores de natureza externa na análise das ocorrências consideradas. É o grau mais elevado de representatividade social da Amostra Censo que nos motivou a considerar somente os eventos de fala nela contidos, deixando de lado os dados da Amostra Interação. Por se tratar de ocorrências faladas, obtidas em contexto de entrevistas informais, os dados da Amostra Censo têm certo grau de informalidade.

Quanto à amostra escrita, levantamos trezentas ocorrências, cujo registro se opõe, pelo menos parcialmente, ao da amostra falada em termos do grau de formalidade. As ocorrências de percurso foram obtidas com base nas edições de junho de 2019 a junho de 2020 da revista de circulação nacional *CartaCapital*. O fato de estar em pauta o gênero jornalístico implica um elevado nível de formalidade do registro que se identifica com a variedade normativa da Língua Portuguesa (BAGNO, 2003). A coleta foi feita manualmente, baseada na leitura exaustiva de cada edição, selecionando ocorrências de percurso que foram transcritas e analisadas. O critério fundamental para determinar se a ocorrência apresentaria movimento ou ideia de movimento, constituindo, portanto, uma relação espacial de percurso, teve por base a escolha pelo falante do predicado verbal. Assim, independentemente da natureza do percurso, se factivo ou se fictivo, a semântica verbal representou um critério necessário e suficiente para a composição do corpus.

Uma hipótese secundária com base no universo de investigação é a de que os resultados das amostras falada e escrita apresentem discrepância em vista da diferente natureza de registro envolvida em cada modalidade. A ideia de coletar os dois tipos de amostra foi motivada justamente com base na intenção de avaliar a aplicação de cada critério de análise à gramática do português em suas duas modalidades de produção. Das distinções possíveis entre essas modalidades, ressalte-se, como mais importante para este trabalho, o grau mais elevado de planejamento na língua escrita, que permite escolhas mais formais e articuladas de léxico e da

morfossintaxe com grande potencial para influenciar qualitativamente os resultados quantitativos obtidos no processamento estatístico dos dados.

Com efeito, um fator relevante para tratar de amostras das duas modalidades é o de que, segundo Koch (2015), embora todo texto, escrito ou falado, resulte de um processo de coprodução partilhado pelos interlocutores, o que os distingue é o modo como se realiza a coprodução. O fato de ser o texto falado produzido numa situação de interação face a face motiva, em grau maior, a dialogicidade, entendida, em sentido restrito, como a alternância contínua de turnos na conversação; em razão disso, planejamento e execução são simultâneos, do que resulta muitos tipos de descontinuidades. Já no texto escrito, a coprodução está circunscrita apenas à consideração do outro para o qual se dirige a escritura, sem participação direta e ativa deste na elaboração linguística do texto. Por isso mesmo, o planejamento e a execução não são simultâneas, mas organizadas em diferentes etapas de produção.

Vale a pena lembrar aqui as palavras de Neves (2019) quanto às diferenças entre essas duas modalidades e o engano que é pensá-las num *continuum* de oposição formalidade vs. informalidade. Embora não seja o foco da análise, é certo que a aproximação da língua escrita do polo da formalidade e, por um outro lado, a aproximação da língua falada do polo da informalidade, não é um fenômeno linear e absoluto. Encontramos variados graus de formalidade na amostra escrita, bem como variados graus de formalidade na amostra falada. Considerar a não discretude dessas modalidades em relação a esses polos é o que traz precisão para a análise, já que essa discretude implicaria um reducionismo dessa complexa diferença entre as modalidades.

O processamento quantitativo das ocorrências foi realizado eletronicamente, mediante o uso do pacote estatístico Goldvarb X (TAGLIAMONTE et. al. 2001), idealizado pela sociolinguística quantitativa, para a análise de fenômenos variáveis. Apesar de nosso objeto de estudo não ter essa característica, o emprego desse pacote estatístico se configura como um importante instrumento para o pesquisador entender a frequência com que certas expressões espaciais aparecem em relação aos parâmetros de análise.

4.2 Critérios de Análise

A principal hipótese deste trabalho é a de que a conceptualização de diferentes tipos de percurso está correlacionada a diferenças de formulação semântica e de codificação morfossintática. Para testá-la, estabelecemos um conjunto de critérios que partem da articulação do arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional com o da Linguística Cognitiva, em especial,

os autores que vêm sendo mencionados nos capítulos anteriores.

Em primeiro lugar, apresentamos os critérios que se originam dos trabalhos cognitivistas, que são três:

Critérios Cognitivistas
(i) natureza da relação espacial de percurso: Percursos de Locomoção, Percursos de Localização e Percursos de Cenário;
(ii) porções do percurso conceptual ativadas: porção inicial, medial e final;
(iii) Tipo de Movimento: factivo ou fictivo.

Há também critérios que serão analisados sob o viés discursivo-funcional, a saber:

Critérios Funcionalistas
(iv) categoria da preposição introdutória do sintagma preposicionado;
(v) função semântica do constituinte locativo, que pode ser ablativo, quando se trata da origem, perlativo, quando se trata do trajeto, ou alativo, quando se trata do destino;
(vi) estatuto de argumento ou de modificador do constituinte locativo.

Como os critérios funcionais são todos gramaticais, no sentido que lhes dá a GDF, pode-se considerar que, de um ponto de vista metodológico, a relação entre os critérios cognitivos e os funcionais imprimem a este trabalho uma perspectiva onomasiológica.

Segundo Lehmann (2011), os termos “onomasiologia” e “semasiologia” foram introduzidos na lexicologia no século 19. Um estudo lexicológico que toma uma expressão de uma língua como ponto de partida e analisa os seus sentidos é um estudo semasiológico. Por outro lado, um estudo que toma um conceito como ponto de partida e pergunta como esse se exprime na língua em questão é um estudo onomasiológico.

É possível aplicar essas duas perspectivas de abordagem ao estudo da gramática, o que faz Lehmann (2011), ao ilustrar essa diferença ao estudo da relação possessiva entre um objeto possuído X e um possuidor Y na gramática do inglês. Na perspectiva onomasiológica, considera-se, por exemplo, uma relação possessiva entre um objeto possuído X e um possuidor Y, e se buscam as estratégias disponíveis para codificá-la. Na perspectiva semasiológica, a questão principal são os sentidos ou as funções da construção inglesa [XNom [of YNP]], que incluem as relações conceptuais reconhecidas no inglês, com indicação das funções do genitivo tradicionalmente reconhecidas. Como se vê, faz uma sensível diferença metodológica tomar

um conceito ou uma função como ponto de partida e investigar os recursos estruturais que os codificam na língua, ou, ao contrário, partir de uma expressão e da sua estrutura e investigar os seus significados ou funções.

Lembre-se de que a hipótese que estabelecemos é a de que a conceptualização de percursos de diferentes tipos está correlacionada a diferenças de formulação semântica e de codificação morfossintática, que constituem as estratégias gramaticais disponíveis ao usuário do português. Pode-se afirmar, portanto, que as funções e os conceitos, todos de natureza conceptual ou cognitiva já estão dados de antemão mediante o levantamento na literatura, conforme mostrado no capítulo 3. Já o modo como são codificados na gramática, que identifica as estratégias disponíveis ao usuário da língua, inclusive as funções semânticas, é que é preciso descrever. É, por isso, que assumimos aqui uma perspectiva onomasiológica.

Passemos, agora, ao detalhamento dos critérios apresentados nos quadros acima. Para a classificação da natureza espacial de percurso (HUUMO, 2014), levou-se em consideração o tipo de deslocamento presente na ocorrência, se factivo, fictivo ou inexistente. Um Percurso de Locomoção é definido por uma entidade de primeira ordem que, de fato, está em deslocamento no espaço físico com uma notável mudança de posição do momento de partida ao momento de chegada como ilustra (4-1).

(4-1) aí teve um dia que a gente foi **eu fui pro ao Los Amigos** (AC-046; NE: L. 37)

Um Percurso de Localização, por sua vez, está envolvido com um movimento fictivo, podendo ocorrer de duas maneiras: uma entidade física não movente é conceptualizada deslocando-se mediante o uso de um verbo de movimento, ou uma entidade não física é conceptualizada em movimento por meio do escaneamento de dois pontos físicos no espaço somado também ao uso de um verbo de movimento, como mostra (4-2), em que o Estado de Coisas indica um movimento fictivo. Lembramos que Percursos de Localização se diferem de Percursos de Locomoção por apresentarem uma entidade ou o trajeto de segunda ordem (localizável no tempo e no espaço), o que acarreta um Estado de Coisas com o traço semântico [-din] (Dik, 1997), como vemos em (4-3).

(4-2) Diz uma anedota muito recente que, se alguém abrir a geladeira à noite, **cairão quatro lives em cima deles**. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 40)

(4-3) A estrada corre ao longo da costa (HUUMO, 2014, p. 82)⁴²

Um terceiro tipo são os Percursos de Ocorrência e de Processo, que se enquadram no grupo maior Percursos de Cenário, por apresentarem características similares em termos de uma configuração de percurso inteiramente conceptual. Percursos de Ocorrência, como ilustrados por (4-4) dependem de um conjunto de entidades espalhadas ao longo de um trajeto físico, e o escaneamento mental dessas entidades, realizado pelo ouvinte, permite a visualização de uma porção inicial, medial ou final de percurso.

(4-4) Temos um dos melhores seguros-saúde do mundo - o SUS -, universal e pago por todos. **Espalhado pelo território nacional, é responsabilidade de todos os níveis do governo.**

Já os Percursos de Processo, ilustrados em (4-5), são conceptualizados por meio de um evento que ocorre ao longo de todo um espaço físico, ganhando, então, estatuto de percurso. O que os dois tipos de Percurso de Cenário (Processo e Ocorrência) têm em comum é a ausência de um verbo de movimento, o percurso só pode ser observado por meio do escaneamento mental.

(4-5) Mas **outro flagelo** mais mortífero que a guerra **começava a se disseminar pela Europa, assim como pelas Américas e pelo Oriente.** (*CartaCapital*, Março 2020, n 1098, p. 46)

Passando agora para tipo de percurso, pode-se afirmar que esse critério é de grande importância para a pesquisa, quando considerado em relação aos outros. Interessa observar a diferença quantitativa entre locativos em percursos factivos e em percursos fictivos. Enquanto os percursos factivos se configuram como Percursos de Locomoção, os fictivos abrangem tanto os casos de Percurso de Locomoção quanto os casos de Percurso de Cenário (Ocorrência ou Processo), uma vez que, nesses, a ausência de uma entidade movente não impede o falante de conceptualizar um trajeto por onde ela poderia, de fato, percorrer. Vejamos os casos ilustrados em (4-6) e (4-7),

(4-6) Agora, **você não consegue mais andar em São Paulo** sem ver a quantidade de crianças esmolando pelas ruas e de adultos dormindo ao relento. (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1107, p. 15)

(4-7) A outra é de um novo craque brasileiro, Yan Couto, de 17 anos, que **saiu de Curitiba para o Manchester City**, Felicidade só. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 48)

⁴² *Tie mutkittelee rannikko pitkin*, que o autor traduziu para o inglês como *the road winds along the coast*.

Para definir um evento de percurso factivo, que (4-6) ilustra, devemos olhar para a natureza da entidade movente, ou seja, uma entidade localizada no espaço físico está em deslocamento, ocupando subseqüentes pontos do espaço em subseqüentes pontos do tempo. Já os casos em que uma entidade é conceptualizada como em movimento, mas está, de fato, imóvel, é condição para um evento de percurso fictivo, como mostra (4-7).

A análise incluiu também um procedimento quantitativo quer permitisse deduzir que Janela de Atenção (TALMY, 2000) é tipicamente mais frequente na codificação de um percurso. O foco de atenção sobre o percurso pode recair na porção inicial, na medial ou na porção final, bem como em possíveis combinações entre elas. A finalidade desse parâmetro é não apenas a de quantificar, mas também a de relacionar as evocações desses trechos do percurso com os outros critérios, como por exemplo a natureza da relação semântica, em termos do estatuto argumental no Nível Representacional ou do estatuto gramatical/lexical da preposição no Nível Morfossintático.

Os casos de ativação das porções inicial e final, que envolvem do conceito de Junção Conceptual (TALMY, 2000, p. 270-271), já mencionado anteriormente, estão diretamente vinculadas à função semântica Locativo no Nível Representacional da GDF. Especificamente no português, designa-se a porção inicial com a função semântica Ablativo (morfossintaticamente codificada pela preposição “de”), e as porções medial e final com as funções semânticas Perlatoivo e Alativo, respectivamente (morfossintaticamente codificadas pelas preposições “por” e “para”). É em função disso que é fundamental o exame do estatuto argumental para detectar indiretamente como esses elementos emergem no Componente Conceptual e no Nível Representacional. Codifica-se como “Locativo” os trechos argumentais do enunciado, e como “Localização” os casos em que o lugar designado atua não como argumento, mas como Modificador. Para fins de ilustração, fornecemos, abaixo, ocorrências em que se designam os pontos inicial (4-8), medial (4-9) e final (4-10).

(4-8) **saindo daqui da/ da Cristóvão Colombo** em fren/ de frente pro Ibilce (AC-083; RP: L. 293)

(4-9) uma das vezes **eles passaram/ tavam passando por um/ por um rio** e tinha:: ocorrido uma/ uma chuva éh::... (AC-083; NR: L. 104-105)

(4-10) **quem qué(r) í(r) pa feirinha** que a dona C. passô(u) mal e tem que i(r) embora (AC-066; NE: L. 96-97)

De acordo com a orientação *top-down* da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), espera-se que a ativação conceptual de uma janela de atenção resulte na designação da função semântica locativa correspondente. Em função disso, a curso da análise testou a relação de transparência ou opacidade entre a conceptualização do percurso e a designação do locativo no Nível Representacional com base na articulação do critério Janelas de Atenção com o critério função semântica. Especificamente, o objetivo dessa articulação foi verificar com que frequência as funções semânticas Ablativo, Perlativo e Alativo aparecem refletindo a ativação conceptual de uma das Janelas de Atenção mencionadas. Os exemplos (4-11) a (4-13) ilustram casos de Ablativo, Perlativo e Alativo, respectivamente, e, simultaneamente, outros casos de ativação inicial, medial e final, similares aos já vistos em (4-8) a (4-10)

- (4-11) nisso **ele saiu da sala...** meu marido também saiu eu acho que ele foi só conversá(r) com ele que o negócio era sério... (AC-106; NE: L. 77-79)
- (4-12) aí então naquele pra::zo **a gente... passô(u)... no largo da/ da/ da... no (parque) da igreja** e foi quando eu conheci ele... (AC-096; NE: L. 39-41)
- (4-13) alface a rúcula alme(i)rão essas coisas eles planTAM... e aí depois... eles levam pra... ((latidos de cachorro)) depois que já tá em ponto de comê(r) **leva pra casa** (AC-096; DE: L. 224-225)

Outro grupo de fatores é a categoria da preposição. Vejamos os casos mostrados em (4-14) e (4-15).

- (4-14) Inf.: 1[já] tava... aí eu chegando/ chegamos no hospital... me... me aplicaram o soro mas disse que ainda num estava na hora que **eu poderia voltá(r) pra casa...** foi num sábado (AC-036; NE: L. 39-40)
- (4-15) **eles passavam dentro... do rio...** porque a ponte ia fazendo assim ((mostra com as mãos))... então chegava a chegá::(r) dentro do rio (AC-086; NR: L. 186-187)

Para categorizar uma preposição como gramatical (4-14) e como lexical (4-15), a análise se assenta nos critérios estabelecidos por Pezatti et al. (2010), já mencionados antes, de que resultam os três tipos de categoria propostos como um *continuum*: gramatical, gramatical/lexical e lexical. Essa classe de palavras tem relevância analítica em virtude de sua estreita relação com outros critérios, como por exemplo, o de Janela de Atenção, por auxiliar na identificação da função semântica do locativo no NR, e, conseqüentemente, da porção evocada do percurso. Os autores propõem que essa diferenciação também é operacional para a

identificação da natureza argumental da entidade envolvida, já que preposições gramaticais introduzem Locativos como argumentos (*ele escapou da cadeia*), enquanto preposições lexicais introduzem Adps em adjunção (*do alto da laranjeira, cantam sabiás e canários*).

Outro parâmetro de análise é a função semântica do locativo designado no Nível Representacional. Pretendemos verificar com que frequência as funções semânticas Ablativo, Perlativo e Alativo aparecem refletindo a ativação conceptual de uma das Janelas de Atenção mencionadas. Os exemplos (4-13) a (4-15) ilustram casos de Ablativo, Perlativo e Alativo, respectivamente.

(4-13) nisso **ele saiu da sala...** meu marido também saiu eu acho que ele foi só conversá(r) com ele que o negócio era sério... (AC-106; NE: L. 77-79)

(4-14) aí então naquele pra::zo **a gente... passô(u)... no largo da/ da/ da... no (parque) da igreja** e foi quando eu conheci ele... (AC-096; NE: L. 39-41)

(4-15) alface a rúcula alme(i)rão essas coisas eles planTAM... e aí depois... eles levam pra... ((latidos de cachorro)) depois que já tá em ponto de comê(r) **leva pra casa** (AC-096; DE: L. 224-225)

As formalizações do arcabouço da GDF podem contribuir para a análise da argumentalidade, como no exemplo repetido abaixo em (4-16), em que o constituinte na função Alativo faz parte da estrutura argumental do Estado de Coisas, enquanto o constituinte “de Goiânia” atua como Modificador, mesmo tratando-se de um mesmo Percorso Conceptual cujas Janelas de Atenção estão na porção inicial e na final.

(4-16) **de Goiânia cada um foi pro seu destino** (AC-118; NE: L. 73)

O último critério diz respeito à natureza argumental do constituinte locativo para a construção de que participa. Assim, definiram-se dois parâmetros que devem ser totalmente satisfeitos para ser possível decidir se um constituinte é argumento ou modificador. Como não temos interesse em criar um *continuum* de prototipia que envolva um polo mais argumental e um polo menos argumental, a classificação feita se baseia em moldes de predicação em que o verbo de movimento dispõe de dois lugares (A + L ou U + L)⁴³ e em que dispõem de um único lugar (A ou U). Os parâmetros estabelecidos são os seguintes:

⁴³ No caso de A + L, o que se observa é uma entidade agentiva (Ativo), que é comum aos estados de coisas do tipo *ação*. Já no caso de U + L, a presença de uma entidade paciente (Inativo, ou, em inglês, *Undergoer*) é comum aos estados de coisas do tipo *processo*. Nos dois casos, os Estados de Coisas são dinâmicos.

- (i) A natureza argumental de um locativo depende de um teste de exclusão do Estado de Coisas que pode ou não acarretar a agramaticalidade da construção, de modo que um ouvinte seja capaz de reconstruir a intenção comunicativa do falante sem problemas de ambiguidade.
- (ii) Como verbos de movimento dispõem de moldes de um ou de dois lugares, a ativação potencial de mais de uma Janela de Atenção implica que os constituintes locativos podem ocupar a posição de complemento, com a probabilidade de que ao locativo iconicamente mais próximo do predicado fique reservada a posição de argumento, ao passo o que estiver dele mais distante provavelmente deve apresentar status de modificador.

Observamos como se comportam os Percursos de Locomoção, Localização ou Cenário em relação ao estatuto argumental de seus elementos locativos, bem como se relaciona o uso de argumentos ou modificadores em percursos fictivos. Em casos de Percurso de Cenário, como o do exemplo (4-17), não há como se considerar a relação argumental, ficando o percurso, assim, restrito ao domínio da não argumentalidade.

(4-17) Mas **outro flagelo** mais mortífero que a guerra **começava a se disseminar pela Europa, assim como pelas Américas e pelo Oriente**. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1098, p. 46)

São esses os parâmetros que estabelecemos para a análise. Veremos, na próxima seção, como a aplicação deles às ocorrências das duas amostras permite estabelecer uma relação relevante entre o Componente Conceptual e o Componente Gramatical da GDF.

5. A expressão de percurso na gramática do português brasileiro

5.1. Apresentação

Conforme mencionado anteriormente, estabeleceu-se como principal hipótese para este trabalho que a conceptualização de percursos de diferentes tipos está correlacionada a diferenças de formulação semântica e de codificação morfossintática, que constituem as estratégias gramaticais disponíveis ao usuário do português. Os procedimentos adotados para a comprovação dessa hipótese se baseiam no estabelecimento de um conjunto de critérios de análise situados na interface entre a Gramática Discursivo-Funcional e a Gramática Cognitiva.

Como as próximas seções tratam justamente dos resultados da análise, a apresentação começa com a relação espacial de percurso em relação aos tipos de movimento com base numa perspectiva ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa.

5.2 Categoria conceptual de percurso e tipo de movimento

Com base nos tipos de percurso definidos em Huumo (2014), foram analisadas e quantificadas as ocorrências que pertencem às categorias conceptuais de percurso em cada uma das Amostras. Começamos a descrição pela Amostra Falada, cujos resultados estão apresentados na tabela 6.

Categoria de Percurso	N	%
Locomoção	294	98
Localização	6	2
Ocorrência	0	0
Processo	0	0
Total	300	100

Tabela 6 - Categoria de Percurso – Amostra Falada (autoria própria)

As ocorrências da Amostra Falada apontam para o uso majoritário de Percursos de Locomoção, totalizando 98% (294/300) dos enunciados encontrados. Em casos como esse, conceptualiza-se um Trajetor (LANGACKER, 2008) que ocupa subsequentes pontos do espaço em subsequentes pontos do tempo. Todos apresentam o traço [+din] e, como se verá a seguir na análise, percursos de locomoção são majoritariamente argumentais. Os exemplos (5-1), (5-2) e (5-3) ilustram esse tipo de percurso.

- (5-1) Inf.: com meu pai... **ele:: veio de Portugal...** porque ele era de mal né?...do... do meu avô... só que aí ele saiu num dia muito... assim... que marcô(u) bastante... na noite de Natal (AC-096; NR: L. 60-62)
- (5-2) num importa onde cê vai pegá® essa florzinha de repente **você tá passando num... num caminho** que você vai pra sua casa (AC-086; RO: L. 797-799)
- (5-3) num importa onde cê vai pegá(r) essa florzinha de repente você tá passando num... num caminho que **você vai pra sua casa** (AC-086; RO: L. 797-799)

Em (5-1), é possível identificar como Trajetor o pronome *ele*, que perfaz um percurso, tendo como ponto de origem Portugal na função Ablativo; o ponto de chegada ao destino é identificado pelo contexto como o lugar em que se encontram os participantes da interação, sugerindo, portanto, que o pai do entrevistado tenha saído de Portugal e vindo para o Brasil, se inferirmos que o lugar de origem, que nos é dado pelo Sintagma Adposicional (Adp) deve levar a um lugar de destino de mesma dimensão, no caso, um país. Mais à frente, no mesmo inquérito, confirma-se a inferência, mostrada em (5-4)

- (5-4) e são bravo esses portugueses né?... e **meu pai** e num... num se aba(i)xava num admitia que:... que ele... proibisse... **eu sei que aí né? resolveu vim po Brasil...** ele morreu... o:... tanto é que quando meu avô ainda morreu depois já de... muitos e muitos anos que meu pai tinha de Brasil morreu de mal... morreram de mal (AC-096; NR: L. 82-85)

Os casos de (5-2) e (5-3) mostram um tipo de ocorrência que aparece algumas vezes na Amostra, em que dois Estados de Coisas distintos designam um único percurso conceptual. Consideramos que, embora haja dois Estados de Coisas localizados no mesmo lapso temporal, mas em espaços distintos, trata-se de um único Ato Discursivo (A) no NI e duas Orações no NM, uma principal e uma subordinada relativa. A razão para essa associação está na integração que “que você vai para sua casa” apresenta ao modificar “caminho”, servindo como um mecanismo recursivo, que modifica restritivamente a Propriedade Locativa (l) do Estado de Coisas (e) “você tá passando num caminho”.

Destaca-se que o Estado de Coisas restritivo é constituído também por entidades nas funções semânticas Ativo e Locativo, ou seja, “você” e “casa”, respectivamente. O primeiro caso de percurso de locomoção implica um Trajetor que se desloca fisicamente por um percurso entendido como Perlativo, o meio do trajeto; o segundo caso também designa o mesmo Trajetor que se desloca em direção a seu destino.

Pode-se atribuir a representação formal a (5-2) e (5-3) em (5-5) a (5-7).

(5-5) $(A_i: [(- \text{ você tá passando num caminho que você vai pra sua casa } -)] (A_i))$

(5-6) $(e_i: [(- \text{ você tá passando num caminho } - : (e_j: - \text{ você vai pra sua casa } - (e_j))] (e_i))$

(5-7) $(Cl_i: [(- \text{ você tá passando num caminho } -) (Cl_i)] (Cl_j) (- \text{ que você vai pra sua casa } -)] (Cl_j))$

Embora os últimos exemplos analisados sejam semântica e morfossintaticamente duas unidades distintas, eles dispõem de um único Trajetor realizando o percurso conceptualizado a partir do meio do caminho até a casa. O uso de um modificador pragmático que escopa a camada do Ato Discursivo permite comprovar a unidade desse Ato, conforme mostram (5-8) e (5-9). Do mesmo modo, é possível lançar mão de um modificador semântico para cada Estado de Coisas, evidenciando a existência de (e_i) e (e_j) , tal como visto na gramaticalidade de (5-10).

(5-8) *Ainda bem que* você tá passando num caminho que você vai pra sua casa.

(5-9) **Ainda bem que*, você tá passando num caminho que *Ainda bem que* você vai pra sua casa

(5-10) *Acredito que* você está passando num caminho que *acredito que* você vai para sua casa.

Já os Percursos de Localização aparecem com baixa frequência na amostra falada. Para haver um Percurso de Localização, é necessário haver também um Trajetor cujo deslocamento tenha natureza fictiva. Lembramos que afirmar a natureza metafórica do movimento implica dois cenários: o Trajetor é um Indivíduo (x_i), e, assim, localizável no espaço, porém é incapaz de se mover, e seu uso é combinado com um verbo de movimento; alternativamente, o Trajetor é uma entidade de segunda ordem (como em “o medo percorreu a casa”) ou o Percurso é de segunda ordem (como em “o homem percorreu suas inseguranças”), mas nunca os dois simultaneamente (ver *continuum* da figura 10). As ocorrências em (5-11) a (5-13) fornecem exemplos de movimento fictivo.

(5-11) mas éh:: dentro da fazenda tem um OUtro rio eu num/ **esse rio que passa beiran(d)o a sede** chama Rio das Mortes é um rio bem conhecido... (AC-093; DE: L. 187-188)

(5-12) éh **essa casa** é uma casa éh:: ela tem três dormitórios... tem sala cozinha banhe(i)ro éh:: tem MUIta fruta toda formada assim com variedade de fruta... de frutas né? e e:: e e ela::/ **ela vai até na água** né? (AC-093; DE: L. 202-204)

(5-13) era **um aluno da segunda série que voltô(u) pra prime(i)ra...** por que não conseguiu atingí(r) os objetivos né? (AC-086; RO: L. 925-926)

As ocorrências (5-11) e (5-12) configuram Percursos de Localização por haver uma entidade estática atuando como sujeito de um predicado verbal de movimento. Assim, embora “rio” e “casa” sejam entidades não passíveis de mudar de posição no espaço, o uso de “passar” e “ir”, respectivamente, favorecem uma leitura dinâmica do Estado de Coisas por meio do escaneamento de sua extensão. Em (5-13), o Trajetor “aluno”, um Indivíduo, é conceptualizado como se deslocasse metaforicamente entre dois pontos, a primeira e a segunda série. Essas ocorrências da língua falada, ainda que estatisticamente pouco expressivas, mostram não apenas o caráter metafórico desses percursos, mas a aplicação da “metáfora do canal”, que Lakoff e Johnson (1980) ilustram com expressões como “passar ideias para alguém”, que constituem, portanto, percursos fictivos, como os aqui discutidos.

Nas ocorrências faladas, os Percursos de Locomoção acabam definindo-se como não fictivos, enquanto os de Localização se definem como fictivos. Essa correspondência tem a ver com o fato de, não havendo Percorso de Ocorrência ou de Processo, é na natureza do movimento, que incide o critério fundamental para classificar o percurso em uma ou outra categoria. Por serem representados por um Trajetor movente, Percursos de Locomoção são fundamentalmente não fictivos, ao passo que Percursos de Localização, Ocorrência ou Processo, são fictivos em função da ausência de uma entidade movente.

Passemos agora a examinar os tipos de movimento, cuja distribuição quantitativa se manifesta na Tabela 7.

Tipo de Movimento	N	%
Factivo	294	98
Fictivo	6	2
Total	300	100

Tabela 7 – Tipo de Movimento – Amostra Falada (autoria própria)

Essa distribuição fornece clara evidência da atuação comunicativo do falante: quando pretende designar um Estado de Coisas destituído de movimento, dá preferência por um predicado cujo núcleo verbal não implica semanticamente dinamicidade, o que se revela especificamente no uso amplamente majoritário de eventos factivos. Uma hipótese explicativa para essa diferença na língua falada está na alternância entre duas estratégias comunicativas

possíveis: uma, de conceber como dinâmico um evento sem deslocamento factual, e a outra, em aplicar uma mudança no verbo empregado, conforme como ilustrado em (5-14) e (5-15).

(5-14) ele já estava na segunda série... **ele queria sabê(r) se ele ia passá(r) pra segunda...**
(AC-086; RO: L. 980-981)

(5-15) Ele queria saber se ele ia ser aprovado pra segunda.

Lembramos que uma característica importante dos percursos fictivos em contraposição aos factivos é a presença de input de energia no Estado de Coisas, representado pelo símbolo € nas representações do Nível Conceptual de Connolly (2017). Assim, os exemplos (5-16) e (5-17), factivo e fictivo respectivamente, abaixo repetidos por conveniência, são formalizados pelas RNCs como mostram (5-18) e (5-18a).

(5-16) Inf.: com meu pai... **ele:: veio de Portugal...** porque ele era de mal né?...do... do meu avô... só que aí ele saiu num dia muito... assim... que marcô(u) bastante... na noite de Natal (AC-096; NR: L. 60-62)

(5-17) ((EVENTO:VIR_10#1 (ENTIDADE:ELE_11#2) #3)
(ENTIDADE:PORTUGAL_12#3) #4)
(QUALIDADE:€#5 (#2) (#1) #6)
(QUALIDADE:TEMPO#7 (#4) (QUALIDADE:ANTERIOR(•0)#8) #9)
_INFO-APRESENTAÇÃO)

(5-18) éh **essa casa** é uma casa éh:: ela tem três dormitórios... tem sala cozinha banhe(i)ro éh:: tem MUIta fruta toda formada assim com variedade de fruta... de frutas né? E e:: e e ela::/ **ela vai até na água** né? (AC-093; DE: L. 202-204)

(5-18a)((EVENTO:IR_10#1 (ENTIDADE:ELA_11#2) #3) (ENTIDADE:ÁGUA_12#3) #4)
(QUALIDADE:TEMPO#6 (#3) (QUALIDADE:SIMULTÂNEO(•0)#7) #8)
_INFO-APRESENTAÇÃO)

Passemos, agora, a examinar as categorias de percurso na amostra escrita, cuja distribuição está exposta na tabela 8. Salta aos olhos uma diferença muito significativa da amostra escrita em comparação à falada em termos de classificação da natureza de percurso.

Categoria de Percurso	N	%
Locomoção	157	52,3
Localização	122	40,7
Ocorrência	5	1,7
Processo	16	5,3
Total	300	100

Tabela 8 - Categoria de Percurso – Amostra Escrita (autoria própria)

Também aqui, os casos de Percurso de Locomoção afiguram-se como majoritários no total de ocorrências, ou seja, aproximadamente metade das ocorrências escritas de predicado verbal de movimento codificando um Estado de coisas dinâmico. No entanto, diferentemente do que foi encontrado na amostra falada, detectam-se muitos casos de percurso fictivo, que são, na maioria das vezes, classificados como Percurso de Localização e, menos frequentemente, classificados como Percurso de Cenário. Os exemplos (5-19) e (5-20) ilustram as ocorrências de Percurso de Locomoção, e os exemplos (5-21) e (5-22) ilustram as ocorrências de Percurso de Localização.

- (5-19) **A [vacina] melhor e mais barata**, ao que se sabe, **vem da China**, e é produzida pela empresa Huawei. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1097, p. 39)
- (5-20) No sábado 7, **Jair Bolsonaro decolou para Miami**, cidade que até as empregadas domésticas frequentavam quando o dólar estava barato. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1097, p. 14)
- (5-21) **A vacina para o Ebola saiu desses mesmos laboratórios** há cinco anos. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 24)
- (5-22) Entramos juntos, estamos juntos e **sairemos do ministério juntos** (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1102, p. 12)

Por se tratar da mesma categoria vista em (5-1) e (5-2), os exemplos de Percurso de Locomoção em (5-19) e (5-20) recebem uma leitura de movimento factivo, o que ocorre quando entidades de primeira ordem “vacina” e “Jair Bolsonaro” se combinam com um predicado verbal de movimento descrevendo um trajeto de um ponto a outro do espaço físico.

Os exemplos (5-21) e (5-22), por sua vez, ilustram a categoria Percurso de Localização na amostra. Esses dois casos têm Lugares, designados por “laboratório” e “ministério”, usados como referência para um Trajetor que se desloca metaforicamente pela cena evocada, respectivamente, “vacina” e o pronome pessoal inferível “nós”.

Ressalte-se que a diferença entre um evento de percurso fictivo e um de percurso factivo tem natureza inteiramente conceptual, cognitiva, conforme entende Talmy (2000). Assim, para o modelo da GDF, o que se observa são dois Estados de Coisas nucleados por um predicado e seus argumentos ou modificadores, com formalização bastante similar no NR, conforme mostram (5-19a) e (5-21a).

(5-19a) (e_i: [(f^c: [(x_i: vacina(x_i)_A) (f_i: vir(f_i)) (l_i: China(l_i)_{ABL})] (f^c)] (e_i))

(5-21a) (e_i: [(f^c: [(x_i: vacina(x_i)_A) (f_i: sair(f_i)) (l_i: laboratórios(l_i)_{ABL})] (f^c)] (e_i))

Postulamos que, por se tratar, em primeiro lugar, de textos escritos, planejamento e estágio constituem estágios diferentes de execução e, em segundo lugar, por se tratar do gênero jornalístico, o registro é em geral forma. Sobre isso, convocamos aqui as próprias palavras de Marcuschi (2010, p. 42, grifos do autor):

o *contínuo dos gêneros* textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade, etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos*.

Pode-se observar o *continuum* fala e escrita a partir dos gêneros textuais com base nos traços que identificam cada modalidade, ou seja, com base no meio de produção (sonoro ou gráfico) e na concepção discursiva (oral e escrita). Nesse caso, considerando-se o gênero textual, o meio de produção e a concepção discursiva, é possível situar o gênero jornalístico num caso prototípico de língua escrita (+gráfico, +escrito) e as entrevistas do Iboruna, num caso prototípico de língua falada (+sonoro, +oral).

Assim, o registro escrito e formal do gênero jornalístico de texto é o espaço privilegiado para a seleção lexical de predicados verbais metafóricos significativamente mais recorrentes do que se dá na amostra falada⁴⁴.

Predicados verbais de movimento indicando movimento fictivo podem, como mencionado anteriormente, ser substituídos por outros predicados verbais que indiquem um Estado de Coisas parecido, conforme mostram (5-21) e (5-21b).

⁴⁴ É importante ressaltar que o conceito de metáfora de Lakoff e Johnson (1980) não é redutível ao uso do estilo formal do texto escrito como única motivação para a criação metafórica, o que já mostramos na análise de usos fictivos ou metafóricos no registro falado, mas pode haver alguma influência da formalidade no uso majoritário de metáforas na amostra escrita..

(5-21) **A vacina para o Ebola saiu desses mesmos laboratórios** há cinco anos. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 24)

(5-21b) Esses mesmos laboratórios produziram a vacina da Ebola há cinco anos .

Além dos Percursos de Locomoção e de Localização, a amostra escrita comporta também Percursos de Processo e de Ocorrência, que pertencem à categoria Percurso de Cenário. Como já mencionado, Percursos de Cenário recebem este nome por disporem, como construto conceitualmente saliente, do cenário em si, sem a inclusão de um Trajetor em deslocamento. Os Percursos de Ocorrência se caracterizam pela inclusão de uma multiplicidade de entidades que se espalham ao longo de toda uma área, o que induz o escaneamento cognitivo dessa área como um percurso, como mostra o exemplo (5-23).

(5-23) **A primeira [informação] é feita com carros de som, cartazes e faixas pela cidade de Deus**, todos alertando para a necessidade de se cumprir o isolamento social à risca. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 26)

O percurso conceptualizado em (5-23) está circunscrito à presença de carros de som, cartazes e faixas que se aglomeram pela Cidade de Deus. Embora não se detecte a presença de predicado verbal de movimento, “Cidade de Deus” se torna um percurso saliente cujas entidades são escaneadas cognitivamente ao longo do trajeto. Casos como esse apresentam a ativação de todas as Janelas de Atenção (HUUMO, 2014), já que o percurso é ativado em sua integridade a partir da primeira entidade até a última que permitem seu escaneamento.

Percursos de Processo também não contêm predicados verbais de movimento, como o exemplo contido em (5-24) e (5-25), que têm o escaneamento realizado por meio de um Estado de Coisas que acontece ao longo de todo o percurso. Trata-se de Estados de Coisas classificados como de processo ([+din], [-con]) na tipologia de Dik (1997a).

(5-24) Os sinais do apocalipse são óbvios: em agosto passado, **uma chuva de cinzas caiu sobre São Paulo**. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1102, p. 41)

(5-25) Dia 27, **anoitece sobre a praça de São Pedro** e a chuva não para. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1100, p. 10)

Em (5-24), o escaneamento cognitivo do evento da chuva ao longo da cidade de São Paulo sinaliza que o ouvinte conceptualiza um percurso mesmo sem haver um Trajetor

movente, deslocando o papel do Trajetor para o percurso em si. Embora o predicado verbal “cair” implique algum movimento, a chuva de cinzas não é uma entidade em deslocamento, mas uma única entidade bastante alongada e estática que parece estar em processo do início ao fim de um percurso conceptual.

Já em (5-25), o carácter estático do Estado de Coisas é ainda mais notável pelo uso do predicado verbal “anoitecer”, que não implica movimento algum por tratar-se de um processo que ocorre ao longo do trajeto escaneado, ou seja, a praça de São Pedro. O grau mais elevado de complexidade cognitiva desse tipo de percurso pode ser responsável por sua baixa frequência nos dados, uma vez que ele depende de um predicado verbal de processo coocorrendo com um modificador locativo que permita o escaneamento de sua extensão. isto é, não pode ser pontual e deve formar um percurso.

Diferentemente da Amostra Falada, na Escrita, mesmo que os casos de percurso factivo correspondam aos casos de locomoção, os de percurso fictivo se distribuem entre as categorias de Percurso de Localização, Processo e Ocorrência, já que as três ocorrem sem que haja de fato o deslocamento físico de uma entidade. A Tabela 9, que mostra a distribuição de movimentos fictivos e factivos na escrita, ajuda a ilustrar a grande diferença que há entre as duas amostras.

Tipo de Movimento	N	%
Factivo	157	52,3
Fictivo	143	47,7
Total	300	100

Tabela 9 – Tipo de Movimento – Amostra Escrita (autoria própria)

Como vimos, a amostra falada tende a uma preferência quase absoluta pelo uso de percursos não fictivos, enquanto a amostra escrita expressa similarmente os dois tipos de ocorrência: 52,3% (157/300) de percursos não fictivos 47,7% e (143/300) casos de percursos fictivos.

Quanto à natureza da Relação de Percurso e do Tipo de Movimento implicado, a análise quantitativa mostra que os predicados verbais de movimento são usados principalmente para codificar Percursos de Locomoção, isto é, prefere-se o uso não derivado do predicado verbal ao uso metafórico. Uma explicação possível é a de que, para ser o espaço a fonte da derivação de outros domínios semânticos, é preciso que a expressão locativa não metafórica tenha maior frequência do que a metafórica. Ressalte-se, no entanto, que, mesmo assim, a amostra inclui 6 ocorrências de percurso fictivo nos dados da amostra falada, mostrando que seu uso é raro, mas

não inexistente, comprovando a hipótese da universalidade do uso da metáfora na linguagem cotidiana.

5.3 Função semântica e Porção Conceptual

Primeiramente, devemos observar como as funções semânticas locativas se distribuem nos dados. Em seguida, lançaremos um olhar para a maneira como a função semântica está relacionada à porção conceptual ativada pelas Janelas de Atenção.

Como visto anteriormente, o Princípio da Codificação Formal da GDF (KEIZER, 2015, p. 15) fornece uma explicação tanto dos fenômenos pragmáticos e semânticos, quanto dos fenômenos conceptuais e contextuais, que se refletem na forma morfossintática e fonológica de um enunciado (KEIZER, 2015, p. 15). No escopo desse postulado, podem-se adicionar categorias do Nível Conceptual (CONOLLY, 2017), que dispõem de informações relevantes, como a natureza argumental da entidade locativa, que vai depois ser representada como um argumento ou um modificador no Nível Representacional, podendo receber, marcas no Nível Morfossintático.

Juntamente com a quantificação e a avaliação qualitativa das relações semânticas, a categoria das preposições fornece um critério fundamental para se compreender a análise, uma vez que exerce a função de marca morfossintática da função semântica Locativo. Assim, no português, um lugar indicando Alativo (ALL) no NR, deve receber uma das preposições de Alativo (*a, para, em direção a*), e o mesmo ocorre com as funções Perlatoivo (PERL) e Ablativo (ABL). A função semântica atribuída depende exclusivamente da intenção comunicativa do falante em designar uma porção do percurso, considerando que as outras estão suficientemente salientes ou disponíveis no Componente Contextual, ou são irrelevantes para o evento comunicativo. Os resultados envolvendo as relações semânticas de percurso acham-se distribuídos nas tabelas 10 e 11, para dados da Amostra falada e da escrita, respectivamente.

Relações Semânticas	N	%
Alativo	200	66,7
Perlatoivo	54	18
Ablativo	38	12,7
Perlatoivo/Alativo	5	1,6
Ablativo/Alativo	3	1
Total	300	100

Tabela 10 – Relações Semânticas de Percurso – Amostra Falada (autoria própria)

A maioria dos casos consiste em um único constituinte na função Locativo. No entanto, há uma frequência significativa de casos com dois constituintes locativos no mesmo Estado de Coisas. Um resultado relevante nesses dados é a distribuição aproximada de casos nas amostras falada e escrita.

Relações Semânticas	N	%
Alativo	132	47,3
Perlatoivo	50	17,9
Ablativo	83	29,7
Ablativo/Perlatoivo	1	0,4
Ablativo/Alativo	13	4,7
Total	279	100

Tabela 11 - Relações Semânticas de Percurso – Amostra Escrita (autoria própria)

Ambas as amostras tendem a designar a função semântica Alativo, o que parece sugerir que, pragmaticamente, o trecho do percurso mais relevante para os participantes da comunicação é o final. Esse fenômeno se justifica pelo fato de que o lugar de destino participa necessariamente do domínio da focalidade mediante a introdução de uma informação até então desconhecida pelo ouvinte. Embora o local de origem e o trajeto de deslocamento não estão totalmente salientes no contexto, eles são menos relevantes comunicativamente para o encadeamento do discurso do que o ponto de chegada. Considere-se o exemplo contido em (5-26).

(5-26) Inf.: éh eu me lembro sim quando... quando nasceu o prime(i)ro filho éh:: a minha mulher **a família do meu sogro morava em Mirassol...** e minha mulher foi pra lá... éh éh e **ela se sentiu/ teve que í(r) pro hospital né?** pa ganhá(r) o filho e aí o meu cunhado veio me avisá(r)... e **eu fui pra lá e/** mas já tinha ganhado... éh:: a segunda filha e eu era motorista de caminhão... e/ e::/ e de manhã cedo a minha mulher teria que interná(r) **no hospital** né? pra/ pra ganhá(r)... a segunda que é a J.... mas eu peguei o caminhão ecoloquei ela dentro do caminhão na época a situação finance(i)ra hum:: meia/ meia durané?... **eu coloquei ela no caminhão e de(i)xei ela no hospital** e fui viajá(r) (AC-093; NE: L. 66-73)

Como em (5-26) o encadeamento do discurso depende muito da ativação de informações contextuais, o local de origem da viagem é informação pressuposta no Componente Contextual Discursivo. Como proposto por Hengeveld e Mackenzie (2014), informações de lugar devem

aparecer no estrato representacional do Componente Contextual, nesse caso, do Componente Contextual Discursivo do NR, já que “Mirassol” e “hospital” são citadas anteriormente, sendo, portanto, cotextualmente ativadas.

Na oração “a família do meu sogro morava em Mirassol”, o lugar, “Mirassol”, passa a participar do Contexto Discursivo do Nível Representacional, deixando um lugar (l) no topo do acervo de informações disponíveis, tornando-o menos necessário no Estado de Coisas com o predicado “ir”, como mostra a representação formal em (5-27):

(5-27) quando nasceu o prime(i)ro filho éh: **a minha mulher** (x_i) a família do meu sogro

		(x _i)		
morava em	Mirassol...	e	minha mulher	foi pra
	(l _i)		(x _i)	
teve que í(r)	pro hospital né?			lá... éh éh e ela se sentiu/
	(l _j)			(l _i)

(AC-093; NE: L. 66-68)

(5-28) teve que ir pro hospital né (AC-093; NE: L. 68)

Em (5-28), o molde de predicação de “ir” é um predicado de dois lugares, um para o Ativo e outro para o Locativo. Assim, a entidade na função de Ativo, “minha mulher” (x_i), se desloca para um lugar com a função Alativo “pro hospital” (l_j). Entretanto, o núcleo do Indivíduo permanece ausente em razão da disponibilidade de (x_i) no Componente Contextual Discursivo do NR.

Enquanto “ir” é tipicamente um predicado de movimento com argumento locativo na função Alativo, o local de partida já teria sido ativado anteriormente, e o trajeto completo passa, então, a estar ativado no conhecimento de longo prazo armazenado no Componente Conceptual (CONNOLLY, 2017), retirado do contexto situacional abrangente (CONNOLLY, 2007). No exemplo (5-29), aparece a ocorrência com possíveis preenchimentos de locativos Ablativo e Perlatoivo. Sua representação formal correspondente aparece em (5-30).

(5-29) (a minha mulher) teve que ir (de Mirassol) (pela rodovia) pro hospital né

(5-30) (e_i: [(f^c: [(x_i) (f_i: ir) (l_j:hospital)_{ALL}(f_j))] (f^c))] (e_i))

Para que o falante tome a decisão de não mencionar o trecho do percurso na função de Alativo, é necessário que este já esteja disponível no discurso anterior. É pouco provável designar um deslocamento sem designar seu ponto final, indicando apenas o ponto de origem

ou o percurso. Esse comportamento cognitivo se reflete, semanticamente, na frequência elevada de ocorrências com o uso do predicado “ir”, que tipicamente requer um complemento locativo na função de Alativo. Esse é outro ponto de destaque nos dados.

A maior parte das ocorrências tem como núcleo do Estado de Coisas um predicado verbal cujo valor semântico já sugere o uso de um argumento com função semântica determinada. Assim, o uso de “ir para”, “passar por”, ou “vir de” já implica um argumento locativo com função semântica específica no NR, que pode ou não vir acompanhado de um outro argumento (que implica expansão do slot do participante locativo) ou um modificador evocando um segundo trecho do percurso, além do argumento.

Voltando-se a atenção para os dois outros trechos de um percurso, o Ablativo e o Perlatoivo, nota-se também uma frequência moderada de ocorrências nas duas Amostras, quantitativamente bem abaixo do uso de Alativo o que pode ser verificado na tabela 12.

	Amostra Falada (N/%)		Amostra Escrita (N/%)	
Ablativo	38	12,7%	83	29,7%
Perlatoivo	54	18,3%	50	17,9%

Tabela 12 – Frequência de constituintes Ablativos e Perlativos (autoria própria)

A amostra escrita dá evidências de uma preferência significativa pelo uso de argumentos na função Ablativo, o que é possível verificar comparando-se as duas amostras na tabela 12, em que a escrita tem uma frequência de Ablativos maior que o dobro de que dispõe a falada. Argumentos na Função de Perlatoivo, em contrapartida, têm uma frequência praticamente equitativa nas duas amostras, ou seja, em torno de 18% do total de casos. O fator modalidade tem, portanto, reduzida relevância na compreensão da frequência de uso de argumentos na função Perlatoivo no corpus observado. Postulamos, desse modo, que a ativação elevada, geralmente associada aos locativos na função Perlatoivo, decorre do fato de eles estarem igualmente disponíveis no Componente Contextual, discursivo ou situacional, independentemente da modalidade, sendo, assim, empregados de maneira similar.

Ainda quanto aos locativos na função Ablativo, a discrepância evidencia o diferente papel que o contexto exerce entre as duas amostras. Apesar de menos inferíveis contextualmente, os locativos ablativos podem estar presentes no Componente Contextual Discursivo, no discurso anterior, ou no Componente Contextual Situacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que pode ser restrito ou abrangente (CONNOLLY, 2007). Lembre-se de que tomamos a decisão de que a distinção entre “cotexto do mesmo texto” e “cotexto de outros

textos” não é importante para a natureza dessa análise, o que permite enquadrar ambos sob a expressão “Componente Contextual Discursivo”.

No entanto, a distinção entre Componente Contextual Situacional restrito e abrangente nos parece relevante. É restrito quando a indicação de lugar coincide com o local onde os participantes interagem. É abrangente quando o lugar é conhecido e está disponível nas informações pragmáticas dos dois participantes, como a casa onde mora cada um deles, e pode, portanto, ser inserido no Componente Conceptual sem a necessidade ser textualmente ativado. A título de ilustração, (5-31) mostra um caso em que um constituinte na função Ablativo está presente no Componente Contextual Discursivo, (5-32) e (5-33), no Componente Contextual Situacional Restrito e Abrangente, respectivamente⁴⁵.

(5-31) Inf.: com **meu pai... ele:: veio de Portugal...** porque ele era de mal né?...do... do meu avô... só que aí ele sai u num dia muito... assim... que marcô(u) bastante... na noite de Natal (AC-096; NR: L. 61-63)

[...]

acho que por isso que ela... demorô(u) até pa morrê(r)... porque ela tinha aquela esperança ainda ia vê(r) ele [Doc.: ah:: sei] e nunca [viu né?] 4[Doc.: não] (tudo) depois num viu... **e ele veio po Brasil com vinte e dois anos.**

(5-32) era no dia que **nós fomos embora pra São Paulo::...** (AC-029; NE: L. 33-34)

(5-33) Inf.: óh essa é boa... tive **um amigo meu que foi uma vez numa/ numa::... no Baiúca** uma boate antiga aqui em São José do Rio Preto::... (AC-073; NR: L. 50-51)

Em (5-31), a menção prévia do lugar de origem do pai (Portugal) já dá preferência por inserir esse locativo no acervo de informações contextualmente disponíveis, não sendo mais necessário designá-lo na formulação do estado de coisas “e ele veio ao Brasil com vinte e dois anos”.

Já (5-32) dispensa a necessidade de o falante designar o ponto de partida da sua ida pra São Paulo. A simples enunciação do deslocamento, sem o estabelecimento de nenhum ponto de origem, sugere que o ouvinte o entenda como fazendo parte do centro dêitico da interação, ou seja, a cidade em que ambos estão, como ponto de partida presente no Componente Contextual Situacional mais restrito. Finalmente, o exemplo (5-30) não faz menção a lugar de origem e não permite supor que esse lugar coincida com a parte correspondente do centro dêitico no momento da interação. O que ocorre aqui é que não mencionar o lugar de origem

⁴⁵ Lembre-se de que, para Connolly (2007), os Componentes Situacional Restrito e Abrangente comportam, respectivamente, as informações recuperáveis da situação discursiva e as informações de longo prazo.

tem sua razão mais provável na irrelevância da menção na perspectiva dos interlocutores.

Já os casos de dois locativos em um único Estado de Coisas, ainda que pouco expressivos quantitativamente, mantêm alguma frequência na amostra. Observe-se a tabela 13 que mostra casos de coocorrência.

	Amostra Falada (N/%)		Amostra Escrita (N/%)	
Ablativo/Perlatoivo	0	0	1	0,4
Perlatoivo/Alativo	5	1,6	0	0
Ablativo/Alativo	3	1	13	4,7
Ablativo/Perlatoivo/Alativo	0	0	0	0
Total	8	2,6	14	5,1

Tabela 13 –Coocorrência de função semântica (autoria própria)

Os resultados expostos na tabela 13 permitem observar, logo de saída, que não há casos de três locativos pertencentes a um único predicado verbal ou mesmo o escopando como modificador. Como mencionado, um único lugar expresso já serve para tornar disponível e parcialmente ativado os outros trechos do percurso, estando essa ativação atrelada ao tipo de informação que está sendo designada.

Se um falante indica que foi a um bar específico, existe um conjunto de rotas possíveis contextualmente disponíveis e o lugar de onde ele saiu é irrelevante ou, provavelmente, está presente no discurso anterior ou na informação de longo prazo disponível na mente dos interlocutores. Embora não seja possível deduzir qual é o lugar de partida e qual o trajeto escolhido, expressar todos os três trechos do percurso, a cada vez que um predicado verbal de deslocamento for empregado, implica pouca economia cognitiva por parte do falante. Por vezes, trata-se de informação desnecessária ou redundante. Considere-se, a esse propósito, o exemplo contido em (5-34).

(5-34) **eu saí mais ou menos umas:: nove horas da manhã de São Paulo...** cheguei umas QUATro ho::ras quatro e me::ia aqui em Rio Preto (AC-013; NE: L. 28-29)

Em (5-34), o percurso designado pelo predicado verbal “sair” expressa apenas o trecho inicial (o próprio valor semântico do predicado verbal já sugere esse uso), e o trecho final está

expresso no Estado de Coisas seguinte, contendo o predicado verbal “chegar”⁴⁶. Nesse caso, o falante faz menção tanto do constituinte na função Ablativo quanto do constituinte na função Alativo do percurso, enunciando o trajeto que é necessário percorrer para o deslocamento do ponto A para o ponto B; esse último não é expresso no primeiro Ato Discursivo, já que só deve ser mencionado se consistir numa informação relevante para a interação corrente, o que não parece ser o caso dessa ocorrência.

No total, a amostra falada tem a 2,6% (8/300) casos de dupla ocorrência de lugar, ao passo que a amostra escrita, 5,1% (14/300). Como observado na tabela 13, os dados das amostras também se alternam quanto ao uso de locativos expressos, de modo que, em ambas, há casos de coocorrência de Ablativo e Alativo⁴⁷, que são os mais frequentes entre todas tanto para a língua falada quanto para a escrita. A amostra escrita apresenta também um único caso de Ablativo e Perlatoivo, não presente na amostra falada.

Abaixo, os exemplos (5-35) e (5-36) ilustram, respectivamente, um caso de coocorrência Ablativo/Perlatoivo e de Perlatoivo/Alativo, e os exemplos (5-34) e (5-38), um caso de Ablativo/Perlatoivo de cada Amostra.

(5-35) Recentemente, o Maranhão precisou montar uma operação de guerra **para trazer respiradores da China, via Etiópia**. (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1104, p. 21)

(5-36) éh essa casa é uma casa éh:: ela tem três dormitórios... tem sala cozinha banhe(i)ro éh:: tem MUIta fruta toda formada assim com variedade de fruta... de frutas né? e e:: e e ela::/ ela vai até na água né? a gente/ **a gente por dentro da propriedade vai até na água** tem uma praia é MUIto gostoso pa brincá(r) na água.. (AC-093; DE: L. 204-205) (AC-093; DE: L. 202-205)

(5-37) Inf.: éh:: então... éh:: morava em São Paulo... minha mãe né?... **e ele/ e ele veio... de Portugal ele veio pra São Paulo** (AC-096; NR: L. 104-105)

(5-38) Esther decide **fugir de Nova York para Berlim** (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1106, p. 43)

Em (5-35), o locativo usado na função Alativo é expresso no molde do predicado verbal “trazer”, e o locativo na função Perlatoivo aparece ao final como uma aposição explicativa. O grau menor de relevância do Perlatoivo para o Estado de Coisas está marcado formalmente pela inversão na ordem icônica (Perlatoivo à Alativo) e na separação por vírgula indicando, na

⁴⁶ O predicado verbal “chegar” não deve ser considerado um predicado verbal de movimento, porque ao invés de descrever um movimento, ele descreve apenas o segmento final do percurso, quando a entidade movente atinge seu destino (cf. LANGACKER, 2008, p. 68)

⁴⁷ Ver seção 3.1 sobre a Junção Conceptual (TALMY, 2000).

modalidade escrita, um grau menor de integração dos constituintes no molde da oração. Pragmaticamente, “via Etiópia” constitui um outro Ato Discursivo que recebe a função retórica “*Aside*” ou “Aposição”. Na Gramática Discursivo-Funcional, Hengeveld e Mackenzie sugerem que “a função característica de uma oração relativa não restritiva [no caso um constituinte não oracional] é a de fornecer uma informação de fundo relacionada ao Indivíduo introduzido na oração principal” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 58, tradução nossa).⁴⁸ A representação formal de (5-35) no Nível Interpessoal está registrada em (5-35a).

(5-35a) (M_i: [(A_i: [(F: DECL (F)) (P₁)_A (P₂)_s (C: [(T_i: trazer (T_i)) (R_i: respirador (R_i)) (R_j: china (R_j))] (C))] (A_i)) (A_j: [(F: DECL (F)) (P₁)_A (P₂)_s (C: [(R_i: etiópia (R_i))] (C))] (A_j))_{ASIDE}] (M_i))

Em (5-36), o tópico discursivo que vem sendo tratado ao longo da ocorrência é fundamental para entendermos por que o constituinte na função Perlativo é mencionado em adjacência ao constituinte na função Alativo. O argumento tipicamente Alativo, que acompanha o predicado verbal “ir”, aparece logo em seguida na forma do Sintagma Adposicional (Adp) “na água”, mas o tópico da conversa até aquele ponto é uma casa que está sendo descrita em detalhes. Essa é a razão por que o falante considera necessário indicar a função Perlativo por meio de outro Sintagma Adposicional (Adp) “por dentro da propriedade”, mantendo o encadeamento das referências textuais, para apresentar a informação nova por meio do Estado de Coisas “por dentro da propriedade vai até na água”.

Já os casos (5-37) e (5-38), apresentam a coocorrência de locativo mais comum no corpus, a de constituintes nas funções semânticas Ablativo e Alativo⁴⁹. Vale ressaltar que ambos os casos obedecem ao Princípio de Iconicidade, expressando os locativos na ordem [Ablativo a Alativo], mas com uma diferença relevante no que concerne à integridade dos constituintes no Estado de Coisas.

Em (5-37), “de Portugal” serve de argumento para o molde de predicação do verbo “vir”, que requer tipicamente um argumento na função Ablativo, e “para o Brasil” funciona como modificador com função Alativo. Já em (5-38), entendemos que o predicado verbal “fugir” não deve ser considerado como um predicado de dois lugares, mas de um só, que comporta um Indivíduo na função Ativo. Por isso, “de Nova York” e “para Berlim” funcionam como dois

⁴⁸ No original: *The characteristic function of a non-restrictive relative clause is that of providing background information with respect to an Individual introduced in the main clause.*

⁴⁹ Vale lembrar que a GDF só leva em conta a função semântica Locativo, que, como um macropapel que é, inclui Recipiente, Beneficiário, Direção, Origem, Percurso e Possuidor (KEIZER, 2015, p. 133).

modificadores locativos, conforme a representação formal em (5-37a) e (5-38a), em que o uso de dois-pontos (:) entre dois constituintes representa uma relação de modificação.

(5-37a) ((e₁: [(f₁:vir (f₁)) (x₁)_A(l₁: Portugal (l₁)_{ABL}) : (l₁: Brasil (l₁)_{ALL})] (e₁)

(5-38a) (e₁: [(f₁:fugir (f₁)) (x₁)_A: (l₁: Nova York(l₁)_{ABL}) (l₂: Berlim(l₁)_{ALL})] (e₁)

Sobre a exigência ou não de certos constituintes locativos no Estado de Coisas, ver a seção 5.5, que trata dos critérios de argumentalidade, envolvendo o molde de predicação do predicado verbal, a gramaticalidade da preposição e a ordem do locativo na oração.

É possível fazer algumas observações também sobre o papel que a pragmática tem no funcionamento das orações. Com base no postulado de Huumo (2014), esperava-se que os casos de Locativo como percurso de cenário receberiam a função pragmática Tópico no Nível Interpessoal e ocupariam, portanto, sempre a posição inicial da Oração (PEZATTI, 2014). No entanto, Percursos de Cenário não ordenam necessariamente o Locativo antes do sujeito, ou seja, não necessariamente atribuem a ele a função de Tópico. Das ocorrências encontradas, apenas 19,1% (4/21) apresentam topicalização do locativo. Os outros 81,9% (17/21) tem o locativo na posição canônica pós-verbal. Os exemplos (5-39) e (5-40) ilustram casos de topicalização, e os exemplos (5-41) e (5-42), casos de não topicalização.

(5-39) **De norte a sul, no país, multiplicam-se relatos de familiares desesperados**, na fila para garantir um respirador para o parente em estado crítico. (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1106, p. 24)

(5-40) **Nos vestiários, preconceitos de todas a ordem corriam à solta**. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1095, p. 38)

(5-41) **Os sinais do apocalipse são óbvios: em agosto passado, uma chuva de cinzas caiu sobre São Paulo**. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1102, p. 41)

(5-42) **Coágulos sanguíneos formam-se por todo o corpo** (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1106, p. 20)

O que se constata nos dados é, portanto, um desfavorecimento da topicalização do locativo em Percursos de Cenário, cuja preferência de ordenação é ocorrer majoritariamente na posição pós-verbal.

Quando se lança um olhar sobre os Percursos de Locomoção ou de Localização com dois constituintes na função Locativo, observa-se que a não topicalização ainda tem

considerável preferência. Na amostra escrita, encontraram-se apenas 25% (2/8) das ocorrências de topicalização de um dos constituintes locativos. Na amostra falada, por sua vez, não há nenhum caso de topicalização de constituinte locativo, com a obediência ao Princípio de Iconicidade na ordenação dos constituintes de lugar em 92,8% (13/14) dos casos de coocorrência. No entanto, se, por um lado, não há topicalização, também não há iconicidade na oração apresentada em (5-32), repetida aqui por conveniência como (5-43).

(5-43) Recentemente, o Maranhão precisou montar uma operação de guerra **para trazer respiradores da China, via Etiópia**. (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1104, p. 21)

A análise quantitativa da categoria conceptual de percurso (inicial, medial e final) resultou, como esperado, em valores iguais aos observados na relação semântica de locativo. Nos casos em que apenas uma, ou até duas porções são ativadas, o percurso conceptual foi devidamente formulado no NR e posteriormente codificado no NM pela preposição correspondente. As janelas inicial, medial e final são designadas no nível semântico pelas funções Ablativo, Perlatoivo e Alativo, independentemente de funcionarem como argumento ou como modificador.

No entanto, o número de percursos conceptuais se diferencia da função semântica por mostrar casos de tripla ativação das Janelas de Atenção, embora não haja ocorrência com três Estados de Coisas, cada um designando uma das três funções locativas. As tabelas 14 e 15 mostram a quantificação da categoria de percurso nas amostras falada e escrita, respectivamente.

Categoria Conceptual	N	%
Inicial	38	12,7
Medial	54	18
Final	200	66,7
Medial/Final	5	1,6
Inicial Final	3	1
Inicial/Medial/Final	0	0
Total	300	100

Tabela 14 – Categoria Conceptual de Percurso – Amostra Falada (autoria própria)

Categoria Conceptual	N	%
Inicial	83	27,6
Medial	50	16,6
Final	132	44
Inicial/Medial	1	0,3
Inicial Final	13	4,3
Inicial/Medial/Final	21	7
Total	300	100

Tabela 15– Categoria Conceptual de Percurso – Amostra Escrita (autoria própria)

O que difere esse critério de análise, entretanto, do referente às categorias semânticas locativas, é que ele permite fazer um tipo diferente de análise qualitativa, que trata da conceptualização de um percurso, diferentemente da formulação que ele recebe em seguida. Menciona-se aqui, mais especificamente, o evento de percurso factivo e o evento de percurso fictivo (TALMY, 2000). Reafirmamos que as fronteiras entre esses percursos dependem de alguns fatores cognitivos que definem o quadro do evento, tais como a contiguidade espacial, temporal ou causal. Um indivíduo pode considerar que um evento tem o ponto de partida em um espaço específico (como dentro de um avião, no exemplo de Talmy), e a partir do momento em que deixa o avião, a contiguidade de espaço foi alterada ao longo do tempo, e, portanto, deve ser conceptualizado como um novo evento de percurso.

Trata-se de dois eventos: um em que a caixa está estática dentro do avião, e outra em que a caixa é o movimento do avião, através do ar, até o oceano. Talmy (2000) afirma que, assim que a caixa atinge o oceano, a quebra de contiguidade espacial do ar com a água deve induzir o indivíduo a conceptualizar o início de um novo evento de percurso, como *a caixa afundou da superfície até o fundo do oceano*. Apresentamos em (5-41 –5-46) alguns exemplos de conceptualização das porções inicial (5-44 e 5-45), medial (5-46 e 5-47) e final (5-48 e 5-49), em ambas as Amostras.

(5-44) Não sei se Sobral, rincão dos Gomes, é uma terra especial, mas **quem não foge do embate** e sabe levá-lo até as últimas consequências é Camilo Santana, governador do Ceará. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1095, p. 8)

(5-45) ou na Junta Comercial do Estado de São Paulo... e:: após feito isso **você:: voltan(d)o da Junta Comercial** você... solicita abertura na Receita Federal... (AC-079; RP: L. 112-114)

- (5-46) Os americanos entraram na guerra em 1917, **suas tropas podem ter atravessado o Atlântico** levando o vírus em fase de incubação. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1098, p. 47)
- (5-47) **éh indo pela B.R....** éh:: a B.R. vai cruZÁ(r) com a: rodovia Assis Chateaubriand.. (AC-083; RP: L. 298-299)
- (5-48) **O Jesus de Bolsonaro irá às manifestações** de 15 de março. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1097, p. 38)
- (5-49) Inf.: ah eu gosto mais... aqui em casa Eles gostam mais tam(b)ém... (a)inda/ ainda mais depois desse do Habib's aí cê... né::?... num sei **no começo quando... eu ia lá em Jundiá** eu gostava de í(r) lá (AC-096; RP: L. 315-317)

Os exemplos listados seguem o Princípio de Transparência entre os níveis Conceptual, Representacional e Morfossintático, e devem ser formulados, portanto, para receberem as categorias semânticas Ablativo, Perlatoivo e Alativo. A transparência também é um recurso válido em casos de dupla ativação das Janelas de Atenção, que se codificam como dois locativos recebendo uma função semântica locativa de percurso cada. Não é preocupação da análise conceptual, no entanto, entender quais são as relações semânticas de obrigatoriedade e as relações de escopo entre os constituintes, mas a maneira como um percurso conceptual pode ser codificado pela formulação semântica. De maneira geral, o percurso ativa somente uma janela de atenção, o que pode ser justificado por razões de economia cognitiva, que leva a apresentar apenas a informação comunicativamente mais relevante.

É interessante notar que, em vista da adequação cognitiva, propomos que a escolha do Subato Atributivo (T) e da propriedade verbal que nucleia o Estado de Coisas (e) deve acontecer conforme a ativação conceptual da Janela de Atenção. Em outras palavras, parece razoável postular que a intenção comunicativa de ativar a porção inicial é responsável pela escolha de um verbo como “ir”, que, prototipicamente, exige um argumento locativo Alativo. sendo o predicado verbal escolhido com base na porção conceptual evocada.

Há também casos em que se ativa um mesmo percurso conceptual por dois Estados de Coisas diferentes, isto é, um único percurso e duas janelas de atenção ativadas, conforme mostra (5-50).

- (5-50) **saindo aqui também do Ibilce...** éh:: eu vô(u) até a rua Coutinho... (AC-083; RP: L. 311-312)

Em (5-50), a porção inicial do percurso é “Ibilce”, e a porção final, “rua Coutinho”. Embora seja conceptualmente o mesmo percurso, o falante julga necessário designar dois Estados de Coisas diferentes e evocar separadamente cada janela de atenção. Selecionaram-se da amostra apenas os casos que ativassem Janelas de Atenção mediante o uso de orações textualmente contíguas. Em caso de haver muito material interveniente entre dois trechos do percurso, a posição que assumimos é a de que o dado não ilustra suficientemente um único evento, por tornar difícil conectar os dois locativos no tempo e no espaço. Respeitando o Princípio de Iconicidade, quanto mais distante textualmente, maior o distanciamento temporal e espacial, o que dificulta a conceptualização como um único percurso.

O exemplo (5-50) permite observar, além disso, que um único percurso conceptual pode representar um único Ato Discursivo, embora haja dois Estados de Coisas diferentes, codificados como duas orações, podendo uma estar ou não subordinada à outra, de que resulta um desencontro entre os níveis.

A Tabela 15 acima, que trata das ocorrências escritas, mostra haver 7% (21/300) dos casos em que todas as Janelas de Atenção aparecem evocadas. Ressaltamos a ausência de casos com três locativos combinando as funções semânticas Ablativo, Perlativo e Alativo. Em contrapartida, o lugar privilegiado para a existência de dados que evocam as três porções conceptuais de percurso são os casos de Percurso de Cenário, tanto de ocorrência, quanto de processo que se dá seja pelo escaneamento de um conjunto de entidades se estendendo ao longo de todo o percurso. Assim, o percurso fictivo se inicia no começo do escaneamento e termina ao final, havendo ativação obrigatória dos trechos inicial, medial e final. Todas as Janelas de Atenção são sucessivamente analisadas conforme o escaneamento ocorre. Considerem-se os exemplos fornecidos em (5-51 a 5-54).

(5-51) Temos um dos melhores seguros-saúde do mundo - **o SUS** -, universal e pago por todos. **Espalhado pelo território nacional**, é responsabilidade de todos os níveis do governo. (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1105, p. 11)

(5-52) A principal consequência desse aprisionamento em massa foi o surgimento do crime organizado, **praga que se alastrou pelos quatro cantos do País**. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 49)

(5-53) Dia 27, **anoitece sobre a praça de São Pedro** e a chuva não para. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1100, p. 10)

(5-54) Mas **outro flagelo mais mortífero que a guerra começava a se disseminar pela Europa**, assim como pelas Américas e pelo Oriente. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1098, p. 46)

Consideram-se casos de Percurso de Processo os que empregam os predicados verbais “espalhar”, “disseminar” ou “alastrar” com o elemento locativo introduzido pela preposição “por”. Casos como esse não indicam apenas a porção medial do percurso (embora, morfossintaticamente, a preposição “por” codifique a função semântica Perlativo), mas também o percurso como um todo. Em (5-51), é o escaneamento do SUS, espalhado ao longo de todo o território nacional, que conceptualiza o percurso em sua integridade, ao passo que em (5-52), o alastramento evoca a noção de ocupação de todos os espaços disponíveis nos limites do quadro de evento de percurso, reforçando o uso de “quatro cantos” como um predicado que especifica a área de “país”, reforçando ainda mais a ideia de totalidade da área mencionada.

Em (5-53) e (5-54), os processos de anoitecer e disseminar permitem o escaneamento das áreas compreendidas por “praça de São Pedro” e “pela Europa” e “assim como pelas Américas e pelo Oriente” em toda sua extensão. Em (5-53), o uso da preposição “sobre” já auxilia na percepção de que o percurso conceptualizado não inclui uma entidade movente, podendo ser categorizado como percurso em razão da extensão do evento de anoitecer caindo sobre a praça. Já em (5-54), a reiteração da preposição “por”, tipicamente usada para codificar a função Perlativo, está em relação de opacidade⁵⁰ com a natureza conceptual do percurso.

O Componente Conceptual e o Nível Representacional estão em relação biunívoca quando há a ativação de uma ou duas Janelas de Atenção em razão da designação de uma única ou duas categorias semânticas de locativos. Essa relação de transparência é própria de Percursos de Locomoção e de Locação. A inexistência, na amostra, de estado de coisas designando três locativos nucleados por um único predicado verbal de movimento resulta na atribuição somente aos Percursos de Cenário da possibilidade de ativação das três janelas de atenção.

A amostra manifesta poucas ocorrências similares a (5-50) para designar um único percurso. De fato, as poucas ocorrências, como a de (5-50), evocam sempre o trecho inicial e final do percurso, além de ocorrerem exclusivamente na amostra falada, conforme mostram os exemplos (5-55) e (5-56).

(5-55) Doc.: e **pra í(r) pro Mato Grosso onde o senhor tem a fazenda lá...** éh:: como que faz **saindo daqui de Rio Preto?** (AC-093; RP: L. 285-286)

(5-56) ele ia **saí(r) da clínica e (corrê(r)) po Austa** porque meu filho (passa lá) de/ desde nenê... (AC-106; NE: L. 75)

⁵⁰ Falar em opacidade ou transparência, n Gramática Discursivo-Funcional, implica a relação biunívoca dos constituintes entre os níveis. O contrário vale para a opacidade, a ativação de três Janelas de Atenção, no Componente Conceptual, está sendo refletida por um único locativo no Nível Representacional.

Casos como (5-50), (5-55) e (5-56) ratificam a existência do fenômeno cognitivo de Junção Conceptual⁵¹ na presença da porção inicial e da final do percurso. A indicação do ponto de partida e (*da clínica*) e do ponto de chegada (*Austa*) cria a noção de contiguidade entre os dois lugares de modo a tornar desnecessário ativar a porção medial. Como vimos acima, para a GDF, a porção correspondente ao constituinte na função Perlativo acaba sendo contextualmente redundante, acarretando, portanto, a ausência de manifestação formal no Estado de Coisas.

Insistindo um pouco mais no conceito de Junção Conceptual, nota-se que, das ocorrências com mais de uma Janela de Atenção, as que evocam a porção inicial e a final totalizam 4,3% (13/300) na amostra falada e 1% (3/300) na amostra escrita, como mostram os exemplos (5-57) e (5-58), respectivamente.

(5-57) Inf.: num demorô(u) muito... depois que **ele veio do/ de... de Portugal po Brasil** ele num demorô(u) muito (AC-096; NR: L. 123-124)

(5-58) Os fracassos do regime se acumulam, no entanto, da **Transamazônica, estrada que leva do nada a lugar nenhum**, ao legado de desigualdade e concentração de renda. (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1106, p. 17)

As Janelas de Atenção inicial e final aparecem em “de Portugal pro Brasil”, em (5-54), e em “do nada a lugar nenhum”, em (5-55). Ainda que conceptualmente relevantes, de um ponto de vista quantitativo, os casos de Junção Conceptual são pouco significativos, já que totalizam apenas 2,4% (16/600) de toda a amostra. É pertinente observar qualitativamente, no entanto, que são esses os casos mais comuns de dupla ativação de porção conceptual em um mesmo Estado de Coisas, como se observa nos 72,7% (16/22) dos casos de coocorrência, e nos 27,3% (6/22) restantes de outros tipos de dupla ativação.

5.4 A natureza lexical ou gramatical da preposição

Categorias que designam o lugar em que em se dá um estado de coisas no Português são sempre preposicionadas, constituindo um Sintagma Preposicional (Adp) no Nível Morfossintático. Em razão disso, a análise quantitativa das preposições levou em conta a divisão delas em gramaticais e lexicais. Ao adotarmos a perspectiva de Pezatti et alii (2010), consideramos que as preposições gramaticais são recursos morfossintáticos e não devem,

⁵¹ Como já mencionado, a noção de Junção Conceptual implica a contiguidade entre um ponto de saída e um ponto de chegada, quando ambos estão expressos no discurso, prescindindo, assim, da menção à porção medial do percurso

portanto, aparecer no Nível Representacional, ao passo que as preposições lexicais constituem, por si sós, predicados com um locativo como argumento. Os exemplos (5-59) e (5-60) ilustram casos de preposição gramatical e de lexical, respectivamente, e suas formalizações representacionais aparecem logo em seguida, em (5-59a) e (5-60a), respectivamente.

(5-59) Em 2010, **ele saiu novamente de seu refúgio** para prestigiar, em São Paulo, o lançamento do livro (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1102, p. 43)

(5-59a)(e₁: [(f₁^c: [(x₁) (f₁: sair (f₁)) (l₁: refúgio (l₁)_{ABL}): (f₂: rapidamente (f₂))] (f₁^c))] (e₁))

(5-60) Na atmosfera cinzenta, **o Papa Francisco caminha em direção à escadaria da Basílica**. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1100, p. 10)

(5-60a) (e₁: [f₁^c: [(x₁: Papa (x₁)) (f₁: caminhar (f₁)) (f₂^c: [(f₁: direção (f₁) (l₁: -escadaria da Basílica (l₁)_{ALL})] (f₂^c))] (f₁^c))] (e₁))

As preposições lexicais designam um deslocamento mais específico, não se limitando, portanto, a indicar apenas o sentido da direção, mas descrevem também o movimento no espaço. A preposição complexa “em direção a”, em (5-60), codifica a função semântica Alativo no NM e escaneia mentalmente todo o trecho final do percurso utilizando o item lexical “direção” atuando como uma propriedade configuracional. Em contrapartida, o uso de uma preposição simples gramatical (*a, para*) indica apenas o sentido do deslocamento. A Tabela 16 e a Tabela 17 mostram como se distribuem, quantitativamente, as preposições em ocorrências de percurso.

Categoria de Preposição	N	%
Gramatical	246	82
Lexical	17	5,7
Gramatical/Lexical	2	0,7
Ausente	35	11,6
Total	300	

Tabela 16 – Categoria de Preposição -Amostra Falada (autoria própria)

Um primeiro olhar para esses dados evidencia a preferência bastante acentuada por preposições gramaticais. Vale ressaltar, no entanto, que o uso de uma preposição lexical ao invés de gramatical serve da mesma forma para a codificação de funções semânticas. Na

amostra escrita, nota-se o uso da mesma preferência, e em proporção quantitativamente aproximada:

Categoria de Preposição	N	%
Gramatical	273	91
Lexical	14	4,7
Gramatical/Lexical	1	0,3
Ausente	12	4,0
Total	300	

Tabela 17 – Categoria de Preposição -Amostra Escrita (autoria própria)

O uso de preposições gramaticais mostrou-se ainda mais proeminente na amostra escrita, com uma frequência de 91% (273/300) dos casos. O uso das lexicais, por sua vez, também foi pouco expressivo, com uma frequência de apenas 4,7% (14/300) dos casos, aproximando-se muito dos 5,7% (17/300) dos usos da amostra falada. Os exemplos (5-61) e (5-62) exemplificam uma ocorrência de cada categoria na amostra falada, (5-63) e (5-64), na escrita.

(5-61) e **voltamos pra Rio Preto** (AC-029; NE: L. 23)

(5-62) pegando a Nossa Senhora da Paz... **eu vô(u) até o::... o posto da/ da/ o posto:: federal** (AC-083; RP: L. 295-296)

(5-63) **Vai pra Cuba:** só há três coisas que funcionam em Cuba: saúde, educação e segurança. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1097, p. 6)

(5-64) **Um navio cargueiro que deixou o Brasil em direção à China** corre o risco de afundar no litoral do Maranhão. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1095, p. 9)

Seguindo a classificação apresentada na Figura 11, a preposição “para” (em *pra Cuba* e *pra Rio Preto*) é considerada gramatical, enquanto “até” é considerada lexical. O trabalho de Pezatti et al. (2010) analisa apenas preposições simples, mas, mesmo assim, é possível afirmar que preposições complexas são sempre lexicais, tais como “em direção a”, “ao lado de”, “ao longo de”, e, como tais, funcionam como um predicado adposicional de um argumento de lugar (I₁).

Em duas ocorrências da modalidade falada e uma da modalidade escrita, há um tipo específico de coocorrência de locativos, em que as preposições que os introduzem se

identificam uma como gramatical e a outra, como lexical. Em vista da presença pouco expressiva desse tipo de ocorrência, deduzimos que se trata de uma estratégia pouco utilizada. A maioria dos casos de coocorrência tem seus dois constituintes locativos introduzidos por preposições gramaticais, enquanto em nenhum deles, duas lexicais. Observe o exemplo contido em (5-65).

(5-65) **eu vô(u) por essa/ essa rua bem em frente ao Ibilce** que eu não me lembro o nome até:.../ **até a avenida Nossa Senhora da Paz** (AC-083; RP: L. 294-295)

Em (5-65), os locativos são introduzidos, respectivamente, pela preposição gramatical “por” e pela preposição lexical “até”. Apesar de possível, e, inclusive, presente nos dados, a baixa incidência (0,5% (03/600)) permite concluir tratar-se aqui de uma construção desfavorecida no uso.

A diferença mais significativa entre as duas amostras está na incidência de ausência de preposições. Há ocorrências de percurso em que o predicado verbal de movimento induz uma leitura de percurso, mas sem o uso de uma preposição introduzindo o locativo. Essas ocorrências não foram descartadas da amostra, porque, embora não haja marca morfossintática do trecho do percurso, outros mecanismos permitem inferir a porção designada pelo locativo, especialmente o valor semântico do predicado verbal. Os exemplos (5-66) e (5-67) ilustram um caso para cada uma das duas amostras.

(5-66) tudo certinho é PRÓximo aqui à B.R. aqui... próximo ao Jardim do Lago **só atravessá(r) a pista ...**[Doc.: hum] lá é o lugar lá 1[(tá)] (AC-003; DE: L. 90-92)

(5-67) O avião, que foi **o primeiro Estadunidense a cruzar o Atlântico** em um avião, revela-se, na campanha e na Presidência, como um líder de extrema-direita. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1098, p. 42)

Nosso entendimento é que a ausência de preposição não impede a atribuição da função Perlatoivo ao locativo (l_1), como mencionado, em função da própria carga semântica direcional do predicado verbal, conforme mostram as representações formais em (5-68) e (5-69).

(5-68) (e_1 : [$(f_1^c$: [(x_1) (f_1 : atravessar (f_1)) (l_1 : pista (l_1)_{PERL})] (f_1^c))] (e_1))

(5-69) (e_1 : [$(f_1^c$: [$(x_1$: avião (x_1)) (f_1 : cruzar (f_1)) (l_1 : Atlântico (l_1)_{PERL})] (f_1^c))] (e_1))

A menor frequência de percursos com ausência de preposição na amostra escrita se deve ao planejamento não coincidente com a enunciação no processo de formulação. No caso de um enunciado produzido na fala, o valor semântico do predicado verbal pode ser suficiente para indicar o tipo de complemento locativo esperado. Além disso, rupturas e ausências morfossintáticas são esperadas em um processo tão coparticipativo quanto o da produção falada (NEVES, 2019). Assim, o valor semântico de predicados verbais como “cruzar” ou “atravessar” sugerem fortemente o uso de um constituinte na função Perlativo, dispensando o uso de uma preposição, em razão da redundância possível.

Outros usos bastante frequentes na amostra falada, e pouco frequentes na amostra escrita, são os de Palavras Adverbiais (Advw) com valor anafórico como “aqui” e “lá”. O uso anafórico delas permite ao interlocutor retomar os Estados de Coisas anteriores e conferir o local em que ocorre o encadeamento de eventos. A anáfora é um fenômeno linguístico prototípico da função que exercem na gramática os Componentes Contextuais Discursivo e Situacional. Afinal de contas, lugares já salientes no acervo informacional da comunicação, seja cotextual ou contextualmente, aciona, no Nível Representacional, o uso de um pronome locativo, que no Nível Morfossintático deve ser codificado por uma Palavra Adverbial (Advw).

Na amostra escrita não se dispõe de desse tipo de dêitico adverbial, enquanto, na falada, lança-se mão constantemente desse recurso, como ilustra (5-70).

(5-70) mas minha mãe... **ela num consegue í(r) lá...** sem ela colocá(r) pelo menos/eu sei que num vai pegá(r) nada.. (AC-086; NR: L. 135-136)

Além disso, há outros casos de ausência de preposição considerados, em que o locativo está ordenado na posição pré-verbal como uma proforma locativa (*onde*), ou um pronome relativo (*que*). O uso desse tipo de ocorrência é próprio unicamente da amostra falada, como em (5-71), já que o grau de formalidade da amostra escrita exige sempre a presença da preposição antes da proforma, como vemos em (5-72).

(5-71) **AONde...** foi impresso na folha vegetal... **a luz num vai passá(r)...** (AC-053; RP: L. 299)

(5-72) Para minha surpresa, quando abri a porta do meu destino, estava ali o mesmo funcionário. Perguntei: **“Por onde você veio?”** (*CartaCapital*, Março 2020, n 1097, p. 7)

Como mencionado, casos de coocorrência de preposições gramatical e lexical, são raros: há um único caso na amostra escrita, e dois na falada, situação que registra uma manifestação de preposição gramatical e outra de preposição lexical. O exemplo (5-73) ilustra o caso encontrado na amostra escrita, enquanto (5-75) e (5-76) ilustram os dois casos da amostra falada.

(5-73) Recentemente, o **Maranhão** precisou montar uma operação de guerra **para trazer respiradores da China, via Etiópia**. (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1104, p. 21)

(5-74) **eu vô(u) por essa/ essa rua bem em frente ao Ibilce** que eu não me lembro o nome até::.../ **até a avenida Nossa Senhora da Paz** (AC-083; RP: L. 294-295)

(5-75) **você pode seguí(r) pela avenida a-té o fim dela** quando ela termina/ quando ela termina cê::... vira à... direita... (AC-083; RP: L. 305-306)

A inserção do exemplo (5-43) aqui repetido por conveniência como (5-73), tem, agora, o objetivo de demonstrar que os dois constituintes locativos em negrito são introduzidos por uma preposição gramatical (*de*) e uma lexical (*via*). Os casos da amostra falada, em (5-74) e em (5-75), manifestam o uso de uma preposição gramatical (*por*) e de uma preposição lexical (*até*) introduzindo um locativo. Ressalte-se a coocorrência de locativos em um único Estado de Coisas, constituído por sua vez por uma única Propriedade Configuracional

5.5 A natureza argumental dos constituintes locativos

Propor a natureza argumental de um constituinte locativo implica postular que sua ausência no molde de predicação deve resultar numa oração agramatical, portanto, incapaz de atingir os objetivos comunicativos do falante. A diferença entre um constituinte obrigatório (argumento) e um opcional (satélite) já era considerada por Dik (1997a). Hengeveld e Mackenzie (2008) e Keizer (2015), posteriormente, propõem que o constituinte locativo obrigatório ou argumental deve ser considerado um participante representado por uma Propriedade Lexical (f^l) na camada da Propriedade Configuracional (f^c), enquanto os opcionais atuam como modificadores de lugar na camada do Estado de Coisas (e).

Para definir, na amostra, os locativos com estatuto argumental e os locativos com estatuto de satélite ou de modificador, levamos em conta os seguintes critérios: (i) a possibilidade de excluir o locativo da oração sem deixá-la semanticamente incoerente; e (ii), a gramaticalidade ou lexicalidade da preposição, considerando a posição de Pezatti et alii (2010),

que postulam estar o estatuto argumental de um constituinte preposicionado atrelado necessariamente à natureza gramatical da preposição que o introduz. A Tabela 18 apresenta a natureza argumental ou não argumental do constituinte locativo.

Argumentalidade	N	%
Argumental	265	88,3
Não-Argumental	35	11,7
Total	300	

Tabela 18 – Natureza argumental ou não argumental do constituinte locativo – Amostra Falada (autoria própria)

Os resultados apontam para o fato de que o uso de locativos argumentais apresenta uma frequência bem mais elevada que a de locativos não argumentais na amostra falada. Se levarmos em conta que o uso de um predicado verbal de movimento deveria estar ao menos pressuposto nos percursos de Locomoção e de Localização, a alta frequência de locativos argumentais está vinculada à necessidade de indicar ao menos um ponto do percurso de um predicado verbal de movimento. Tendo em vista a grande preferência por percursos de Locomoção, demonstrada na tabela 6, concluímos que Percursos de Locomoção são majoritariamente argumentais, na modalidade falada.

Na amostra falada, o uso de locativos não argumentais ocorre, sobretudo, com predicados verbais, cujo valor semântico não designa apenas movimento, mas um tipo específico de movimento, como “cair” ou “viajar”. Os exemplos (5-76) a (5-79) exemplificam dois casos de uso de locativo argumental e dois casos de uso de locativo não argumental, respectivamente.

(5-76) aí **a gente saiu foi pro:: pra praça do Vivendas...** (AC-046; NE: L. 28)

(5-77) Inf.: eu vô(u) contar a história que a minha mãe me contou quando ela:: foi trabalhá(r) em São Paulo... quando **a minha mãe saiu do interior de Minas Gerais...** (AC-013; NE: L. 37-39)

(5-78) Inf.: 20[tem isso tam(b)ém]... chove **a água corre pelo tronco corre no risco** e cai dentro da caneca a caneca fica cheia d’água (AC-063; RP: L. 921-922)

(5-79) ele me contô(u) que **ele tava numa... levan(d)o a namorada numa... numa estrada...** e uns elemento tentô(u) cercá(r) ele... pra tirá(r) uma certa sa/ satisfação pessoal com ele... (AC-103; NR: L. 147-149)

Nos casos de locativos argumentais em (5-76) e (5-77), “praça do Vivendas” e “interior de Minas Gerais” são constituintes essenciais para a construção em questão, o que não é verdadeiro para as ocorrências de (5-78) e de (5-79), em que “pelo tronco” e “numa estrada”, são elementos que podem ser retirados da oração sem provocar perda de sentido.

(5-76a)***a gente saiu foi**

(5-77a)*a minha mãe me contou quando ela:: foi trabalhá(r) em São Paulo... quando **a minha mãe saiu**

(5-78a)chove **a água corre** e cai dentro da caneca

(5-79a)ele me contô(u) que **ele tava numa... levan(d)o a namorada** e uns elemento tentô(u) cercá(r) ele...

Como mencionado anteriormente na seção 2.2.1, é possível formalizar a relação de argumentalidade ou de modificação utilizando as Representações do Nível Conceptual de Connolly (2017). Fizemos isso abaixo com as ocorrências (5-76) e (5-79).

(5-76b) ((EVENTO:IR_10#1(ENTIDADE:A GENTE_11#2)
(ENTIDADE:PRAÇA_12#3) #4)
(QUALIDADE:€#5 (#2) (#1) #6)
(QUALIDADE:TEMPO#7 (#4) (QUALIDADE:ANTERIOR (•0)#8) #9)
_INFO-APRESENTAÇÃO)

(5-79b) ((EVENTO:LEVAR_10#1(ENTIDADE:ELE_11#2)
(ENTIDADE:NAMORADA_11#3) #4)
(QUALIDADE:€#4 (#2) (#1) #5)
(QUALIDADE:TEMPO#6 (#3) (QUALIDADE:SIMULTÂNEO(•0)#7) #8)
(QUALIDADE: LUGAR#9 (#3) (ENTIDADE:ESTRADA_12#10) #11)
_ INFO-APRESENTAÇÃO)

Na amostra escrita, os predicados verbais escolhidos também são majoritariamente de movimento (com exceção das ocorrências de Percurso de Ocorrência ou Processo), o que conduz à mesma preferência pelo uso de locativos argumentais. A amostra escrita apresenta, no entanto, casos de Percurso de Ocorrência ou de Processo. Usa-se, inclusive, o próprio termo *Cenário* para indicar o papel do locativo na oração, que está voltado para o estabelecimento de

um fundo espacial para a ocorrência do estado de coisas, o que o classifica como um modificador por excelência. O emprego de locativos argumentais se manifesta sobretudo com Percursos de Locomoção, tendo frequência também bastante significativa em Percursos de Localização. A Tabela 19 mostra os dados quantitativos relativos ao caráter argumental do constituinte locativo na amostra escrita.

Argumentalidade	N	%
Argumental	223	74,3
Não-Argumental	77	25,7
Total	300	

Tabela 19 – Natureza argumental ou não argumental do constituinte locativo– Amostra Escrita (autoria própria)

A diferença entre os índices percentuais de locativos argumentais e de não argumentais é menos marcada na amostra escrita, o que se deve, em parte, aos 7% (21/300) de ocorrências de Percurso de Cenário, que se somam à categoria dos usos não argumentais de locativos; esse quadro acaba por levar a um total de mais 18,6% (56/300) das ocorrências como casos de Percurso de Locomoção e de Localização funcionando como modificadores. Os exemplos (5-80 a 5-83) ilustram dois casos argumentais e dois casos não argumentais, respectivamente, na amostra escrita.

- (5-80) **A Itália saiu da Guerra** em escombros, Gênova sobretudo, severamente bombardeada, mas surgiu daí uma potência mundial (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1103, p. 8)
- (5-81) “se o quadro clínico piorar, não tem jeito, **será preciso levar para um hospital convencional**, providenciar um leito de UTI”, diz Boulos. (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1100, p. 33)
- (5-82) Agora, **você não consegue mais andar em São Paulo** sem ver a quantidade de crianças esmolando pelas ruas e de adultos dormindo ao relento. (*CartaCapital*, Maio 2020, n 1107, p. 15)
- (5-83) praticamente nada chegou até nós para que **essa doença não se espalhe por aqui** (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1102, p. 41)

A aplicação dos testes mostra que os locativos de (5-80) e de (5-81) são constituintes obrigatórios, ao passo que os de (5-82) e (5-83) podem ser excluídos da predicação sem prejuízo ao sentido:

- (5-80a) ***A Itália saiu** em escombros, Gênova sobretudo, severamente bombardeada
- (5-81a) *se o quadro clínico piorar, não tem jeito, **será preciso levar**
- (5-82a) Agora, **você não consegue mais andar** sem ver a quantidade de crianças esmolando pelas ruas
- (5-83a) para que **essa doença não se espalhe**.

Nos casos de coocorrência, a posição para o preenchimento do argumento locativo passa por um processo de expansão, tornando, assim, possível replicar o slot para se posicionarem l_1 e l_2 no molde de predicação. Na amostra escrita, os 4,6% (14/300) dos casos de coocorrência trazem os locativos na posição pós-verbal prototípica. Na amostra falada, em contrapartida, casos de topicalização de um constituinte levam-no para a posição inicial (P^I) da Oração (Cl), permanecendo o outro numa posição sem necessidade de expansão, ainda que ambos preservem o estatuto argumental. Os exemplos (5-84) e (5-85) ilustram os dois casos, respectivamente.

- (5-84) **vento que** desde tempos imemoriais **empurra a chuva da floresta amazônica para o sul** trouxe escuridão e fogo (*CartaCapital*, Abril 2020, n 1102, p. 41)
- (5-85) **de Cassilândia nós saímos em::... em Rio Verde** que é uma rodovia nova que que fizeram que é uma rodovia bem mais nova mas atalha bastante né? (AC-093; RP: L. 294-294)

A expansão também pode acontecer em situações de coocorrência com um locativo introduzido por uma preposição lexical e o outro, destituído de preposição, como mostra (5-86):

- (5-86) **Um navio cargueiro que deixou o Brasil em direção à China** corre o risco de afundar no litoral do Maranhão. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1095, p. 9)

Chama a atenção não haver uma relação necessária entre estatuto argumental e uso de preposições gramaticais e estatuto de modificador e uso de preposições lexicais. A aplicação do teste da categoria da preposição se choca, em muitos casos, com o teste da gramaticalidade da oração, quando se retira o constituinte do Estado de Coisas. Em (5-87), apesar do uso de uma preposição lexical, a retirada do Sintagma Preposicional (Adp) parece afetar o sentido geral da oração, como mostra (5-87a).

(5-87) **eu passo direto em frente à casa dele** porque eu gosto tanto dele... (AC-086; RO: L. 974-975)

(5-87a) ***eu passo direto** porque eu gosto tanto dele...

O texto de Pezatti et alii (2010) trata de preposições lexicais simples como preferencialmente introduzindo modificadores, em contraposição a preposições gramaticais, que introduziriam preferencialmente argumentos. Como algumas preposições são ora lexicais ora gramaticais, não é a natureza delas que é o elemento definidor, mas das relações semânticas em pauta, como argumentos e modificadores locativos. O exemplo (5-88) consiste num caso de preposição gramatical não argumental, com base no uso de um verbo de movimento direcional (que normalmente não demanda argumento locativo); o exemplo (5-89), num caso de preposição lexical simples que não introduz um modificador, mas um argumento na função Alativo em razão de definir um ponto fixo de chegada não previsto pelo uso de “para” e “a”, que não têm um valor delimitador como o de “até”.

(5-88) eles aplica no chão [Doc.: sim] e quando chove... muito... esse veneno fica quatro cinco mês ali... chove... **a água desce pra onde?... pra ba(i)xo...** vai dá infiltração.... vai pegá(r) a água lá emba(i)xo que nós bebe (AC-063; RO: L. 1233-1236)

(5-89) **você** pegava uma estrada [Doc.: hum ((concordando))] né? e e **e ia até Ibiraci** (AC-109; NE: L. 32-33)

Esses usos se justificam também pelo fato de que, como demonstra a Figura 11, o estudo de Pezatti et alii (2010) postula a existência de gradiência entre os polos gramatical e lexical do *continuum*. O uso de “para” em (5-88) ilustra, portanto, um uso menos gramatical e mais lexical da mesma preposição. Já em (5-89), o emprego da preposição lexical “até” não implica o status de modificador do constituinte, que é obrigatório na construção, mas, conforme mencionado acima, delimita um ponto fixo de chegada.

(5-89a) ***você** pegava uma estrada [Doc.: hum ((concordando))] né? **e e ia** (AC-109; NE: L. 32-33)

Cabe agora tratarmos da categoria de Percursos de Cenário. O total de 7% (21/300) das ocorrências de Percorso de Ocorrência ou de Processo na amostra escrita deixa pouca dúvida de seu estatuto não argumental. Uma vez que o predicado verbal não sugere movimento, e o percurso se conceptualiza pela presença de entidades espalhadas ou de um evento escaneado

em toda sua extensão, todos os locativos que escopam Percursos de Cenário acabam necessariamente exercendo a função semântica de modificador. Observem-se os casos mostrados em (5-90) e (5-91).

(5-90) **A contaminação espalha-se pelo Brasil em velocidade recorde**, mas Bolsonaro pede ao ministro da saúde que atue de forma irresponsável, enquanto o filho Eduardo aponta uma impossível culpa chinesa. (*CartaCapital*, Março 2020, n 1098, Capa)

(5-91) **A contaminação espalha-se em velocidade recorde**, mas Bolsonaro pede ao ministro da saúde que atue de forma irresponsável.

A exclusão do Sintagma Adposicional (*pelo Brasil*) não parece tornar a ocorrência agramatical. Por fim, ressaltamos que o molde de predicação de um predicado verbal se vincula ao valor semântico do item lexical que o representa. Assim, o uso do predicado verbal “ir” sem um constituinte locativo não indica tratar-se de um molde de predicação de um lugar, mas um molde de dois lugares, cujos núcleos argumentais podem estar expressos ou ausentes, como mostra o exemplo (5-92).

(5-92) Doc.: agora me conta::... me descreve como é que é **Santos**... que cê foi viajá(r)... como é que é a cidade lá::?... como é que é a cidade?
Inf.: a gente (inint.) **a primeira vez que eu FUI... a gente a gente FOI** aí a gente tava chegan(d)o LÁ... a gente subia numa SERRA

Desde que a entidade locativa “Santos” já constitua informação de curto prazo disponível no estrato representacional do Componente Contextual Discursivo ou Situacional, o predicado pode ser usado duas vezes (*fui* e *foi*), sem necessidade da expressão do núcleo lexical do locativo, como mostram (5-93) e (5-94).

(5-93) a gente foi (para Santos)

(5-94) past (ep₁ (e₁: [(x₁)_A (f₁: ir (f₁)) (l₁)_{ALL}] (e₁)) (ep₁))

Até aqui, portanto, aplicamos os procedimentos metodológicos extraídos de um suporte teórico diversificado aos dados das duas amostras investigadas, chegando a uma descrição de cunho quantitativo e qualitativo muito detalhada. Resta, agora, ao capítulo final, a responsabilidade de checar se os objetivos propostos foram plenamente atingidos.

6. Generalizações e implicações teóricas

O objetivo proposto para o presente trabalho foi o de descrever o comportamento semântico e morfossintático de locativos de percurso no Português. A partir dessa descrição, foi possível caracterizar diferentes tipos de Percurso com base na identificação dos diferentes papéis semânticos e da natureza semântico-cognitivo do movimento.

Para chegar a esse objetivo, procedemos a uma seleção de dados das amostras escrita e falada mediante a aplicação de critérios cognitivos, como a categoria de percurso, Locomoção, Localização ou Cenário, bem como o tipo de movimento, se factivo ou fictivo, e a Janela de Atenção ativada no processo de comunicação.

Paralelamente, lançamos um olhar descritivo também sobre a estrutura gramatical das construções locativas, empregando, para isso, o arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional, em termos da aplicação de critérios analíticos, como estatuto gramatical ou lexical das preposições, função semântica do lugar designado e natureza argumental ou não dos fenômenos de percurso investigados.

Um aspecto teórico relevante é o de que este trabalho mostrou ser possível articular a Linguística Cognitiva e a Gramática Discursivo-Funcional com base no processamento de informação contextual da conceptualização pré-verbalizada. Adotamos, para tal, os postulados de Giomi (2014) e Connolly (2007) de que a informação contextual se deve dirigir para o Componente Conceptual antes de passar para o Componente Gramatical. Todavia, a ideia de um Contextualizador, que repassa as informações diretamente ao Componente Gramatical, pode parecer redundante em vista da existência prévia de um componente responsável pela articulação das informações disponíveis no processo de pré-formulação da mensagem. Por essa razão, concordamos com Hengeveld e Mackenzie (2014) que é necessário redefinir a divisão do Componente Contextual em estratos, de forma que o Contexto Discursivo e o Situacional possam estar armazenados no estrato interpessoal e no estrato representacional, cabendo aos estratos morfossintático e fonológico armazenar apenas elementos do contexto discursivo, que consistem em material linguístico previamente produzido.

Além dos contextos situacional e discursivo, adotados por Hengeveld e Mackenzie (2014) a partir de Connolly (2007), verificamos que a existência de um percurso cognitivo depende também da natureza restritiva ou abrangente do contexto, já que alguns percursos dependem de informações de curto e de longo prazo compartilhadas entre os interlocutores com base no Componente Contextual. Adotamos, assim, dois dos quatro tipos de distinção de contexto que Connolly (2007) propõem, a saber, a distinção discursivo/situacional, também assumida por Hengeveld e Mackenzie (2014), e a distinção restrito /abrangente, relevantes para

a análise das ocorrências de percurso coletadas.

Quanto aos critérios adotados com base na teoria cognitivista de gramática, tomou-se a decisão metodológica, em primeiro lugar, de dar preferência ao uso de Percursos de Locomoção, especialmente porque é essa categoria que permite conceptualizar um Trajetor que ocupa subseqüentes pontos no espaço em subseqüentes pontos no tempo, com o uso de um predicado verbal de movimento. Os casos de Percurso de Localização, que constituem um percurso fictivo, se assemelham aos de Locomoção no que tange ao uso de um predicado verbal de movimento, que sugere deslocamento, ainda que a entidade em questão não possa ser deslocada no espaço, seja em virtude de sua natureza estática, como uma estrada, ou um evento abstrato, ou Estado de Coisas, como uma notícia.

Percursos de Locomoção têm uma frequência absolutamente majoritária nos dados da amostra falada, representando 98% (294/300) do total de casos. Embora também majoritária nos dados da amostra escrita, a distribuição é aqui mais equitativa em relação ao uso de predicados verbais de movimento para indicar movimento factivo e movimento fictivo, com uma frequência média de 52,3% (157/300) de casos de Percurso de Locomoção e de 40,7% (122/300) de casos de Percursos de Localização.

Por conseguinte, os resultados deixaram uma clara evidência de que o uso de predicados verbais de movimento, nos dados da amostra falada, serve quase exclusivamente à codificação de percursos conceptuais factivo, enquanto os dados da amostra escrita revelam uma distribuição equilibrada entre predicados de movimento indicando deslocamento de fato e predicados que permitem a apenas conceptualização de um percurso por outros meios.

Os outros 7% (21/300) de casos da amostra escrita consistem em Percursos de Cenário, que, por sua vez, dispõem de uma natureza inteiramente cognitiva, por constituírem predicados verbais sem valor de movimento. O Trajetor, nesses casos, deixa de ser uma entidade movente para constituir o percurso como um todo, que deve ser conceptualizado pelo escaneamento de entidades espalhadas pelo espaço ou pelo evento que toma lugar ao longo de todo um trajeto espacial. Inferimos, por outro lado, que a ausência de Percursos de Cenário na amostra falada se deve à complexidade cognitiva dessa construção, havendo, portanto, procedimentos alternativos para veicular o mesmo tipo de significado.

O tipo de percurso factivo, portanto, se identifica como uma entidade realmente movente pelo espaço, coincidindo com Percursos de Locomoção presentes na amostra. Percursos fictivos, em contrapartida, caracterizam-se como casos de Percurso de Localização e Percurso de Cenário, em que a conceptualização depende da interpretação e do escaneamento do ouvinte.

Quanto às Janelas de Atenção, concluiu-se que sua coincidência com as funções semânticas locativas sugere que elas podem ser incluídas no Nível Conceptual tal como postulado por Connolly (2017). Por razões de economia cognitiva, os resultados mostraram também uma tendência para a ativação de uma única Janela de Atenção, havendo alguns poucos casos de dupla ativação. Não há ativação de três janelas de atenção em Percursos de Locomoção ou de Localização, já que isso implicaria a designação de três constituintes locativos diferentes representando as três porções conceptuais, uma escolha pouco econômica no processo de formulação da mensagem. Em contrapartida, ocorrem casos de ativação das três janelas de atenção em Percursos de Cenário, já que o trajeto é conceptualizado em sua totalidade durante o processo de escaneamento das entidades espalhadas ou do alcance de um evento processual.

Quanto aos critérios funcionais aplicados, tratamos do estatuto gramatical ou lexical das preposições, do tipo de função semântica atribuída ao elemento locativo e a função que exerce de argumento ou de modificador no Estado de Coisas.

As funções semânticas formuladas no Nível Representacional espelham a intenção comunicativa de evocar uma das Janelas de Atenção disponíveis no percurso. A maioria dos Estados de Coisas, em ambas as amostras, apresentam um único constituinte de lugar com a indicação do trecho do percurso comunicativamente relevante, e com a seleção, em geral, de uma Palavra Verbal (Vw) atuando como predicado, que já venha a sugerir o tipo de argumento a ser utilizado, como “ir”, “sair” ou “passar”.

Como há casos em que o falante julga necessário expressar dois lugares na predicação, três diferentes circunstâncias aparecem expressas: (i) a posição usada para inserir o locativo se expande para comportar dois locativos; (ii) a posição do locativo acaba sendo preenchida por um único constituinte, com o outro sendo topicalizado, de modo a emergir no início da Oração, na posição (P¹); (iii) alternativamente, pode acontecer que um locativo ocupe a posição de argumento e o outro, a de modificador, situação em que não há a necessidade de expansão.

Também percebemos que a frequência majoritária de constituintes na função Alativo se justifica pela alta possibilidade de a porção final do percurso representar informação nova. A porção final é mais facilmente usada como pista para a inferência das porções inicial e medial, ao passo que o contrário não é verdadeiro; com efeito, fornecer a porção inicial ou medial não torna inferível a porção final do percurso, a menos que ela já esteja disponível no contexto discursivo ou situacional.

Na análise de funções semânticas, quantificaram-se apenas os casos de deslocamento factivo ou fictivo, que podem receber as funções Ablativo, Perlatoivo e Alativo. Como descrito na seção anterior, não se computaram os casos de percurso de cenário por se tratar de um

percurso inteiramente conceptual, que nem ao menos é designado por um predicado verbal de movimento, situação em que se atribui sempre ao locativo que o acompanha a função Essivo.

A análise comparativa das preposições gramaticais e lexicais deu evidências de uma frequência expressivamente maior de ocorrências com locativos precedidos por preposições gramaticais; postulamos, então, que essa discrepância estatística bastante saliente se deve ao caráter meramente relacional que exerce uma preposição gramatical, ao passo que as preposições lexicais dependem da intenção comunicativa do falante, justamente por evocarem uma propriedade semântica no Nível Representacional ao invés de apenas codificar no Nível Morfossintático a função semântica atribuída ao constituinte locativo. A situação se complica mais quando há o envolvimento de preposições lexicais complexas, como “ao longo de”, que além de dispor do valor relacional de uma preposição, também especificam a região em que o percurso acontece no espaço.

Quanto à natureza argumental dos constituintes locativos, a conclusão mais relevante a que chegamos é a de que predicados verbais de movimento demandam, de maneira geral, um lugar argumental em seu molde de predicado (Ativo + Locativo), sendo consideravelmente menos relevante quantitativamente os constituintes que exercem a função de modificador do estado de coisas; esses constituintes estabelecem um lugar no espaço em que o evento ocorre, mas o resultado de sua opcionalidade está na possibilidade de excluir o locativo, porque o material linguístico remanescente é suficiente para o ouvinte reconstruir a intenção comunicativa do falante.

Os resultados evidenciaram também que não há uma relação necessária entre a argumentalidade e a gramaticalidade das orações. Portanto, o teste mais importante para a verificação da argumentalidade foi a retirada do locativo da oração. Uma vez retirado, se a oração ainda permanecesse coerente, consideramos tratar-se de um constituinte opcional.

Para finalizar, podemos afirmar que a aplicação dos seis critérios e a análise que deles resultou permitiram demonstrar que as diferentes maneiras de conceptualizar o percurso na gramática implicam diferentes maneiras de formulá-lo e codificá-lo. A adequação cognitiva a que se propõe a GDF está respaldada nos Componentes que a margeiam o Componente Gramatical, ou seja, o Contextual e o Conceptual.

Concluimos, de uma perspectiva cognitiva, que a escolha das Janelas de Atenção que podem ser evocadas desencadeia estratégias de formulação que, depois de atribuírem certas funções semânticas, devem ser codificadas morfossintaticamente por meio da preposição adequada, seja gramatical seja lexical. Do ponto de vista contextual, a ativação prévia de um lugar (l_1) no discurso ou na situação comunicativa pode levar à topicalização do constituinte,

situação estritamente afeita a casos de percurso com concorrência de constituintes locativos.

A própria noção de percurso, tal como considerada por Huumo (2014), deve-se a conhecimentos de longo prazo armazenados no Componente Conceptual (CONNOLLY, 2017) e ao grau de saliência contextual disponível aos outros trechos não expressos, isto é, sua disponibilidade no acervo informacional disponível no Componente Contextual.

Enfim, foram essas articulações que nos permitiram incorporar a teoria cognitivista no arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional na tarefa de descrever a expressão do percurso na gramática do português. Esperamos que tenhamos sido bem-sucedidos nessa empreitada, avaliação que, todavia, deixamos de fazer, reservando-a para nossos leitores.

Referências

- ANDERSON, John M. The grammar of case; towards a localistic theory. Cambridge, Cambridge Studies in Linguistics, n. 4, At the University Press, 1971.
- BAGNO, M. Por que “norma”? Por que “cultura”. In: ___. A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. Ed Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.
- BUTTLER, Cognitive adequacy in structural-functional theories of language. **Language Sciences** 30.1: 1–30, 2008b
- BUTLER, C.S. An ontological approach to the representational lexicon in Functional Discourse Grammar. **Language Sciences** 34: 619-634, 2012
- CONNOLLY, J.H. Context in Functional Discourse Grammar. **Alfa**, São Paulo, v. 51 n. 2, p. 11-32, 2007
- CONNOLLY, J. H. Conceptual representation and formulation: a computationally oriented approach. In: MACKENZIE, J. L. and OLBERTZ, H. (orgs.). **Casebook in Functional Discourse Grammar**. Amsterdam: Benjamins, 2013, p. 125-153
- CONNOLLY, J. H. **On conceptualization and formulation in the generation of the verb phrase in English and Welsh within Functional Discourse Grammar**. In: Web Papers in Functional Discourse Grammar, v. 88, 2015, 27p. Disponível em: http://home.hum.uva.nl/fdg/Publications_web-papers.html. Acesso em 08/04/2022
- CONNOLLY, J. H. **On the Conceptual Component of Functional Discourse Grammar**. In: Web Papers in Functional Discourse Grammar v. 89, 2017, 50p. Disponível em: <http://www.functionaldiscoursegrammar.info>. Acesso em 08/04/2022
- COOK, G. **The discourse of advertising**. London: Routledge, 1992.
- CORNISH, F. Text and discourse as context: Discourse anaphora and the FDG contextual component. In: WANDERS, G.; KEIZER E. (orgs.). **Web Papers in Functional Grammar**. v. 82, Special Issue: the London Papers, 2009, 18p.
- DIK, S. C. **The theory of Functional Grammar; Part I: The structure of the clause**. Dordrecht: Foris, 1989
- FILLMORE, C. J. The case for case. In: BACH E., E & HARMS, R. T. (org.), **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968, p. 1–88
- FORTIS, J. From localism to neolocalism. In: AUSSANT et al. (org.). **Historical journey in**

a linguistic archipelago: Descriptive concepts and case studies. Berlin: Language Science Press, 2020, p. 15–50.

GARCIA, T. S. Os adverbiais de predicado no português brasileiro falado: contribuição para a teoria da gramática funcional. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista

GONÇALVES, S. C. L.; TENANI, L. E. Problemas teórico-metodológicos na elaboração de um sistema de transcrição de dados interacionais: o caso do projeto ALIP (Amostra Lingüística do Interior Paulista). **Gragoatá** (UFF), v. 25, 2008, p. 165-183

GIOMI, R. Grammar, context and the hearer: A proposal for an addressee-oriented model of Functional Discourse Grammar. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)*, v. 24, n. 2, p. 275–296, 1 jun. 2014

HALLIDAY, M. A. K. The notion of ‘context’ in language education. *In: GHADESSY, M. Text and context in functional linguistics.* Amsterdam: John Benjamins, 1999. p.1-24.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J.L. **Functional Discourse Grammar. A typologically-based theory of language structure.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J.L. Grammar and context in Functional Discourse Grammar. **Pragmatics** 24. v. 2, p. 203-227, 2014.

HUUMO, Th. Path Settings: How dynamic conceptualization permits the use of path expressions as setting adverbials. *In: SARDA, L, CARTER-THOMAS, S, FAGARD, B, CHAROLLES, M. (orgs.). Adverbials in use. From perspective to discourse function (Corpora and Language in use, Monographs v. 1).* Presses Universitaires de Louvain, Louvain, 2014, p 73-100.

HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. *In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication.* New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. p. 35-71.

KOCH, I. V. A especificidade do texto falado. *In: JUBRAN, C.S. (org.) A construção do texto falado. V.I: Gramática do Português Culto Falado no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2015, p.39-46)

LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar. Vol. I. Theoretical Prerequisites.** Stanford: Stanford University Press, 1987

LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar. Vol. II. Descriptive Application.** Stanford: Stanford University Press, 1991a

LANGACKER, R. W. **Concept, Image, and Symbol: The Cognitive Basis of Grammar.** Berlin: Mouton de Gruyter, 1991b

LANGACKER, R. W. **Cognitive grammar: a basic introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. W. Possession, Location and Existence. In: _____. **Investigations in Cognitive Grammar**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2009. p. 82-108.

LEHMANN, C. Gramática Funcional. **Guavira Letras**. Três Lagoas, v. 13, 2011, p. 7-22

LEVELT, W.J.M. **Speaking: from Intention to Articulation**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989

LYONS, J. **Linguistic semantics: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995

LYONS, J. **Semantics**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1977

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita. Atividades de retextualização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACKENZIE, J.; HENGVELD, K. Grammar and context in Functional Discourse Grammar. **Pragmatics**, v. 24, 2014, p. 203-227

MACKENZIE, J.H. **English spatial prepositions in Functional Grammar**. In: Working Papers in Functional Grammar v. 46, 1992, 26p.

NEVES, M. H. M. **Que gramática estudar na escola?** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019

PERIÑÁN-PASCUAL, C.; ARCAS TÚNEZ, F. **The architecture of FunGramKB**. In: Proceedings of the Seventh International Conference on Language Resources and Evaluation, Malta, 2010. Trabalho disponível em <http://www.fungramkb.com/bibliography.aspx/>

PEZATTI, E.G. et alii. O estatuto lexical/gramatical das preposições no português. **Lusorama** (Frankfurt) 81/82: 102-134, 2010.

PEZATTI, E.G. , E. G. **A ordem das palavras no português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PIAGET, J. **Le mécanisme du développement mental**: Et les lois du groupement des opérations. 1950. Disponível em: http://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/VE/JP72_FdmentsScientifEducationDeDemain.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

RIJKHOFF, J. N. M. Layers, levels and contexts. In: RIJKHOFF, J.; VELASCO, D. G. (orgs.). **The Noun Phrase in Functional Discourse Grammar**. Berlin and New York, NY: Mouton de Gruyter, 2008

ROCHA, L.F.M. A perspectivação conceptual em autocitação factiva e fictiva. **D.E.L.T.A.**, v.29, n. 2, p. 311-339, 2013

SLOBIN, D.I. From 'thought and language' to 'thinking for speaking'. *In*: GUMPERZ, J.J.; LEVINSON, S.C. (orgs.). **Rethinking Linguistic Relativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 70-96

TALMY, Leonard. Movimento fictivo na linguagem e "Cepção". *In*: TALMY, Leonard. **Toward a Cognitive Semantics: concept structuring systems**, Volume 1. The MIT Press, 2000. Tradução de Rocha et al., *Veredas*, Juiz de Fora, v. 23 n. 2, p. 99-176, 2019

TALMY, L. **Toward a cognitive semantics**. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 2000.